

DADOS DO DOCUMENTO

TÍTULO: Relatório Figueiredo vol. 29

DATA DE PRODUÇÃO: 1968

ORIGEM DO DOCUMENTO: -

GRAU DE SIGILO:

NÚMERO DE PÁGINAS: 229

DESCRIÇÃO:

O Relatório Figueiredo é uma série de documentos produzidos a partir da investigação que apurou as irregularidades cometidas pelo Serviço de Proteção aos Índios, no período da Ditadura Militar. Comissão presidida por Jader Figueiredo.

Documentos: registro de juntada de documentos que deu origem a esse volume XXIX que conta com as declarações de defesa e seus respectivos documentos anexados de: Francisco Monteiro Chagas, Josias Ferreira de Macedo, Robespierre Bayma Salignac de Souza, João Fernandes Moreira, Ely de Carvalho Fernandes Tavora, Phelipe Augusto da Camara Brasil, José Pedro Ramos, Luiz Martins da Cunha, Heroides Teixeira e Walter S. Amarai Prado.

TÉRMO DE JUNTADA

De ordem do Sr. Presidente, juntei, nesta data, os documentos a seguir relacionados, constantes das defesas de FRANCISCO RONALDO MONTEIRO CHAGAS, JOSIAS FERREIRA DE MACEDO, ROBESPIERRE BAYMA SALIGNAC DE SOUZA, JÃO FERNANDES MOREIRA, ELY DE CARVALHO FERNANDES TAVORA, PHELIPE AUGUSTO DA CAMARA BRASIL, JOSÉ PEDRO RAMOS, LUIZ MARTINS DA CUNHA, HEROIDES TEIXEIRA e WALTER SAMARI PRADO, que ficam fazendo parte integrante dos presentes autos constantes das fls. 6571 a 6736, vol. XXIX. E, para constar, lavrei e assino o presente termo. Rio de Janeiro, 8 de maio de 1968.--

Beatriz Góini de Almeida
Secretária da C.I.

6572
BFI

Ilmo. Snr.

Encarregado do Inquerito do S.P.I.

Tendo tomado conhecimento de que o cidadão Praxedes de Tal, em depoimento prestado a V.S. afirmou que "Ronaldo Chagas autorizou a venda de gado do S.P.I. a fazendeiro de Santana do Araguaia", venho respeitosamente por intermédio deste afirmar a V.S. o seguinte:

1º) NUNCA AUTORIZEI VENDA DE GADO DO S.P.I. E MESMO QUE QUISESSE NÃO PODERIA POIS- NADA TINHA A VER COM O REFERIDO GADO E PORTANTO NÃO TINHA AUTORIDADE PARA AUTORIZAR.

2º) QUEM RESPONDIA PELA FAZENDA E CONSEQUENTEMENTE PELO GADO DO S.P.I. ERA O CIDADÃO PRAXEDES E A ELE COMPETE DAR CONTA DE SUA RESPONSABILIDADE;

Estado da Guanabara 8 de Maio de 1968

Ronaldo Chagas

DEFEZA QUE FAZ

JOSIAS FERREIRA DE MACEDO, brasileiro, casado, funcionario / publico federal, do extinto Serviço de Proteção ao Indio, jornalista profissional, residente e domiciliado nesta cidade, a rua da Gloria n. 348 - ap. 402 - Bairro da Gloria - por seu procurador, infra-assinado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Amazonas, sob o n. 86, com escritório sito a rua do Ouvidor, 63 - sala 907 - telefone 31-0233, onde poderá ser encontrado e na forma do que preceitua o Regulamento da Ordem dos Advogados do Brasil, indiciado nessa Comissão, como tendo praticado infrações assim discriminadas: - 1) Alcance na importancia de CR\$ 1.200.000 / recebidos por suprimento de Maria de Lourdes Castro Maia, em 1962, para / Expedição não realizada no Rio Arariquera (Proc. n. TC 58310/63, artigos / 878 e 888, letra E do Código de Contabilidade da União (fls. 7v., 12v., 332, 940, 4730/2; 2) - Gastou mais de CR\$520.000,00 antigos em despesa de automovel (fls. 682 e 1482); 3) - Ordenou o transporte do motor do automovel / particular de Moacyr Ribeiro Coelho em uma camioneta do S.P.I. do Rio para São Paulo (fls. 7v. 405); 4) - Feriu o disposto no artigo 47 do Decreto / lei 2.206, de 20.V.40, que disciplina deposito de adiantamentos a funcionarios publicos no Banco do Brasil (fls. 5 a 12) e 5) - Utilizou valores da Verba Orçamentaria para pagar e retirar joias da esposa de Moacyr Ribeiro / Coelho penhoradas na Caixa Economica, VEM, no prazo que a lei lhe assegura apresentar sua DEFEZA pelos motivos que passa a expor:

ITEM I - Não se pode negar que o indiciado recebeu a importancia mencionada, que ficou em seu poder, pois a mesma destinava-se a cobrir despesas de pronto pagamento com a Expedição de Estudos ao Rio Arariquera, e

ao Rio Arariquera, a qual não foi realizada por falta absoluta de tempo, / segundo ordem recebida do Sr. Diretor, que lhe determinou que aguardasse / nova data para a realização da mesma. Para essa expedição o indiciado recebeu por suprimento da Snra. Maria de Lourdes Castro Maia a importância de CR\$1.200.000,00 antigos para ocorrer despesas com a mesma. Com a ordem verbal, recebida do snr. Diretor, para que suspendesse a realização da expedição, mesmo já tendo feito gastos inadiáveis para que a mesma se efetivasse, o indiciado ficou aguardando nova ordem de serviço, o que não se verificou. Diante de tal situação, o indiciado, gastou CR\$500.000,00 antigos com medicamentos, medicamentos esses que foram enviados a I.R.5, em junho de 1965. A referida remessa dos medicamentos foi feita através de avião da FAB, conforme memorando assinado pelo snr. João Melo, representante do SPI, no Estado da Guanabara. A embalagem, como prova do alegado, foi feita pelo funcionário do SPI, na Guanabara, João Verissimo, lotado no Museu do Índio. Outros gastos foram executados pelo indiciado, por ordem do então Diretor do Serviço, Cel. Moacyr Ribeiro Coelho, como sejam: pago ao snr. José Ribamar Garcia CR\$55.000,00; Geraldo Lima CR\$48.000,00; Eunice Cariri CR\$4.000,00, e João Melo CR\$80.000,00, retificando declarações anteriores, de que havia entregue ao servidor acima CR\$100.000,00; ao Cel. Moacyr Ribeiro Coelho entregou CR\$60.000,00 para pagamento, segundo o mesmo declarou pessoalmente, de passagem a um missionário americano que acompanharia a expedição a Roraima. Diante de todas essas despesas restou ao indiciado a importância de CR\$453.000,00 antigos, razão pela qual o indiciado, dado as alegações acima não ter elementos para a devida prestação de conta na época oportuna, só o fazendo quando intimado a depor na dita Comissão de Inquerito Administrativo, soube que as denúncias que faziam contra o indiciado se referiam ao não recolhimento e prestação de conta da dita importância, tanto assim, que a dita Comissão de Inquerito achando boas e legais suas declarações, concedeu-lhe PRAZO para o recolhimento da mencionada importância, não o mandando prender, como aconteceu com todos aqueles que não efetuaram o recolhimento de importâncias recebidas ou prestação de conta ao Egregio Tribunal de Contas da União.

O Indiciado, em respeito a sua folha de serviço, de antigo servidor publico, mesmo em prejuizo de seus poucos recursos, diante de tão grave ameaça, recolheu pela GUIA DE RECOLHIMENTO N. TGTN N.0232, de 20/X/967, ao Tesouro Nacional a importancia de CR\$1.200.000,00 antigos para que não lhe assacassem a pecha de delapidador dos dinheiros publicos.

Assim, o indiciado, comprovando sua boa fé, na aplicação da verba recebida e não lhe sendo possivel apresentar documentos comprobatorios das alegações mencionadas, sujeitou-se, a buscar recursos, com pessoas amigas para suprir as despesas enumeradas e completar a importancia recebida, para o devido recolhimento ao Tesouro Nacional, o que foi feito com a Guia de Recolhimento acima mencionada.

Desta forma, o indiciado, acusado de haver infringido os artigos / 878 e 888, letra "E", do Código de Contabilidade da União, julga-se absolvido de tal imputação, pois o S P I quanto a recebimentos de Adiantamentos é regido pelo Decreto-Lei n. 2583, de 14.09.940 e as Prestações de Conta por Resolução do Egregio Tribunal de Contas da União, do ano de 1940.

Assim, segundo J. Guimarães Menegale, no seu Tratado "Estatuto dos Funcionários" - Capítulo das Penalidades - Pag. 602, diz: " - Quando se trata de " posse em razão de Cargo", enuncia-se condição subjetiva, sem a qual não é concebivel a figura do Peculador. Não o pode ser o funcionario que guarda o valor ou objeto por uma razão qualquer, mas em razão do Cargo ou do seu officio. Razão, (termo que, a esse proposito, se emprega, tantas vezes, incerta, imprecisa ou abusivamente) supõe na hipotese, uma relação de causa e efeito: age em razão do Cargo o funcionario que, ao faze-lo ocupa cargo que lhe pertence, e que, sem o exercicio dele, não poderia agir como agiu.

O dolo é indispenavel na consumação do peculato; com efeito, se não inspirou a subtração ou intenção, digo retenção indebita a intenção de auferir proveito ilicito, não há falar-se de crime, embora subsista, ou possa subsistir, a culpa, punivel disciplinarmente. Aqui, porem, não seria extrema a punição, porquanto se cuidaria de falta disciplinar, e não crime capitulado no Código Penal.

Levando-se em conta ainda que o indiciado recolheu ao Tesouro Nacional, conforme Guia de Recolhimento já citada, muito embora tenha realizado

realizado inumeras despesas ,toda a importancia recebida, isto é, Hum mil e Duzentos Cruzeiros novos, busca-se para o mesmo o amparo do artigo 312, paragrafo terceiro,que assim determina: - " A reparação do dano, se procede de sentença irrecurível, extingue a PUNIBILIDADE; se lhe é posterior, reduz de metade a pena imposta."

Diz ainda Galdino de Siqueira, no seu tratado de Direito Penal, fls. 564/65- VI. Segundo- " Carrara, referindo-se a distinção feita, pelo Código toscani, entre peculato proprio ou o desvio de cousas devidas em especie pelo funcionario publico, e peculato improprio ou o desvio de cousas devidas em quantidade, entende que, no primeiro caso, como o funcionario tem mera detenção da coisa, pelo só desvio desta em proveito proprio ou de outrem, consuma-se o crime, muito embora tenha intenção de servir-se dela precariamente e, depois a restituir, no segundo caso, porem como o funcionario é proprietario da coisa é só devedor de quantidade, o momento consumativo do crime só opera-se quando, chamado o funcionario a dar conta da quantidade devida, cae em mora e não a entrega".

" GAVAZZI acha justa essa distinção , desde que se tenha em vista o contrato que liga o funcionario, devedor de quantidade, a administração pública. Assim, o exator, pode servir-se, antes do vencimento do prazo determinado, da soma exata, desde que possa repor oportunamente: - neste caso, o crime só consuma-se com mora".

Deste modo e pela explanação feita á luz meridiana da razão e do direito , a simples analyse dos fatos, leva-nos a crer, que a Dextra Comissão / não há que duvidar da inexistencia de culpa do indiciado.

ITEM SEGUNDO; - Declarações do sr. Sebastião Lucena da Silva, na Comissão Parlamentar de Inquerito, fls. 682; -

Sr. Presidente:- Esse carro era mais da parte domestica do que da parte do SPI ? - O sr Sebastião Lucena da Silva:- Exatamente. O Sr. Presidente:- Onde fica o Museu do Indios ? - O sr. Sebastião Lucena da Silva:- Rua Mata Machado, número 127. O sr. Presidente:- Sugeriria, então, aos nobres colegas, uma visita, amanhã, ao Museu do Indio. O sr. Luiz Bronzeado:- Seria interessante. O sr. Presidente:- Houve uma quantia que ficou á disposição do funcionario, sr. Josias Macedo e que ele não recolheu ? - O sr. Sebastião Lu

6577
SPL
SPL

Lucena:- Tem para recolher da Renda do Índio 520 mil cruzeiros antigos. Ele vai dizer onde aplicou, assim disse ele, ou seja pagando automovel para a família do Coronel. Eles querem que eu diga, eu vou dizer. Não tenho documentos, mas vou dizer. Se o chamarem em minha presença, eu repito o que disse. O sr. Presidente:- No caso de acareação o sr. dirá? O sr. Sebastião Lucena:- Perfeitamente, inclusive com o Coronel. Ficaria até grato se me chamassem à Brasília, para uma acareação entre os srs. e o sr. Josias. O sr. Sebastião Lucena da Silva:- É pessoa do Coronel. O sr. Presidente:- Ele é pontual no S P I? O sr. Sebastião Lucena:- Vai uma vez por ano. O sr. Presidente:- Não vai todo o dia? O sr. Sebastião Lucena:- Acho que não era Chefe. Fls. 1403: O Sr. Celso Amaral:- O sr. Josias está viajando? O sr. Sebastião Lucena:- Ha poucos dias esteve aqui. " Na minha frente disse: " Não tenho recibo // mas vou dizer onde gastei esse dinheiro. VV. Exas. podem estar certo de que poucos vão dizer a verdade. Eles tem medo porque ele diz que é um homem forte. A mim disse: Ve se tens força para me derrubares. Não posso disse, disse eu.

Ora, Sr. Presidente, realmente o indiciado recebeu da S.O. A. a importância mencionada pelo sr. Lubena a qual se destinava diversos pagamentos e que foi realizado, conforme oito (8) recibos anexos (documentos números 1,2,3,4,5,6,7 e 8) como também da dita importância foram prestadas as devidas conta junto à Diretoria do SPI, Orgão competente para apreciá-las, julgá-las e aprova-las o que graças a Deus aconteceu. O indiciado não possuía em seu poder nenhuma importância a recolher e sim para efetuar pagamentos de despesas já realizadas, o que se verificou, conforme foi assim mencionado.

ITEM TERCEIRO: - Quanto ao item III, causa-nos espanto a exdruxula conclusão a que chegou a Douta Comissão de Inquérito para afirmar que o indiciado cometeu infração funcional e penal no caso do transporte de um motor de propriedade particular de Moacir Ribeiro Coelho, do Rio para São Paulo, em uma camioneta de propriedade do S P I, pois para derrubar tão malevola insinuação reportamo-nos apenas em transcrever as declarações do denunciante ITAMAR ZWICHER SIMÕES, Encarregado do P.I. VANUIRE, perante a Comissão Parlamentar de Inquerito, que inocentou e eximiu de qualquer responsabilidade o indiciado. Senão, veja-mos: - " RECEBI ORDENS do Coronel Moacir Coelho, o grifo é nos

o grifo é nosso, para que me locomosse ao Rio de Janeiro com a Kombi, a fim de retirar na firma SINCANTO, se não me engano estabelecida na Avenida Betulio Vargas - a Motor, o grifo é nosso, de seu carro (SIMCA) e o transportasse para São Paulo a fim de entrega-lo a uma firma estabelecida à Rua do Ipódromo (em São Paulo) para que o motor sofresse os necessários reparos uma vez / que o mesmo estava com a garantia e tão logo estivesse pronto eu o levasse / novamente ao Rio e o entregasse na mesma firma de onde o retirara.

AS ORDENS DO SR DIRETOR, o grifo é nosso foram cumpridas à risca, conforme suas ordens verbais e telefonemas de Brasília, e com um documento / que me fosse entregue o motor, documento esse dirigidos às firmas. Esse documento, o grifo é nosso, me foi entregue, o grifo é nosso, pelo Sr JOSIAS em seu Gabinete de trabalho, no Museu do Índio, no Rio de Janeiro."

Ora, Sr. Presidente, causa-nos espanto e porque não dizer até certa duvida, a mera participação, como a simples entrega de um documento, ser motivo para incriminar um funcionario e leva-lo á uma Comissão de Inquerito. Onde a transgressão disciplinar ou infração penal ? JUSTIÇA, Senhores.

ITEM QUARTO:- Nula de pleno direito a acusação que é feita ao indiciado, pois o mesmo na qualidade de funcionario do Serviço de Proteção aos Índios, tem seus adiantamentos regidos por uma Resolução do "gregio Tribunal de Contas da União do ano de 1940 e não pelo Decreto-Lei número 2206, de 20 de maio de 1940 e, ainda falta-lhe consistencia jurídica de vez que o mesmo / é uma abusiva repetição das acusações contidas no item Um, ferindo assim os mais rudimentares principios de direito, especialmente o conhecedismo "NON BIS IN IDEM", do Direito Romano, que preceitua "ninguem pode ser punido duas vezes pelo mesmo crime". Mesmo assim no caso em tela, o que poderia ocorrer seria mera transgressão disciplinar.

ITEM QUINTO:- O presente item continua sendo uma consequencia do item Um, no qual está sobejamente provado que o indiciado não quiz, nem tentou apropriar-se de dinheiros publicos. O indiciado, não querendo envolver o respeitavel nome da digna esposa de um seu ex-Diretor, omitiu tal ocorrencia no seu depoimento perante a Comissão de Inquerito, porem pasme, Sr. Presidente, a levianidade de um funcionario levou tal assunto ao conhecimento da Comissão de Inquerito, o que motivou a ^Acarcação do mesmo com o indiciado, o que o obrigou

obrigou a realmente confirmar o fato, fato esse que seria um adiantamento por poucos dias, o que não causou nenhum prejuízo, quer ao SPI, quer ao Tesouro Nacional, de vez que o indiciado, repõe, no seu total a importância recebida por adiantamento e da qual foi utilizada a importância para o mencionado resgate.

Pelo exposto e diante das razões apresentadas, REQUEIRO a V. Sta., que exclua da Relação dos Indiciados pela Douta Comissão de Inquerito o nome do nosso Patrocinado, de vez que nada de positivo ficou apurado contra o mesmo, por ser uma ^Ato da mais pura e lícita

J U S T I Ç A

Rio (GB), 8 de maio de 1968.

Pp. _____

EDGARD MACEDO - Advogado, D.A.B., Seção do Amazonas - N.86

6580
296

DOCUMENTOS ANEXADOS PARA COMPROVAR GASTOS RELACIONADOS COM O ITEM

2:

- 1) - Laboratorio Franco Velez - Fatura no valor de CR\$430.6600,80;
- 2) - Lojas NOCAR - fatura no valor de CR\$12.726,00
- 3) - Pesto e Garagem Luanda Ltda -no valor de CR\$38.967,00
- 4) -Papellaria "Proper Ltda"- fatura no valor de CR\$22.500,00
- 5) -Recibo do servidor Edilson Torres de Oliveira (recebia contra reci_
be) no valor de CR\$20.000,00
- 6) -Palácio das Drogas - Drogaria V.Silva - fatura no valor de CR\$677,00;
- 7) -Palácio das Drogas -Drogaria V.Silva - fatura no valor de CR\$319,00;
- 8) Palácio das Drogas - Drogaria V.Silva -fatura no valor de CR\$287,00.

Total de pagamentos efetuados: CR\$526,236,00 (cruzeiros antigos)

Rio, 07 de Maio de 1968.


Josias Ferreira de Macedo.

6581
11/10/62
857

Laboran - Franco Vélez
Indústrias Química e Farmacêutica S.A.



AO
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS
Rua Mata Machado, 127
RIO DE JANEIRO - GUANABARA

FATURA Nº 19.793

NOTA FISCAL Nº 09865

8.280	FC.	SULFATO DE ESTREPTOMICINA		
		C/DILUENTE	22,00-	C\$ 182.160,00
117.720	COMP.	HIDRABIONE (DOSE DUPLA)	2,00-	C\$ 235.440,00
				C\$ 417.600,00
		IMPÔSTO DE CONSUMO 2%		3.643,20
		IMPÔSTO DE CONSUMO 4%		9.417,60
		TOTAL		C\$ 430.660,80

=====

IMPORTA A PRESENTE FATURA EM:- C\$ 430.660,80 (QUATROCENTOS E TRINTA/
MIL, SEISCENTOS E SESSENTA CRUZEIROS/
E OITENTA CENTAVOS.....)

RIO DE JANEIRO, EG., 17 de novembro de 1962.

Laboran - Franco Vélez
Indústrias Química e Farmacêutica S. A.

RECEBEMOS DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS, A IM-
PORTÂNCIA DE C\$ 430.660,80 (QUATROCENTOS E TRINTA MIL, SEISCENTOS E
SESSENTA CRUZEIROS E OITENTA CENTAVOS), REFERENTE A PRESENTE FATURA

RIO DE JANEIRO, EG., 17 de novembro de 1962.

Laboran - Franco Vélez
Indústrias Química e Farmacêutica S. A.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

Certifico que foram examinados e recebidos os artigos constan-
tes desta fatura, devidamente escriturados, _____

Em 17 de 11 de 1962
João Carlos agt 6-11

VISTO
17-11-62
João Carlos
Chefe de S.

lojas **NOCAR**

SOCIEDADE ANÔNIMA — RADIO-ELETRICIDADE
Matriz: Rua da Quitanda, 48 — Tels. 42-1510 — 42-1733
Filial: Rua Beneditinos, 19 - Tel. 43-0279 - Caixa Postal 4522
Ends. Telegs. «RENOCAR» e «ELETRONICA» - RIO DE JANEIRO - GB.

Rio de Janeiro,

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS

Fat.RP-4808

N.F.Nº-30092-30093

Quant.	N.F.Nº-30092				
2	Condensadores eletrolíticos 24x450V.....	CR\$	270,00	CR\$	540,00
1	" " 25x50V.....	CR\$	47,00	CR\$	47,00
1	" " 10x50V.....	CR\$	73,00	CR\$	73,00
2	" " 25x50V.....	CR\$	47,00	CR\$	94,00
2	" 01x600V.....	CR\$	39,00	CR\$	78,00
1	" 1x600V.....	CR\$	62,00	CR\$	62,00
1	" 5x600V.....	CR\$	196,00	CR\$	196,00
38	Metros Cordoalha p/antena 7x7.....	CR\$	90,00	CR\$	3.420,00
1	Fôrma p/ bobina 4 pinos 11/4".....	CR\$	168,00	CR\$	168,00
1	" " " 6 " 11/4".....	CR\$	198,00	CR\$	198,00
1	Bobina tanque final 20 metros link cen- tral ajustavel BVL Watts.....	CR\$	850,00	CR\$	850,00
1	Base bobina 4 pinos.....	CR\$	670,00	CR\$	670,00
1	Haste " 100 Watts.....	CR\$	580,00	CR\$	580,00
1	Link 20 metros 100 Watts.....	CR\$	280,00	CR\$	280,00
1	Par. de fones de cabeça.....	CR\$	2.600,00	CR\$	2.600,00
N.F.Nº30093					
1	Microfone de cristal.....	CR\$	1.330,00	CR\$	1.330,00
1	Pedestal de mesa telescópio.....	CR\$	1.190,00	CR\$	1.190,00
2	Pluzes Macho.....	CR\$	175,00	CR\$	350,00
				CR\$	12.726,00

Importa a presente em:
**CR\$12.726,00(DOZE MIL SETECENTOS E VIN-
TE E SEIS CRUZEIROS)**

Rio de Janeiro, 17 de Dezembro de 1962

JAS NOCAR S. A. - RADIO-ELETRICIDADE

Diretor

JM/.

LAVAGENS
E
LUBRIFICAÇÕES

Posto e Garagem Luanda Ltda.

BATERIAS E ACCESSÓRIOS PARA AUTOMÓVEIS EM GERAL

Rua Barão de Mesquita, 1091 - Tel. 38-2064 — Rio de Janeiro

6583
PNEUMÁTICOS
E
CÂMARAS DE AR

FATURA N.º

Rio de Janeiro, 17 de setembro de 1962

Ilmo. Snr. SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS - SEÇÃO DE ESTUDOS

Rua RUA MATA MACHADO N.º 127 - N E S T A

Recebemos da Seção de Est dos do Serviço de Proteção aos Índios do Ministério da Agricultura, a importância de trinta e oito mil e novecentos e sessenta e sete cruzeiros - CR\$ 38.967,00 -, pelo fornecimentos de gasolina, óleo e pneus para jipe desta Seção durante os meses de outubro, novembro e dezembro de 1961. Firmo o presente recibo em 4 vias para um só efeito.

Selado com cr\$ 40,00

POSTO E GARAGEM LUANDA LTDA.

Rio de Janeiro 17 Setembro 1962
Maurício Pereira de Souza

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA	
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS	
Certifico que foram examinados e recebidos os artigos constantes desta fatura, devidamente escriturados,	
Em	17 de Setembro de 1962.
	Ass. M. S. Ag. 6-13.

VISTO
17-9 de 1962
José Carlos de
Carmo

6584
4

PAPELARIA "PROPER LTDA."

ARTIGOS DE PAPELARIA

Pastas de cartolina — Fitas para máquinas — Papéis — Canetas

Largo de São Francisco, 19-Loja 2-A — Rio de Janeiro-E. G. — Fone 23-6260

Inscrição N.º 104.385

Ilmo(s). Snr(s).

Enderêço

Rua Mata Machado 127

Devem

Fatura n.º

Rio de Janeiro, 7 de

Agosto

de 1962

	DISCRIMINAÇÕES	PARCIAL	TOTAL
8.000	Folhas de papel apergaminhado ofício emprego	1.800,00	14.400,00
4.000	folhas de papel fino ofício emprego	1.500,00	6.000,00
60	bloques de papel rescounto	35,00	2.100,00
	TOTAL CR\$.....		22.500,00
	vinte e dois mil e quinhentos cruzeiros .		

Rio de Janeiro 13 de novembro de 1962

Arquivo de Santos da Cruz

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
SERVICO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

Certifico que foram examinados e recebidos os artigos constantes desta fatura, devidamente escriturados.

Em 13 de _____ de 1962.

[Handwritten:] 6-B.

Fe 99 Rio de Janeiro de

DISCRIMINAÇÕES	PARCIAIS	TOTAL
----------------	----------	-------

13-11-62
Lionel Rose

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Serviço de Proteção aos Índios
Seção de Estudos

Cr\$ 20.000,00

RECEBI do Sr. Josias Ferreira de Macedo, Chefe da
Seção de Estudos do Serviço de Proteção aos Índios, a impor-
tância de Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros), por conta de
serviços prestados como telegrafista na Seção de Estudos.-

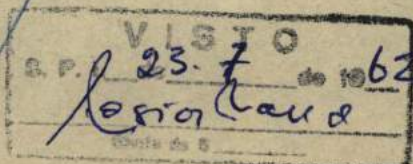
Rio de Janeiro, 23 de julho de 1962.-

Edilson Torres de Oliveira

EDILSON TORRES DE OLIVEIRA.-



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA	
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS	
Atento que foram prestados os serviços constantes da presente	
conta.	23 7 de 1962
Em	de
por W. Agt 6-13	



6586
6



PALACIO DAS DROGAS
J. MENDES-OLIVEIRA S.A.
(DROGARIA V. SILVA)

END. TELEGR. "VSILVA"

64 - Rua da Assembléia - 66
TELEFONE: 42-4178 - REDE INTERNA
RIO DE JANEIRO
INSCRIÇÃO N.º 108.130

2a. via

O SNR: **MINISTÉRIO DA AGRICULTURA**
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS
Fatura nº G. 537/62

DEVE

Série "F" - n/nota fiscal nº 18062

1	Tubo	Anticocus, pomada	Tbo.	181,00	181,00
1	Rolo	Atadura de Crepon - 15 cms.	Rlo.	154,00	154,00
1	Vdr.	Campoferron	Vdr.	342,00	342,00

677,00

Importa esta fatura em seiscentos setenta sete cruzeiros.

677,00

Rio de Janeiro,

J. MENDES - OLIVEIRA S.A.
(Dro. da V. Silva)

[Signature]
Diretor

RECEBEMOS

26 de julho de 1962
P. J. MENDES - OLIVEIRA S.A.
(DROGARIA V. SILVA)

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

Certifico que foram examinados e recebidos os artigos constantes desta fatura, devidamente escriturados, _____

Em 26 de 7 de 1962.

[Signature]

26-7-62
Recebido
P. J. MENDES - OLIVEIRA S.A.



PALACIO DAS DROGAS
J. MENDES-OLIVEIRA S.A.
(DROGARIA V. SILVA)

END. TELEGR. "VSILVA"

64 - Rua da Assembléia - 66
TELEFONE: 42.4178 - REDE INTERNA
RIO DE JANEIRO

INSCRIÇÃO N.º 108.130

2a. via

DEVE

O SNR.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS
Fatura nº G. 854/61

Série "F" - n/nota fiscal nº 17634

Memorando S/Nº

1 Vidro Tetrex, susp. Pediátrico	Vdr.	264,00	264,00	
1 Caixa Acetin Infantil	Cxa.	55,00	55,00	319,00

Importa esta fatura em trezentos dezenove cruzeiros.

Rio de Janeiro,

J. MENDES-OLIVEIRA S.A.
(Drogaria V. Silva)

J. Mendes
Empresário

RECEBEMOS

Rio de Janeiro, 26 de julho de 1962

J. MENDES-OLIVEIRA S.A.
(DROGARIA V. SILVA)

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

Certifico que foram examinados e recebidos os artigos constan-
tes desta fatura, devidamente escriturados,

Em 26 de

de 1962.

João W. Aguiar
6-13

RECEBIDO
26 de julho de 1962
João W. Aguiar

6588

RJA

8



PALACIO DAS DROGAS

J. MENDES-OLIVEIRA S.A.

(DROGARIA V. SILVA)

END. TELEGR. "VSILVA"

64 - Rua da Assembléia - 66
TELEFONE: 42-4178 - RÉDE INTERNA
RIO DE JANEIRO

INSCRIÇÃO N.º 108.130

2a. via

O SNR.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS
Fatura nº G. 125/62

DEVE

Série " F " - n/nota fiscal nº 17713

2 Rôlos Ataduras Crepon - 10 cms.
1 Tubo- Anticoccus, pomada

Rlo. 70,00 140,00
Tbo. 147,00 147,00

287,00

Importa esta fatura em duzentos oitenta sete cruzeiros.

Rio de Janeiro,

J. MENDES-OLIVEIRA S.A.
(Drogaria V. Silva)

[Signature]

RECEBEMOS

Rio de Janeiro, 26 de julho de 1962
p. J. MENDES-OLIVEIRA S.A.
(DROGARIA V. SILVA)

[Signature]

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

Certifico que foram examinados e recebidos os artigos constan-
tes desta fatura, devidamente escriturados,

Em 26 de 7 de 1962
[Signature] - Agent, 673

VISTO
26.7 de 1962
[Signature]
Chefe de D.

6589
BJA

PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração, eu JOSIAS FERREIRA DE MACÊDO, brasileiro, casado, funcionário público federal, residente e domiciliado nesta cidade, á rua da Glória Nº 348, apartamento 402 - Bairro da Glória - , nomeio e constituo meu bastante procurador o Doutor EDGARD MACÊDO, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Secção do Amazonas, sob o Nº 86, com escritório provisório sito á Rua do Ouvidor 63 - Sala 907, nesta Capital, com poderes para defender o outorgante, civil e criminalmente de qualquer / imputação que se lhe faça em inquérito administrativo que corre no Ministério do Interior, relativo aos funcionários do S.P.I , podendo para isso alegar e defender todo o seu direito e justiça; produzir tôdas as provas em direito permitidas; interpor e seguir qualquer recurso para qualquer autoridade imediatamente / superior ; fazer tôdas as declarações que julgar convenientes e como se êle próprio fôra ; assinar quaisquer termos de compromisso ou responsabilidade; juntar e retirar documentos e agir no fôro em geral com poderes "ad juditia", inclusive o de receber a primeira citação; transigir; desistir; passar recibo; dar quitação e esta substabelecer com ou sem reserva.

Rio de Janeiro, 8 de maio de 1968

Josias Ferreira de Macêdo
Josias Ferreira de Macêdo

15.º OFÍCIO DE NOTAS
(ANTIGO CARTÓRIO HUGO RAMOS)
TABELIÃO:
Dra. CARMEN COELHO
SUBSTITUTO:
ARTHUR LAVIGNE JUNIOR
AUTORIZADOS:
LUIZ CAMPOS RIBEIRO
MANDEL PEREIRA
Rua da Assembleia, 36
Tels.: 31-0691 - 31-0872
RIO DE JANEIRO
GUANABARA

Reconheço a firma

Josias Ferreira de Macêdo
Rio de Janeiro, 18 de maio de 1968
da verdade

ILMO.SR. DR. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE INQUERITO:

6590
B96

DEFEZA QUE FAZ?

ROBESPIERRE BAYMA SALIGNAC DE SOUZA, brasileiro, maior, solteiro, funcionario publico autarquico, domiciliado e residente em Manaus - Capital do Estado do Amazonas, a Av. Joaquim Nabuco, 498 ap. 102, por seu procurador e advogado, infra-assinado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Secção do Amazonas, sob o n. 86, e, na forma do que preceitua o Regulamento / da Ordem dos Advogados do Brasil, com escritório provisório sito a Rua do Ouvidor, 63 - sala 907 - onde poderá ser encontrado, indiciado nessa Comissão, vem no prazo que a lei lhe assegura apresentar sua defeza pelos motivos que / passa a alegar e a seguir export:-

Item I - Certificou a prestação de conta da renda indigena na I.R.-7 referente a julho de 1965, na qual existe inumeras fraudes, inclusive varios recibos do inexistente Agenor Ondino Ribas assinados a carbono, de / ns. 34, 48, 51 num total de CR\$18.345,240 antigos, fls. 1734, 2566, 4824/32.

O indiciado no desempenho de sua função publica, certificou / como era de seu dever, todos os recibos da prestação de conta da Renda Indigena na I.R.7, referente a julho de 1965, pois os mesmos eram originarios de mercadorias que o mesmo havia recebido e que os citados recibos, causa da denuncia, são copias dos originais juntados a prestação de conta junto a Diretoria do Serviço, órgão competente para aprecia-la e todas elas legalmente aprovadas.

Quanto a acusação da inexistencia do snr. Agenor Ondino Ribas, o mesmo mora em Curitiba - Capital do Estado do Paraná - podendo o indiciado dentro de poucos dias fazer juntada de sua carteira de identidade, titulo de eleitor, carteira de reservista e outros documentos que comprovem a sua existencia. E, ainda para comprovar o alegado e destruir tal acusação, na REVISÃO

6591
BJS

REVISÃO feita pela própria Comissão de Inquerito, a mesma encontrou os mesmos recibos certificados e autenticados por outros funcionarios e julgando-os / bons e legais, não os indiciou. Assim, provado está que o indiciado exerci- / tou apenas um ato de rotina, não infringindo nenhum dispositivo legal.

Item II - Recebeu irregularmente vencimentos em acumulação // proibida nos meses de maio e junho de 1965 (fls. 2495).

Inicialmente protestamos pela juntada posterior de documentos que servirão para comprovar as alegações que vamos fundamentar.

O indiciado foi posto a disposição do Serviço de Proteção // aos Indios, requisitado pelo mesmo, em virtude do mesmo já ser funcionario / publico autarquico do Estado do Amazonas, sem onus para o S.P.I. e do qual / não recebeu vencimentos (certidãe essa, como ficou dito acima, será posteri- / ormente juntada).

Mesmo assim, invocamos em amparo ao indiciado as determinações do artigo 193, do Estatuto dos funcionarios publicos civis da União, que assim se expressa: - Artigo 193 - "Verificado em processo administrativo / acumulação proibida, e provado a boa-fé, o funcionario optará por um dos / cargos".

O Decreto n. 35.956, de 2.08.954, modificado pelos de ns.... / 36.479, de 19.XI.54 e 38.956, de 3.04.956 que regulamentou as disposições / estatutarias sobre acumulação no seu artigo 14 - acumulação proibida, e pro- / vado a sua boa-fé, o funcionario optará por um dos cargos".

Ora, Snr. Presidente, o indiciado não recebeu irregularmente vencimento, porém se fosse o caso, a acusação do mesmo haver recebido dois (2) meses - maio e junho - prova a sua boa-fé, e amparado naquele diploma / legal, perderia um dos cargos, em opção, o que realmente aconteceu, pois / de há muito o indiciado retornou a sua repartição de origem.

Nestas condições, Snr. Presidente, REQUEIRO a V.S., que se / digne mandar excluir da relação dos indiciados, o nome do nosso patrocinado, de vez que nada de positivo ficou apurado contra o mesmo e por ser um ato da mais pura e lidima

J U S T I Ç A

RIO (GB), 8 de maio de 1968.

Pp.

EDGARD MACEDO

MILTON NOGUEIRA MARQUES

BACHAREL EM DIREITO
3.º TABELIÃO
Rua Marechal Deodoro, 50
FONE, 1521
MANAUS-AMAZONAS

Livro N.º 1009

Fls. 142

Traslado 1º

PROCURAÇÃO que faz - ROBESPIERRE BAYMA SALIGNAC DE SOUZA

SAIBAM os que este público Instrumento de procuração bastante virem, que aos vinte e sete dias do mês de abril do ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil novecentos sessenta e oito, nesta cidade de Manaus, capital do Estado do Amazonas, República dos Estados Unidos do Brasil, compareceu como outorgante em meu Cartório, ROBESPIERRE BAYMA SALIGNAC DE SOUZA, brasileiro, maior, solteiro, funcionário público autárquico, domiciliado e residente nesta cidade, à Av: Joaquim Nabuco, nº 498- Aptº102

reconhecido de mim pelo próprio das duas testemunhas abaixo nomeadas e assinadas. E em presença das mesmas por ele foi dito que nomeia e constitui seu bastante procurador Doutor EDGARD DE MACEDO, brasileiro, casado, advogado, residente na cidade do Rio de Janeiro-Estado da Guanabara, com poderes para defender o outorgante, civil e criminalmente de qualquer imputação que se lhe faça em inquerito administrativo que corre no Ministério do Interior, relativo aos funcionários do extinto SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS (S.P.I), podendo para isso alegar e defender todo o seu direito e justiça; produzir todas as provas em direito permitidas; interpor e seguir qualquer recurso para qualquer autoridade imediatamente superior; fazer todas as declarações que julgar convenientes e como se ele próprio fôra; assinar quaisquer termos de compromisso ou responsabilidade; juntar e retirar documentos e agir no fôro em geral com poderes ad judicium, inclusive o de receber a primeira citação; transigir; desistir; passar recibo; dar quitação e esta substabelecer com ou sem reserva. *[assinatura]*

E todos os poderes em direito permitidos, para que em nome dêle outorgante , como se presente fosse , nossa, em juízo ou fora dele, requerer, alegar, defender todo o seu direito e Justiça, em quaisquer causas ou demandas, cíveis ou crimes, movidas ou por mover, em que ele outorgante for Autor ou Réu , em um ou outro fôro; fazendo citar, oferecer ações libelos, exceções, embargos, suspensões e outros quaisquer artigos; contrariar, produzir, inquirir e reperguntar testemunhas, dar de suspeito a quem lh'o fôr; jurar decisória e supletoriamente na alma dele outorgante ; fazer dar tais juramentos a quem lhe convier; assistir aos termos de inventários e partilhas, com as citações para eles, assinar autos, requerimentos, protestos, contra-protestos e têrmos, ainda os de confissão, negação, louvação e desistência; apelar, agravar ou embargar qualquer sentença ou despachos, e seguir êstes recursos até a maior alçada; fazer extrair sentenças, requerer a execução delas, passar recibo e dar quitação; assistir aos autos de reconciliação, para os quais lhe concede poderes ilimitados, pedir precatórias, tomar posse, vir com embargos de terceiros senhor e possuidor ; juntar documentos e torná-los a receber, variar de ações e intentar outras de novo; podendo substabelecer esta em um ou mais procuradores, e os substabelecidos em outros, ficando-lhes os mesmos poderes em vigor e revogá-los querendo; seguindo suas cartas de ordem e avisos particulares que, sendo preciso, serão considerados, como parte desta. E tudo quanto assim fôr feito pelo seu dito procurador ou substabelecido , promete haver por valioso e firme. Assim o disse, sendo testemunhas presentes : Fausto de Aguiar Pinheiro e Maria da Conceição Carvalho Rodrigues, civilmente capazes e meus conhecidos,

moradores nesta cidade, que êste instrumento ouviram ler e assinaram com o outorgante; dou fé. Eu, Neide de Paula Miranda, escrevente juramentada, a escreví. E eu, Milton Nogueira Marques, Tabelião, a subscrevo e assino. MILTON NOGUEIRA MARQUES. Manaus, 27 de abril de 1968. (aa) ROBESPIERRE RAYMA SALIGNAC DE SOUZA. Fausto de Aguiar Pinheiro. Maria da Conceição Carvalho Rodrigues. - Traslado do próprio original na data retro e pela

primeira vêz; dou fé. Eu, Milton Nogueira Marques, Tabelião, a subscrevo e assino em público e raso.

Em Teste

10.º OFÍCIO DE NOTAS
MANAUS - MILANESIA - VIA ZONAS

Reconheço a

firma

e Sme

Tabelião.

da verdade.

MILTON NOGUEIRA MARQUES
LUCAS N. ROQUE PINHEIROS
10.º OFÍCIO DE NOTAS
RUA M R CH L DEODORO, 50
TELEFONE: 22047
MANAUS - AMAZONAS

Rio de Janeiro 30 de abril de 1968

Em test.º da verdade

COTA NCR\$ 0.25 CADA - TAB. VIII - N.º VI - ATO 3

Ilmo. Snr. Presidente da Comissão de Inquerito Administrativo:

6593
Bh

ROBESPIERRE BAYMA SALIGNAC DE SOUZA, indiciado nessa douta Comissão de Inquerito Administrativo, por seu procurador e advogado, infra assinado, tendo protestado, em sua DEFEZA pela apresentação de provas, vem pela presente, requerer a V.S., que se digne mandar juntar aos autos, o / documento, anexo, de vez que o mesmo vai inocenta-lo das acusações contidas no item II da denuncia apresentada contra o requerente.

Termos em que,

Pede e espera deferimento.

RIO (GB), 22 de maio de 1968.

Pp.

E D G A R D

M A C E D O

Advogado n. 86 - OAB., Secção do Amazonas.

Acompanha um (1) atestado do Departamento de Estrada de Rodagem do Amazonas.



ESTADO DO AMAZONAS
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

6594
Bf

A T E S T A D O :-

ATESTAMOS, a requerimento verbal do interessado, que o senhor ROBESPIERRE BAYMA SALIGNAC DE SOUZA, Apropriador "B", pertencente ao Quadro Permanente dêste Departamento, conforme verificação feita em sua ficha funcional de nº 656 dêste Serviço, em 05.04.1965 de acôrdo com o Decreto Governamental, publicado no Diário Oficial do dia 06.04.65, foi posto à Disposição do Serviço de Proteção aos Indios, sem ônus para este Órgão Rodoviário. E, de acôrdo com o Decreto Governamental, publicado no Diário Oficial do dia 28.07.66, foi cessado sua disposição junto aquêlo Serviço.

D.P.A. - SERVIÇO DE PESSOAL, em Manaus, 09 de maio de 1968.

JOSE ANTONIO MONASSEA - Of. de Adm. "C".
CHEFE DO SERVIÇO DE PESSOAL, em exercício.

VISTO:- AURELIO CID BOTELHO
CHEFE DA D.P.A.



RECONHEÇO A FIRMA SUPRA
DOU FÊ.
Manaus, 10 / 5 / 1968
testemunho
LUCAS MARQUES PINHEIRO
TABELÃO SUBSTITUTO

ILMO. SNR. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE INQUÉRITO DO S.P.I.

J. G.
6595-
B. A.

Tendo em vista acusações a mim formuladas, de possíveis irregularidades, desejo demonstrar a improcedência das denúncias, visto como, em todos os atos por mim praticados, foram observados/ os preceitos legais, mais ainda o escrúpulo no trato dos dinheiros públicos, a saber:

Primeira acusação: "COMPROU MATERIAIS PARA A I.R.9, SEM LICITAÇÃO DE PREÇOS. (Fl. 3704).--

De Acôrdo com a norma já posta em prática, nos inúmeros anos de existência do S.P.I., não se observou os preceitos estabelecidos no Código de Contabilidade da União, vez que, quando das solicitações de adiantamentos ao S.P.I., eram autorizados pelo / / Exmo. Sr. Presidente da República, a dispensa de concorrências públicas e colétas de preços, através de Exposição de Motivos, conforme faz certo com o Diário Oficial de 25 de maio de 1966, que publica a E.M. 91, de 28/04/66, do Sr. Ministro da Agricultura, PR.3740/66 - aprovada pelo Exmo. Snr. Presidente da República, pág. 5.566 - (Doc. nº 1) e cópia Termofax da Exposição de Motivos 220, de / / 11.08.65, do Sr. Ministro da Agricultura, MA-010/26.709/65, aprovada pelo Exmo. Snr. Presidente da República (Docs. ns. 2 e 3).--

Segunda acusação: "IRREGULARIDADES CONTÁBEIS: Não fazia contabilização nem registro de qualquer espécie na I.R.9. (Fl.4021)

A escrituração nas Inspetorias e Postos Indígenas, nunca foi exigida pela Diretoria, a partir de 1964, constando apenas dos Avisos Mensais e Mapas de Movimento de Renda, que eram encaminhados a S.O.A., secção esta ultimamente denominada SINDI; quanto à Verba Orçamentária, era obrigação do suprido, enviar as comprovações, juntamente com o Espelho e Notas Fiscais para a Diretoria, onde eram encaminhadas ao Tribunal de Contas, depois de vistoriada e aprovadas pelo Biretor; nas Inspetorias Regionais, ficavam as /

cont.

6596
2.

4as. Vias, devidamente encadernadas, com os respectivos anexos necessários.

Terceira acusação: "ENVOLVIDO NO CASO DE EXPLORAÇÃO DE CASSITERITA, EM RONDÔNIA".

No que tange ao suposto caso de exploração de CASSITERITA, em Rondônia, afirmo sem dúvida de erro ou suspeita de fraude, que, na minha gestão, não foi procedida à referida exploração, a não ser troca de expediente sobre o assunto, o que motivou a vinda à 9a. Insptoria, de um funcionário com Ordem de Serviço da Diretoria, de nome SAÇATÊ TINOSÃO APORANA, com a incumbência de verificação e possibilidade referente à mesma; que, decorrido algum tempo, regressou esse servidor a Brasília, e ao que se sabe, não retornou àquela Insptoria, por ter apresentado relatório negativo ao aproveitamento econômico, por parte do Serviço; tendo sido, logo em seguida, designado para Chefiar a 3a. Insptoria Regional, em São Luiz, estado do Maranhão, apenas encaminhei à Diretoria uma proposta de um Sr. de sobrenome Tourinho, desconhecendo assim, qual o despacho contido na mencionada proposta.

Quarta acusação: " RESPONSÁVEL PELA NÃO PRESTAÇÃO DE /
CONTAS DE CR\$30.000.000, CORRESPON -
DENTE AO TC.13.232/67, E DE / /
CR\$11.000.000, CORRESPONDENTE AO /
TC.23.018/67 (Fl. 4695)

Não procede a alegada falta de prestação de contas, visto como, sempre enviei e no devido tempo os comprovantes dos adiantamentos ou suprimentos recebidos; reconheço, entretanto, o injustificável descaso e irresponsabilidade da administração passada, em não encaminhar as suas prestações de contas e de outros servidores, até que, o incêndio ocorrido no Ministério da Agricultura, consumiu tudo, decorrendo daí a decretação da minha prisão administrativa; mesmo punido e ainda prêso, encaminhei as 4as. Vias, da prestação de contas de Cr\$11.000.000 ao Exmo. Sr. Ministro do Interior e em data de 21 de Novembro de 1967, deu entrada naquele Ministério, cujo protocolo de nr.09752, anexo à presente por cópia Xerox(doc. 4); no que se refere à prestação de Cr\$30.000.000, em princípio de Ja-

cont.

6597-
3.

Rio de Janeiro, 04 de Maio de 1968

Rio de Janeiro, 07 de Maio de 1968

João Fernandes Moreira
Insp. Índios 12.ª

n.1) - Página do D.O. de 25.05.66, n.5566, contendo E.M.91 de 28.4.66 ao Exmo.Sr.Presidente da República,que dispensa concorrências/públicas e coletas de preços.-

n.4) - Cópia Xerox, do cartão de Protocolo n.09752, do Ministério do Interior, referente as 4a. Vias, da prestação de contas da importância de cr\$11.000.000,00.-

~~X-X-X-X-X-X-X- X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X~~

prestação de

-X-X-X-X-X-X-

197.

6598
PR

Doc. nº 1

1963. — "Homologo. Em 21-5-66". — (Rest. ao M.F., em 25-5-66).
- PR 22.425-63 — Nº 283, de 9 de maio de 1966. Homologação da requisição do servidor WALFRIDO PAULINO MANOEL LODI, daquele Ministério, à disposição da Superintendência Nacional do Abastecimento, no período de 29 de junho de 1964 a 5 de outubro de 1965. — "Homologo. Em 21-5 de 1966". — (Rest. ao M.F., em 25-5-66).
- PR 8.693-65 — Nº 288, de 5 de maio de 1966. Autorização para anteparar recursos, até o montante de Cr\$ 31,9 bilhões, por conta de crédito especial a ser solicitado do Congresso Nacional e dentro das possibilidades do Tesouro Nacional e do critério que for estabelecido por aquele Ministério, em favor da Prefeitura do Distrito Federal. — "Autorizo. Em 13-5-66".
- PR 3.286-66 — Nº 251, de 18 de abril de 1966. Requisição da servidora YEDDA GOLTSMAN, daquele Ministério, para ficar à disposição do Conselho Nacional de Economia, pelo prazo de um (1) ano. — "Autorizo. Em 21-5-66". — (Rest. ao M.F., em 25-5-66).
- PR 3.288-66 — Nº 254, de 18 de abril de 1966. Aplicação, pela Biblioteca daquele Ministério, sob regime de adiantamento, independentemente de concorrência, da importância de Cr\$ 2.000.000 (dois milhões de cruzeiros), à conta da Categoria Econômica 3.1.3.0 — 07.00 — 04, do vigente Orçamento. — "Autorizo. Em 13-5-66". — (Rest. ao M.F., em 25-5-66).
- PR 3.289-66 — Nº 233, de 18 de abril de 1966. Requisição da servidora NAIR GOMES PINTO ALVES, lotada na Divisão do Material, para servir, pelo prazo de um (1) ano, à disposição do Conselho Superior de Tarifa. — "Autorizo. Em 21-5-66". — (Rest. ao M.F., em 25-5-66).
- PR 3.901-66 — Nº 290, de 9 de maio de 1966. Requisição da servidora JANDIRA CHAGAS VITAL, lotada na Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional em Pernambuco, para servir, pelo prazo de um (1) ano, à disposição da Delegacia Regional de Arrecadação da 4ª Região — Pernambuco. — "Autorizo. Em 21-5-66". — (Rest. ao M.F., em 25-5 de 1966).
- PR 3.902-66 — Nº 292, de 9 de maio de 1966. Requisição do servidor RODOLFO VIEIRA DA CUNHA, lotado no Serviço de Estatística Econômica e Financeira, para servir, pelo prazo de um (1) ano, à disposição da Delegacia Regional de Arrecadação no Estado da Guanabara. — "Autorizo. Em 21-5-66". — (Rest. ao M.F., em 25-5-66).
- PR 4.039-66 — Nº 299, de 10 de maio de 1966. Requisição da servidora ZOLA MARIA FRAGA, daquele Ministério, para — e pelo prazo em que — exercer função gratificada, à disposição do Ministério das Minas e Energia. — "Autorizo. Em 21-5-66". — (Rest. ao M.F., em 25-5-66).
- Processos
- PR 3.420-66 — Nº S.C. 93.468-66. Afastamento do País, em julho e agosto do corrente ano, sem ônus para os cofres públicos dos seguintes funcionários daquele Ministério: JOAO EVANGELISTA BEVILACQUA, JAIR DINIZ CAMARGOS, MIGUEL JOAO FERREIRA QUADROS, JACINTO MEDEIROS CALMON, JOSE LUIZ FERREIRA DA COSTA, DARCY GODINHO DRUMMOND, AMERY SANT'ANNA AVILA, ISABEL DE ALMEIDA, DURVAL FERREIRA DE ABREU, WALTER GRAU, JOSE TOBIAS DUARTE, WALDEMAR DA COSTA GONÇALVES e PEDRO NOVAIS LIMA. — "Autorizo. Em 21 de maio de 1966". — (Rest. ao M.F., em 25 de maio de 1966).
- PR 3.875-66 — Nº S.C. 103.418-66. Afastamento do País, de 25 de setembro de 1966 a 5 de maio de 1967, sem ônus para os cofres públicos, da servidora NIZE DE CARVALHO COUTINHO, daquele Ministério. — "Autorizo. Em 21 de maio de 1966". — (Rest. ao M.F., em 25 de maio de 1966).
- MINISTERIO DA VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS
- Exposições de Motivos
- PR 25.949-66 — Nº 508, de 6 de maio de 1966. Pedido de aposentadoria pelo Tesouro Nacional, formulado pelos seguintes servidores da Rede Mineira de Viação: Sebastião Mendonça, Esveno Fabiani, Avelino João, José Raul, Edvaldo Egídio do Carmo, Cesar Francisco Pinheiro, Otto Lockemann, Milton Minnetti Tenorio, Jose Antonio Teixeira, José Antônio Rosa, Joaquim Gonçalves dos Santos, Joaquim Lourenço, Joaquim Jorge Rabito, Antônio Alves Costa e José Alexandre. Opina pelo INDEFERIMENTO. — "Aprovo. Em 21-5-66". — (Rest. ao M.V.O.P., em 25-5-66).
- PR 3.674-66 — Nº 809, de 26 de abril de 1966. Requisição pelo Tribunal Regional Eleitoral do Estado da Guanabara, da servidora SYLVIA JARDIM DE REZENDE BOMFIM, do Departamento dos Correios e Telégrafos, no período de 6 de outubro de 1965 a 6 de junho do corrente ano. — "Autorizo. Em 21-5-66". — (Rest. ao M.V.O.P., em 25-5-66).
- PR 3.706-66 — Nº 839, de 27 de abril de 1966. Requisição do Engenheiro JOSE AMAURY AFAGAO ARAUJO, do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, para — e pelo prazo em que — exercer cargo em comissão, à disposição da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste — SUDENE, com perda dos vencimentos de seu cargo efetivo. — "Autorizo. Em 21-5-66". — (Rest. ao M.V.O.P., em 25-5-66).
- PR 2.945-66 — Nº 620, de 9 de maio de 1966. Pedido de aposentadoria pelo Tesouro Nacional, formulado pelos seguintes servidores da Rede de Viação Paraná-Santa Catarina: José de Paula, Manoel Paixão, Juvino Camillo, Francisco Marcelino Quintano da Costa, Belarmino Corrêa, Inácio Jurki, Justiniano Adolphelix de Mello e Silva, Bento Correa Filho, Luiz Andretta, Ubaldino Ferreira de Souza, José Pedro Borges, Delfino Paes dos Santos e Eduardo Lucas Evidanto. Opina pelo INDEFERIMENTO. — "Aprovo. Em 21-5-66". — (Rest. ao M.V.O.P., em 25 de maio de 1966).
- PR 3.951-66 — Nº 929, de 9 de maio de 1966. Pedido de aposentadoria pelo Tesouro Nacional, formulado pelos seguintes servidores da Rede Ferroviária do Nordeste: Alvaro Rodrigues de Souza, Manoel Layette de Alcântara, João Batista do Amaral, Adolpho Ferreira Soares Filho, José de Luna, Nilo de Holanda Cavalcanti, Luiz Paes da Silva, Ademaro Felipe dos Santos, Severino Nelson Sales, Paulo Galvão da Silva, Francisco José Batista, Augusto Viera Costa, José Gomes Pereira, José Rodrigues da Fonseca, Pedro Sabino da Silva e Honório Firmiano J. Souza. Opina pelo INDEFERIMENTO. — "Aprovo. Em 21-5-66". — (Rest. ao M.V.O.P., em 25-5-66).
- MINISTERIO DA AGRICULTURA
- Exposições de Motivos
- PR 3.547-66 — Nº 82, de 18 de abril de 1966. Aplicação, pelo Serviço de Informação Agrícola — Setor de Brasília, daquele Ministério, da importância de Cr\$ 3.000.000 (três milhões de cruzeiros), constante da Categoria Econômica 3.1.4.0 — 13.00 — 5, do vigente Orçamento, sob regime de adiantamentos parcelados, requisitados quando necessários. — "Autorizo. Em 13-5-66". — (Rest. ao M.Agr., em 25-5-66).
- ~~PR 3.735-66 — Nº 92, de 28 de abril de 1966. Requisição do Economista LUIZ MELOCHIOR CARNEIRO DE MENDONÇA, daquele Ministério, para — e pelo prazo em que — exercer cargo em comissão, à disposição do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA). — "Autorizo. Em 21-5-66". — (Rest. ao M.Agr., em 25-5-66).~~
- PR 3.740-66 — Nº 91, de 23 de abril de 1966. Aplicação, pelo Serviço de Proteção aos Índios, no corrente exercício, sob regime especial de adiantamento e dispensadas as concorrências públicas e coletas de preços, das parcelas de Cr\$ 294.000.000 (duzentos e noventa e quatro milhões de cruzeiros) e Cr\$ 6.000.000 (seis milhões de cruzeiros), constantes do Orçamento-Analítico e referentes aos subelementos 10.00 e 13.00, respectivamente, da Categoria Econômica 3.1.4.0 — "Autorizo. Em 13.5.66". —
- ~~PR 3.741-66 — Nº 95, de 28 de abril de 1966. Aplicação, pela Divisão de Obras, do Departamento de Administração, daquele Ministério, sob regime de adiantamento, da importância de Cr\$ 6.400.000 (seis milhões e quatrocentos mil cruzeiros), constante da Categoria Econômica 4.1.1.1, do vigente Orçamento. — "Autorizo. Em 13-5-66". — (Rest. ao M.Agr., em 25.5.66).~~
- MINISTERIO DA EDUCACAO E CULTURA
- Exposições de Motivos
- PR 1.768-65 — Nº 255, de 6 de maio de 1966. Prorrogação, por um (1) ano, a partir de 2 de fevereiro de 1966, do afastamento do País, sem ônus para os cofres públicos, do servidor JOSE GUILHERME RIBEIRO NOGUEIRA, da Universidade Federal da Bahia. — "Autorizo. Em 21-5-66". — (Rest. ao M.E.C., em 25-5-66).
- PR 5.585-65 — Nº 249, de 3 de maio de 1966. Afastamento do País, por sessenta (60) dias, a partir de 22 de maio corrente sem ônus para os cofres públicos, do Rector ARISTOTELES CALASANS SIMÕES, da Universidade Federal de Alagoas. — "Autorizo. Em 21-5-66". — (Rest. ao M.E.C., em 25-5-66).
- PR 9.784-65 — Nº 271, de 16 de maio de 1966. Prorrogação da requisição da servidora LUCY NARCISO FREGONASSE, da Universidade Federal do Espírito Santo, para que continue à disposição daquele Ministério, pelo período em que seu marido OTAVIO FREGONASSE, Delegado de Polícia, do Departamento Federal de Segurança Pública, permanece em Brasília-DF. — "Autorizo. Em 21 de maio de 1966". — (Rest. ao M.E.C., em 25 de maio de 1966).
- PR 3.880-66 — Nº 252, de 6 de maio de 1966. Homologação do afastamento do País, de 13 de setembro a 10 de dezembro de 1965, sem ônus para os cofres públicos, do servidor JAMILE CHAIBAN EL-KAREH, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. — "Homologo. Em 21-5 de 1966". — (Rest. ao M.E.C., em 25-5-66).
- PR 3.882-66 — Nº 254, de 6 de maio de 1966. Afastamento do País, por quatro (4) meses, a partir de 15 de maio do corrente ano, sem ônus para os cofres públicos, do Professor GALDINO LORETO, da Universidade Federal de Pernambuco. — "Autorizo. Em 21-5-66". — (Rest. ao M.F.).
- PR 3.893-66 — Nº 256, de 6 de maio de 1966. Afastamento do País, pelo período de um (1) ano, a partir de 1º de março de 1966, do servidor JOSÉ MARIA POMPEU MEMÓRIA, da Universidade Federal de Minas Gerais, para, sem vencimentos e quaisquer outros ônus para os cofres públicos, servir à disposição da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (F.A.O.). — "Autorizo. Em 21-5-66". — (Rest. ao M.E.C., em 25-5 de 1966).

Publ. no 8.0.
de 24/8/65

6599
D. H.

Em 220

11-8-65

Excelentíssimo Senhor Presidente da República;

O Orçamento da União consignou ao Serviço de Proteção aos Índios, dentre outras, a importância de Cr\$ 250.000.000 (duzentos e cinquenta e nove milhões de cruzeiros) constante da Categoria Econômica 3.1.4.0 - Encargos Diversos.

2. Na distribuição apresentada por aquele Serviço, constante do Orçamento Analítico, atribui-se aos itens enumerados, os quantitativos seguintes:

01.00 - Despesas mltiplas de pronto pagamento..	1.400.000
04.00 - Festividades, recepções, hospedagens e homenagens.....	500.000
08.00 - Exposições, congressos e conferências	500.000
10.00 - Assistência Social.....	250.000.000
13.00 - Outros Encargos:	
2) - Manutenção e Conservação de veículos.....	6.600.000

3. Nestas condições, tenho a honra de submeter a Vossa Excelência a presente Exposição de Motivos, solicitando seja

6600
DA

Doc. 3

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

a importância acima referida liberada em regime especial de adiantamento, na modalidade de Assistência aos Índios.

4. Esclareço, ainda, que, dada a especialidade do S.P.I., regido por Leis e Regulamentos próprios, com aplicação em lugares distantes e de difícil acesso, justifica-se o pedido de dispensa de concorrência pública.

Renovo a Vossa Excelência os protestos do meu mais profundo respeito.

CONFERE COM O ORIGINAL

Mano de Lourenço da Rocha Lima
Assis Vendi

MA/010/26 709/65

/mon.

6601 Doc. 4
B

MINISTERIO DO INTERIOR
Seção de Protocolo e Arquivo
COORDENADORIA DOS ORGANISMOS

21 NOV 0942 09752

GABINETE DO MINISTRO
PROTOCOLO

4ª via Prestação de Contas de
11.000.00

JOÃO FERNANDES MOREIRA.

6602 / Doc. 5
BA

MIN INTERIOR BSB

INTERIOR RIO
DE GABMINTER RIOGB 1340 NIL 30.4.68 1010

SECRETARIO EXECUTIVO FUNAI
BRASILIA DF

1340/30.4.68 - INFORME URGENTE SE JOAO FERNANDES MOREIRA ENCAMINHOU
QUARTA VIA PRESTACAO CONTAS TRINTA MILHOES CRUZS REFERENTE EXERCICIO
1965 REMETIDA PRINCIPIO FEVEREIRO PROXIMO PASSADO VIA VASP DIRETAMEN
TE CEL HELENO NUNES PT SDS

JADER FIGUEIREDO CORREIA PRESIDENTE COMISSAO INQUERITO

TR OSWALD AS 1015#
MIN INTERIOR BSB

6603
GA

Doc. 6

INTERIOR RIO

MIN INTERIOR BSB

INTERIOR RIO

MESSAGEM NR ~~1121~~ DE 30/4/68

DR JADER & FIGUEIREDO CORREA

PRESIDENTE COMISSAO INQUERITO

GAB MINTER - RIO GB

NR 375 DE 30/4/68 - RESPOSTA SEU TELEX 1340 INFORMO QUARTA VIA PRES
TACAO CONTAS JOAO FERNANDES MOREIRA ENCAMINHADA NOSSO OFICIO NR 22
EM 22 JANEIRO CORRENTE ANO DIRETOR SEGUNDA DIRETORIA TOMADA CONTAS-
TRIBUNAL CONTAS UNIAO. FUNAI SEC XXX JOAO OSCAR HENRIQUES PELO SE-
CRETARIO EXECUTIVO.

AT: MESSAGEM FUNAI NR 03/68

TR POR RAIMUNDA AAS 1900 HRS

6604
BIB

Exm^o. Sr.

Doutor JADER FIGUEIREDO CORRÊA

D.D. Presidente da Comissão de Inquérito do SPI.

Rio de Janeiro (GB)

Senhor Presidente,

Tomei conhecimento através de informações de amigos que o meu nome se encontra entre os acusados no inquérito presidido por V. Excia. visando a punição de responsáveis por irregularidades havidas no Serviço de Proteção aos Índios.

Presumo que ainda não fui notificado seja no processo administrativo, seja em processo criminal, dada às minhas precárias condições de saúde (Doc. nº 1), vivendo sob quase permanente vigília médica, com cardiopatia grave e hipertensão arterial maligna, entretanto, rompendo as barreiras da vigilância médica e familiar, tomei a iniciativa de me dirigir a V. Excia. para fornecer algumas informações que poderão lhe dar uma visão clara da minha atuação no SPI, a cujo serviço dediquei quase toda a vida com sacrifício de minha saúde, exaurida por enfermidades dos sertões inóspitos que palmilhei durante mais de 25 anos de exercício naquele setor da administração pública.

Rejeito de plano qualquer suspeita sobre minha honorabilidade e minha conduta funcional. Jamais almejei bens materiais, sempre fui um idealista. Sou hoje mais pobre do que quando entrei no serviço público. Não tenho um imóvel sequer. Vivo em casa de aluguel, passando privações ao lado de minha amantíssima esposa e dos meus queridos filhos, aos quais sempre procurei legar a tradição de um nome honrado, que tenho confiança permanecerá imaculado, como tenho imaculada minha consciência.

Fiquei sabendo que sou acusado do seguinte:

- a) Acusação: infringir artigo 296 do Código de Contabilidade Pública por desvio de verba destinada à fixação e aldeamento de índios na fronteira do Peru e Acre.

Defesa : Graças a Deus estou nesse caso exuberantemente documentado. Recebi para o serviço uma verba de dois milhões de cruzeiros antigos (Doc. nº 2) do Banco do Brasil, S.A. no dia 20 de dezembro de 1.962; no dia 27 de dezembro de 1.962, o Ten. Cel. MOACYR RIBEIRO COELHO, Di

-continua-

6604

retor do SPI, através da Ordem Interna nº 43, determinou que tal suprimento fôsse transferido ao Agente de Proteção aos Índios, Sr. CORIOLANO MENDONÇA, ficando este responsável a prestar contas no prazo legal (Doc. nº 3); em 28 de dezembro de 1962 fez a entrega do suprimento ao Sr. CORIOLANO MENDONÇA, na fiel execução do que determinava a aludida Ordem Interna nº 43 (Doc. nº 4).

- b) Acusação: Atestar ilegalidade de prestações de contas de NCr\$ 3.000,00, aplicados indevidamente pelo Inspetor MEIRELES, apesar de ter conhecimento de sua ilegalidade.

Defesa : Pelo que me socorre a memória o Inspetor FRANCISCO SOARES MEIRELES recebeu dois suprimentos de NCr\$ 1.500,00 cada, destinados, segundo constava do recibo, a "medição, demarcação e legalização de terras indígenas, existentes nos Estados do Pará, Maranhão, Goiás e Mato Grosso. Ora, o Sr. FRANCISCO MEIRELES não era advogado, engenheiro ou agrimensor, logo teria ele que contratar os serviços de alguém de confiança e capaz para realizar o serviço e a escolha recaiu por bem na pessoa do advogado Doutor HAROLDO DE BRITO GUIMARÃES. Vi no caso o pagamento a um técnico que se encarregou de dar com sua equipe de trabalho solução ao complexo problema. Tendo eu assistido ao pagamento e interpretando que o Inspetor FRANCISCO MEIRELES, com isso, dava cumprimento ao que lhe fôra determinado, não tive dúvida em atestar que o mesmo havia se desincumbido de sua missão, a qual, evidentemente, não poderia ser por ele desempenhada pessoalmente. O Inspetor FRANCISCO SOARES MEIRELES fez o pagamento, o Sr. HAROLDO DE BRITO GUIMARÃES recebeu, e eu atestei o fato, certo como estou até hoje de que nada de errado fiz. É bom salientar que outro sentido não poderia ter o meu atestado, pois o pagamento foi feito em fins de dezembro de 1962 e um ou dois dias depois eu firmei a declaração. É lógico que nesse curtíssimo espaço de tempo não se poderia ter feito a medição, demarcação e legalização de terras indígenas nos Estados do Pará, Maranhão, Goiás e Mato Grosso". Está aí evidente, ostensiva mesmo, a interpretação que dei ao problema: atestei o pagamento e não a realização final do serviço, da maior complexidade.

- c) Acusação: Irresponsabilidade funcional.

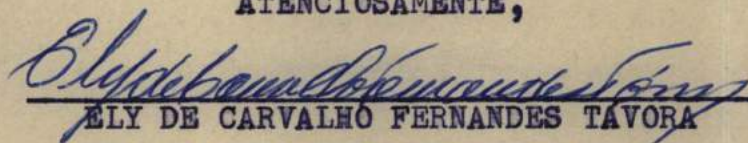
-continua-

Defesa : A acusação é vaga, não é do meu conhecimento os termos exatos de seu articulado. Mas nada tenho a temer. Procurei sempre cumprir o meu dever, com extremado de votamento. A prova disso é o meu precário estado de saúde, e mais que isso as repetidas menções elogiosas em minha fé-de-ofício, de que dão notícia alguns dos documentos anexos (Docs. nºs. 5, 6 e 7), e o cometimento de missões de fiscalização e levantamentos da mais alta responsabilidade, que desempenhei, conforme poderá ser verificado ao se compulsar a documentação relativa à minha vida funcional.

Senhor Presidente, de tudo que ficou dito e emface dos documentos apresentados e do exame de outros que V. Excia. poderá compulsar resulta que não há fundamento nas acusações contra minha pessoa, ferindo minha dignidade. Há no bojo das acusações sobrepondo à intenção moralizadora da vida pública um sentido de grande crueldade e injustiça, amargando no ocaso da vida um servidor dedicado, convicto da lisura de todos os seus procedimentos.

Peço que V.Excia. com seu proverbial espírito de justiça ponha um ponto final nesse envolvimento do meu nome em supostos deslises.

ATENCIOSAMENTE,


ELY DE CARVALHO FERNANDES TAVORA

INSPETOR DE ÍNDIOS, P-1.801-12A.

Doc. nº 1
HOSPITAL E MATERNIDADE DR. BRASIL CAIADO

Drs. Astulio R. Caiado - Jerônimo C. Bueno - Wanderley O. e Silva

CIRURGIA GERAL - CLÍNICA GERAL - PEDIATRIA

LABORATÓRIO DE ANÁLISE CLÍNICAS

- CIDADE DE GOIÁS -

6607-

Atestado de óbito
Carvalho Fernando
Tanto o atestado de óbito
meu como o de meu
neto Estanislau e Hipólito
têm a autenticidade
que a você muito sabe
meu filho é de 28x
x 160 e com cardiopatia
de grau.

Goia, 03 de Maio de 1968

Antônio Carlos B. -

Tabellionato Cândido de Oliveira
5.º Ofício

Dr. João Cândido de Oliveira
Tabellão Vitalício

Dr. Joveny S. Cândido de Oliveira
TAB. SUBSTITUTO

Goitânia

Estado de Goiás

ANTONIO CANDIDO DE OLIVEIRA
5.º TABELIONATO

Bel. João Cândido de Oliveira

Reconheço a firma de

do que deu

da v. de

Em 1955

Goitânia, 06.05.1955

TAB. SUBSTITUTO

BANCO DO BRASIL S. A.

RECEBEMOS, PARA CRÉDITO DA CONTA

DEPÓSITO DE FOLHAS PUBLICAS E TÍTULOS GOVERNAMENTAIS
BANCAL - SUPLENTORE A DISPOSIÇÃO DE ENTIDADES PÚBLICAS

Doc. n° 2.

de

a importância de

Nº

2573

Cr\$

2.000.000,00

RECIBO

ESTE RECIBO SÓ TEM VALOR quando
autenticado mecanicamente ou
filigranado pelo Banco

20 DEZ 62 101688 *123*

não escreva neste espaço

ISENTO DE SÉLO — ex-ge do dis-
posto na parte final da letra «B»
da NOTA 8.ª do artigo 100 da
Tabela anexa à LEI DO SÉLO.

É CONDIÇÃO ESSENCIAL DE
VALIDADE DO PRESENTE DEPÓSITO
A NORMAL LIQUIDAÇÃO
DO(S) CHEQUE(S) A QUE ELE
SE REFERE.

BANCO DO BRASIL S. A.

HELMAR L. D. SANTOS

LIQUIDADO

20 DEZ 1962

HERNAN R. MARINHO

TABELIONATO
CANDIDO DE OLIVEIRA
5º. Ofício

Dr. João Cândido de
Oliveira
TAB. VITALICIO

Dr. Joveny S. Cândido
de Oliveira
TAB. SUBSTITUTO

GOIÂNIA — GOIÁS

Certifico, para os devidos
efeitos, que, a presente foto-
cópia é reprodução fiel do do-
cumento que me foi apresen-
tado. (Dec. Lei n. 2148 de 25
de Abril de 1940)
Goiânia, 06.05.1965

6609

BIB

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Serviço de Proteção aos Índios

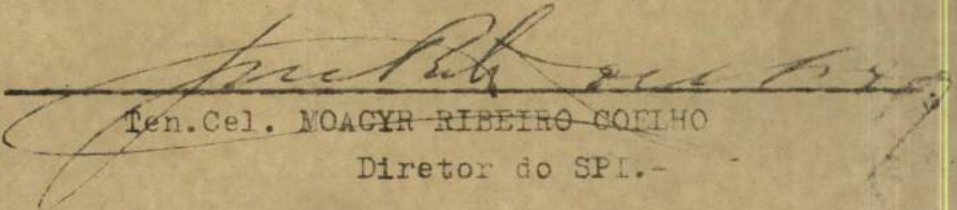
ORDEM DE SERVIÇO INTERNA Nº 43

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, no uso da atribuição que lhe confere o art. 17 do Regimento Interno do SPI, aprovado pelo Decreto nr. 10.652, de 16/10/42,

RESOLVE determinar que ELY CARVALHO FERNANDES TÁVORA, Agente de Proteção aos Índios, nível 6-B, deste Serviço, detentor de adiantamento de Cr\$ 2.000.000,00 (DOIS MILHÕES DE CRUZEIROS), à conta da Verba 1.0.00 - Custeio, Consignação 1.6.00 - Encargos Diversos, Subconsignação 1.6.23 - Diversos - 3) Para prosseguimento de trabalhos de fixação e aldeamento de selvícolas na fronteira do Perú - município de Sena Madureira - Território do Acre - Lei nº 3.994, de 9 de dezembro de 1961, entregue como suprimento a CORIOLANO MENDONÇA, Agente de Proteção aos Índios, nível 6-B, para ser aplicada naquele Território, conforme ordem do Sr. Diretor do SPI, ficando o responsável pelo suprimento obrigado a prestar conta no prazo de que trata o Dec. Lei 2.583, de 14/9/40, bem como a passar recibo em cinco (5) vias do mesmo suprimento ao servidor - Ely Carvalho Fernandes Távora.-

Dê-se ciência e cumpra-se

Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 1962.-


Ten. Cel. NOACYR RIBEIRO COELHO

Diretor do SPI.-



<p>TABELIONATO CANDIDO DE OLIVEIRA 5º. Ofício Dr. João Cândido de Oliveira TAB VITALICIO Dr. Joveny S. Cândido de Oliveira TAB SUBSTITUTO GOIÂNIA — GOIÁS</p>	<p>Certifico, para os devidos efeitos, que, a presente foto- cópia é reprodução fiel do do- cumento que me foi apresen- tado. (Dec. Lei n. 2148 de 25 de Abril de 1940) Goiânia <u>06.05.1948</u></p>
---	---

6610

BPA

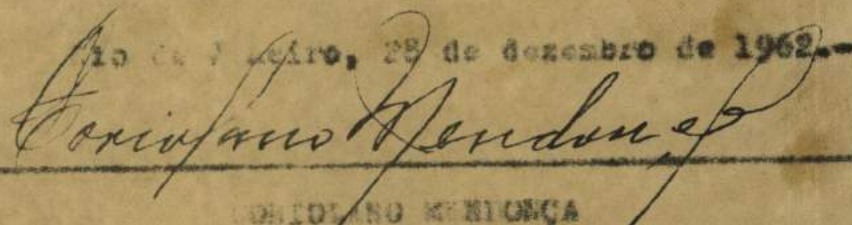
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Serviço de Proteção aos Índios

- CR\$ 2.000.000,00 -

DECRETO do Sr. ALY CAVALCANTE FERREIRA TÁVORA, Agente de Proteção aos Índios, nível 6-3, do Serviço de Proteção aos Índios, do Ministério da Agricultura, a importância de Cr\$... 2.000.000,00 (Dois milhões de reais), à conta da Verba - 1.0.00 - Trabalho, consignação 1.6.00 - Encargos Diversos - 1.6.23 - Trabalho - 1.6.23 - Diversos - 3) Para prosseguimento de trabalhos de Emissão - de elemento de subvencões na fronteira do Pará - Município de São Domingos - Território de Cre - Lei nº. 3.994, de 9 de dezembro de 1961, para ser aplicada na - aquele Território, conforme ordena o Sr. Diretor até o dia 31 - de dezembro do corrente ano. O que por ser verdade passe e - presente e ceto em cinco (5) vias para um só efeito.-----

Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 1962.-



CORIOLANO MENDONÇA

Agente de Proteção aos Índios, nível 6-3.-



TABELIONATO
CANDIDO DE OLIVEIRA
5º. Ofício
Dr. João Cândido de
Oliveira
TAS. VITALICIO
Dr. Jovenny S. Cândido
de Oliveira
TAS. SUBSTITUTO
GOLÂNIA — GOIÁS

Certifico para os devidos
efeitos que a presente foto-
cópia é reprodução fiel do do-
cumento que me foi apresen-
tado (Dec. Lei n. 2148 de 25
de Abril de 1940)

06.05.1968



6611

B96

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Serviço de Proteção aos Índios

D- INDI

PORTARIA Nº 50/64

O CHEFE DA 6ª INSPECTORIA REGIONAL DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS, em Goiânia-Goiás, no uso de suas atribuições/ões, de acordo com o art. 14, item XVI, do Decreto nº 52.668, de 11/10/ de 1955, publicado no D.O. da União, de 24.10.63, que aprova o Regi-mento do Serviço de Proteção aos Índios do M.A.

84.30.09
 Resolve

elogiar e servir o ELY DE CARVALHO FERNANDES/ TÁVORA, Inspetor de Índios, P-1.801 - LRA, Matrícula nº 1.299.364, pe-la sua compreensão, cooperação e boa vontade, espírito de camaradagem, sempre demonstrados no cumprimento dos seus deveres, convívio com os/ colegas no recinto da Repartição, durante a sua gestão.

Dê-se ciência e publique-se.

Goiânia, 18 de dezembro de 1964.

Francisco José Vieira dos Santos
 Francisco José Vieira dos Santos
 Chefe Goiás INDI

TABELIONATO CANDIDO DE OLIVEIRA 5º. Ofício Dr. João Cândido de Oliveira TAB. VITALICIO Dr. Joveny S. Cândido de Oliveira TAB. SUBSTITUTO GOIÂNIA — GOIÁS	Certifico, para os devidos efeitos, que, a presente foto- cópia é reprodução fiel do do- cumento que me foi apresen- tado. (Dec. Lei n. 2148 de 25 de Abril de 1940) Goiânia 06/05/1948
---	---

66/2

B/A

PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA GERAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA

DEPARTAMENTO DE HIGIENE

RIO DE JANEIRO, D. F.

29 de dezembro de 1957.

Senhor Coronel

José Luís Guedes

D.D. Diretor do Serviço de Proteção aos Índios

Senhor Diretor:

Temos a honra e o prazer de nos dirigirmos a V. S. a fim de comunicar o término do inquérito médico-sanitário entre os índios Krahô, Craolândia, Município de Itacajá, Estado de Goiás.

Referido inquérito foi realizado de acordo com o programa elaborado e aprovado por essa Diretoria, em sistema de colaboração com o Departamento Nacional de Endemias Rurais.

Um relatório sobre nossas atividades, com as devidas conclusões e sugestões será brevemente enviado a V.S..

Aproveitamos a oportunidade para elogiar o Sr. Ely de Carvalho Fernandes Távora, Auxiliar de Inspetor Referência 22, Encarregado da Povoação Indígena Antônio Estigarribia, pelo zelo, dedicação e competência demonstrados no seu setor de trabalho. Sua colaboração foi completa para o êxito de nossos serviços, tendo nos proporcionado todas as facilidades e cortezias.

Do mesmo modo elogiamos os servidores Jonas Ferreira Bonfim, Cezário Barbosa Bonfim e Aracy Barbosa Bonfim.

Solicitamos os bons ofícios de V.S. no sentido de fazer constar nas "Fichas de Assentamentos Pessoais" dos supra citados servidores nossos elogios.

Atenciosamente

DR. AMAURY SADOCK DE FREITAS
Chefe de Distrito Sanitário

<p>TABELIONATO CANDIDO DE OLIVEIRA 5º. Ofício Dr. João Cândido de Oliveira TAB. VITALICIO Dr. Joveny S Cândido de Oliveira TAB. SUBSTITUTO GOIÂNIA — GOIÁS</p>	<p>Certifico, para os devidos efeitos, que, a presente foto- cópia é reprodução fiel do do- cumento que me foi apresen- tado. (Dec. Lei n. 2148 de 26 de Abril de 1940) Goiânia, 06/05/1988</p>
--	---

100. w. 7

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS
8a. INSPETORIA REGIONAL

ORDEM DE SERVIÇO INTERNA Nº 9.

O CHEFE DA OITAVA (8a.) INSPETORIA REGIONAL DO
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS, NO ESTADO DE GOIÁS, USANDO DAS ATRIBUIÇÕES
QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELO ART. 15, ALÍNEA "A", DO REGIMENTO DO S.P.I.,
EM VIGOR,

RESOLVE,

elogiar o Inspetor, referência 21, do Serviço de Proteção aos Índios,
ELÍ DE CARVALHO FERNANDES TÁVORA, pela sua comprovada e excepcional
produção, zelo e capacidade funcional, no perfeito desempenho das atribuições
que lhe foram confiadas durante minha gestão, como Chefe da Inspetoria.

O presente elogio deverá constar dos assentamentos do referido
servidor, na D.P., para o que determino seja-lhe enviada cópia da presente
Ordem de Serviço.

DE-SE CIÊNCIA E CUMPA-SE.

Goiânia, 14 de Junho de 1950.


Carlos O. Paes
Chefe da I.R. 8

Ciente em 14-VI-1950.

TABELIONATO
CANDIDO DE OLIVEIRA
5º. Ofício

Dr. João Cândido de
Oliveira
TAB. VITALICIO

Dr. Jovenny S. Cândido
de Oliveira
TAB. SUBSTITUTO

GOLÂNIA — GOIÁS

Certifico para os devidos
efeitos, que a presente foto-
cópia é reprodução fiel do do-
cumento que me foi apresen-
tado. (Dec. Lei n. 2148 de 25
de Abril de 1940)
Golânia 06.05.1968

Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Inquérito Administrativo
Portaria nº 78/1968 - Ministério do Interior

6614

BYE

PHELIPPE AUGUSTO DA CÂMARA BRASIL, brasileiro, casado,
Agente de Proteção aos Índios - Nível 6, lotado e em exercício na 7a.
Inspetoria Regional da Fundação Nacional do Índio (extinto Serviço de
Proteção ao Índio), residente na Rua Fernando Moreira nº 178-Curitiba
Estado do Paraná, citado em 18 de abril de 1968 para, no prazo de 20
(vinte) dias, apresentar defesa no Processo Administrativo instaurado
para apurar irregularidades no referido Serviço de Proteção aos Índios
vem, por seu procurador infra-assinado, alegar as seguintes razões de
defesa:

P R E L I M I N A R -

- I - Preliminarmente, argüi o acusado a absoluta nulidade do processo administrativo instaurado, isto porque, apesar do cuidado e dedicação da ilustre Comissão de Inquérito, há, no mesmo, grave flagrante omissão, caracterizadora de nulidade absoluta, que, por sua natureza e dimensão, torna obrigatório o reconhecimento imediato da nulidade total do processo.
- II - Às fls. 2596 dos autos, verificamos que, em ata de inquérito administrativo anteriormente instaurado e em data de 14.4. há mais de um ano pois, entre outros funcionários do extinto Serviço de Proteção aos Índios, figurava o acusado como indiciado, por ter, "como chefe da 7a. Inspetoria Regional, feito pronunciamento de caráter político..."
- III - Esta mesma alegação constitui o primeiro item das acusações formuladas contra o indiciado.
- IV - Do mesmo modo, todas as imputações feitas ao acusado, já então formuladas nos autos, há bastante tempo, seja pela tomada de depoimentos, seja pela juntada de documentos, sem que ao acusado

deputado

acusado fôsse dada a oportunidade de examiná-las, de inquirir as testemunhas, de ouvir os depoimentos, de assistir e fiscalizar a produção das provas, que, unilateralmente manuseadas e construídas, selecionadas e interpretadas pela Comissão de Inquérito, somente agora, em verdadeira avalanche de acusações, vem ao conhecimento do acusado e de seu patrono.

V - São nulas tôdas essas provas e, conseqüentemente, todo o inquérito administrativo, em razão do flagrante cerceamento de defesa, de parte da Comissão de Inquérito para com o acusado, nulidade esta ditada pela Lei, pela Doutrina e por tôda a Jurisprudência de nossos tribunais.

VI - Já o Estatuto dos Funionários Públicos Civis da União, Lei nº 1711, de 28.10.1952, na qual se pretende apoiar a Comissão de Inquérito para fazer ao acusado as imputações avolumadas a sua revelia, em seu artigo 217, é imperativo, quando diz:

Art. 217 - A autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover-lhe a apuração imediata em processo administrativo, assegurando-se ao acusado ampla defesa.

VII - Onde está a "ampla defesa" assegurada ao acusado? Que oportunidade teve de acompanhar a produção das provas selecionadas pela Comissão de Inquérito, a seu pleno prazer e conveniência? Que testemunhas inquiriu ou re-inquiriu? Somente agora, depois de elaborados dezenas de volumes, milhares de fôlhas, tem a "oportunidade" de, numa cidade distante da sua, num exíguo prazo de vinte dias, examinar tôda aquela documentação, que diz respeito a fatos e circunstâncias ocorridas, algumas, há mais de dez anos, e em diversas cidades e estados. Absurdo e injusto, tal cerceamento de defesa.

VIII - O Código de Processo Penal Brasileiro, em seu artigo 261 estabelece:

Art. 261 - Nenhum acusado, ainda que foragido, será processado ou julgado sem defensor.

IX - O mesmo Código, em sua Exposição de Motivos, contém incisivo pronunciamento do insigne mestre Francisco Campos,

Supremo

"Se, por um lado, os dispositivos do projeto tendem a fortalecer a a prestigiar a atividade do Estado, na sua função repressiva, é certo que, por outro lado, asseguram, com muito mais eficiência que a legislação atual, a defesa dos acusados. Ao invés de uma simples faculdade outorgada a este, e sob a condição de sua presença em juízo, a defesa passa a ser, em qualquer caso, uma indeclinável injunção legal, antes, durante e depois da instrução criminal. Nenhum réu, ainda que ausente do distrito da culpa, foragido ou oculto, poderá ser processado sem a intervenção e a assistência de um defensor

- X - Nossa Carta Magna, no capítulo referente aos Direitos e Garantias Individuais, é expressa e taxativa, quando, sem seu artigo 150, estabelece:

Art..150.v.....

§ 15 - A lei assegurará aos acusados ampla defesa, com os recursos a ela inerentes. Não haverá foro privilegiado, nem tribunais de exceção.

§ 16 - A instrução criminal será contraditória observada a lei anterior, quanto ao crime e a pena, salvo quando agravar a situação do réu.

- XI - O Supremo Tribunal Federal, nossa Suprema Corte, tem aceito, sem restrição, o entendimento acima exposto, decidindo sempre pela aplicação do princípio da contraditoriedade da instrução, também nos processos administrativos.

"Rev. do Direito Administrativo-vol. 73 - fls. 138, voto do Ministro Victor Nunes Leal."

"Rev. Trimestral de Jurisprudência - vol. 43 - fls. 66".

- XII - Está assim devidamente fundamentada, seja pela expressa disposição legal, seja pela coerente e jurisprudencial entendimento da jurisprudência, a arguição, feita pelo acusado, da nulidade do presente processo administrativo, o que espera seja aceito por esta douta Comissão de Inquérito, numa atitude louvável de reparação justiça.

N O M É R I T O -

- XIII - No mérito, examinará o acusado, e mostrará sua total improcedência, item por item, de todas as imputações a ele feitas.

- XIV - 1) "Pronunciamento de caráter político, quando chefe

deputado

da 7a. Inspeção Regional (fls. 1716-1722-2417-2596/7)!!

- a) Primeiramente, não era o acusado chefe da 7a. Inspeção Regional, mas sim sub-chefe, subordinado ao Sr. - José Fernando da Cruz, este sim, chefe da 7a. Inspeção Regional.
- b) Na época, imperava na 7a. Inspeção Regional, um regime de coação exercida pelo referido Sr. José Fernando da Cruz que, gozando de prestígio e força política junto a administração da entidade, ameaçava seus subordinados de transferência para lugares distantes, - caso não cumprissem suas determinações.
- c) Entre estas determinações, obrigou realmente o acusado a divulgar "memorandum", indicando determinado candidato ao governo do estado. Mas somente conseguiu isto, - após grande relutância e oposição de parte do acusado, vencidas finalmente pela coação exercida pelo referido senhor, que chegou até a transferir o acusado para o Estado de Goiás, conforme Portarias nº 57 e 58 de 12.8.65 do S.P.L., embora com a leviana anotação da expressão "a pedido".
- d) Como poderia o acusado, casado, com quatro filhos em idade escolar, arrimo de sogra, residindo em Curitiba, "pedir" sua transferência para Goiás?
- e) Como poderia também se furtar a cumprir a determinação da chefia, vendo assinadas e publicadas as Portarias de sua transferência, que, após o cumprimento da ordem dada, foram tornadas sem efeito?
- f) Tais circunstâncias, na época, provocaram uma crise nervosa e distúrbio cardíaco no acusado, conforme comprovado com radiografias, receitas e atestados, por cuja juntada desde já protesta.
- g) Não se pode punir qualquer pessoa em tais circunstâncias. A coação irresistível é excludente absoluta, prevista em nossa lei penal. Se é excludente para um crime, com maior razão e sem qualquer dúvida, será para uma falta administrativa.
- h) O depoimento de qualquer dos funcionários da 7a. Inspeção Regional, contemporâneos ao fato, assim como as Portarias nº 57 e 58, supra mencionadas, confirmam, de modo inequívoco, as alegações do acusado.

XV

-

- 2) "Venda irregular de 1.000 pinheiros, no Posto Indígena "Floravante Esperança", em Palmas, a NCr\$15,00 cada, a Batista Pigatto & Cia. Ltda., funcionando a comissão de concorrência em Curitiba e os editais em Palmas" (fls. 2285/6-31033134).

- a) É absolutamente falsa a imputação feita. A concorrência foi realizada em Palmas, onde correram os editais, sendo as propostas abertas na presença dos interessados, na sede do Posto Indígena "Floravante Esperança", situado naquela Cidade, sendo encarregado daquela unidade, na época o Sr. Mitor Minas T. Carneiro, que a tudo assistiu, e por cujo depoimento protesta o acusado.
- b) Às fls. 3103 dos autos, poderá ser examinado o relatório da comissão, dando ganho de causa a Batista Pigatto & Cia. Ltda., que, efetivamente, entre quatro concorrentes, ofere-

ofereceu a melhor proposta, seja quanto ao preço, o maior, seja quanto as condições, pagamento a vista.

- XVI - 3) "Venda irregular de 500 pinheiros no Pôsto Indígena Xavier da Silva, determinada pela Ordem de Serviço nº 1/65, com edital publicado em Londrina e a coleta de preços em Curitiba, a Serraria Santa Tereza, por preço menor - repór NCr\$ 1.025,00 (fls. 3155/3168)".
- a) Também é de todo falsa a imputação. A coleta de preços foi realizada em Londrina, município onde se acha o PI "Xavier da Silva", tendo os editais sido publicados na "Folha de Londrina", naquela cidade.
- b) A decisão pela proposta vitoriosa não foi do acusado, mas do então Chefe da 7a. Inspeção Regional, Sr. Alísio de Carvalho, limitando-se a comissão a encaminhar aquela chefia a ata da concorrência com o quadro comparativo das propostas apresentadas, tendo o referido Sr. Alísio de Carvalho de próprio punho, dado o despacho, decidindo pela aceitação da proposta da firma Karton & Franco Ltda., que, embora menor, oferecia pagamento a vista.
- c) Os documentos de fls. 3165, 3166 e 3167, comprovam sem qualquer margem de dúvida, a inocência do acusado.
- d) A prova inequívoca da lisura e boa fé com que agiu a comissão está no fato de ter feito constar, no quadro compratário, a proposta de Izidoro Macimim NCr\$21,05 a prazo, quando seria fácil suprimi-la deixando apenas as outras três propostas.
- XVII - 4) "Assinatura em blocos de contratos em branco (fls. 1716)".
- a) O ato foi praticado no interesse do serviço. Assim, estando ausente o então chefe da 7a. Inspeção Regional, e tendo o funcionário Arthur Santos grande urgência em viajar para o Pôsto Indígena, assinou o acusado os contratos, a fim de que pudesse ser aproveitada a época das plantações, entregando-os aquele funcionário, de sua inteira confiança, para posterior conferência.
- b) Se houve qualquer irregularidade no fato, não houve, de parte do acusado, a menor sombra de dolo ou má fé, tudo tendo feito no interesse do serviço e louvado na idoneidade do funcionário Arthur Santos que poderá ser atestada por todos os seus colegas da 7a. Inspeção Regional.
- XVIII - 5) "Espancamento de índios, no Pôsto Indígena "Cacique Doble (fls. 1789)".
- a) É tão absurda a imputação feita ao acusado que pensa ele estar sonhando, ao ler o item a que se refere.
- b) Tendo servido no PI "Cacique Doble", há mais de dez anos, ainda hoje pedem os índios sua volta a aquele posto, e mais, quando vão a Curitiba, ainda hoje, hospedam-se os índios na residência do acusado.

- c) Durante o tempo que lá serviu, foi pai, professor, amigo e defensor dos índios, enquanto que sua esposa foi médica, enfermeira, parteira e tudo o mais, numa dedicação tão grande que fez com que merecesse os elogios contidos na Portaria nº 112 de 28.5.1958, que anexa aos autos, baixada por determinação do Cel. José Luiz Guedes, então Diretor do Serviço de Proteção aos Índios.
- d) Não tem o menor cabimento ou procedência a acusação feita pelo Sr. Eduardo Rios, que, oito anos após a gestão do acusado, declarou "ter ouvido falar sobre espancamentos."
- e) Protesta o acusado por uma acareação com o referido senhor Eduardo Rios, com o que comprovará sua total inocência.

XIX -

- 6) "Presidiu a comissão que vendeu, por concorrência administrativa irregular, no Posto Indígena "Duque de Caxias", a Max Weise, 5.000m³ de sassafráz, para lenha. (fls. 2291/3-2792/2805).
- a) Às fls. 2291/3 dos autos, está o contrato de venda de madeira feito pela 7a. Inspeção Regional, representada pelo seu chefe, Sr. Alísio de Carvalho, juntamente com a comissão de concorrência, a Max Weise, elaborado com todas as garantias e segurança para o SPI, e redigido com a maior cautela, conforme bem se verificou pela leitura das cláusulas X e XI, estabelecendo sanções penais para o comprador e prioridade à mão de obra indígena.
- b) Às fls. 2794/5, encontra-se a minuta do edital, também assinada por Alísio de Carvalho.
- c) Às fls. 2797, encontra-se o adiamento da concorrência ainda assinado por Alísio de Carvalho.
- d) Finalmente, às fls. 2799, a guia de depósito, em nome da firma Max Weise, também assinada por Alísio de Carvalho.
- e) Às fls. 2804/5, encontramos a ata da concorrência, contendo todos os requisitos legais.
- f) Vemos assim que, se, por um lado, não houve qualquer irregularidade na elaboração e processamento da concorrência, por outro lado, foi toda ela orientada e dirigida pelo chefe da 7a. Inspeção Regional, Sr. Alísio de Carvalho, não podendo, conseqüentemente, ser imputado ao acusado, que protesta pelo depoimento de Ítalo Sampaio, seu colega de comissão, para comprovar suas alegações.

XX -

- 7) "Falta de comprovação de adiantamento de NCr\$4.735,00" (fls. 1878).
- a) É falsa a imputação. Jamais recebeu o acusado aquela imputação, nem assinou qualquer recibo a ela referente. Não tem cabimento sua inclusão, juntamente com o nome de Alísio de Carvalho, no quadro demonstrativo de fls. 1878.
- b) Protesta o acusado pelo depoimento de Elias Gonçalves da Costa, signatário do referido quadro, e por elaboração de perícia contábil na 7a. Inspeção Regional, com o que comprovará sua inocência.

- XXI - 8) "Venda irregular de pinheiros a Braulino de Souza, no Posto Indígena Cacique Doble (fls. 1734)."
- a) É falsa e mentirosa a imputação. Jamais vendeu o acusado, ao senhor Braulino de Souza, um só pinheiro.
 - b) Não compreende o acusado como pôde o Sr. Vivaldino de Souza, residindo no Paraná e jamais tendo ido ao Rio Grande do Sul, onde está o referido Posto Indígena, afirmar tal fato.
 - c) Requer sua acareação com o referido senhor, como meio capaz de provar sua inocência, assim como o depoimento do senhor Braulino de Souza.
- XXII - 9) "Descontou várias notas promissórias emitidas por Irmãos Fernandes S/A, em favor do SPI, a juros de 5%, para levar NCr\$ 17.000,00 ao Major Luiz Vinhas Neves. Repor NCr\$ 6.000,00 de juros pagos a agiota." (fls. 1717/1734).
- a) De conformidade com determinação do Major Luiz Vinhas Neves, então Diretor do SPI, e do Sr. José Fernando da Cruz, então chefe da 7a. Inspet. Regional, foi o acusado realmente portador de duas notas promissórias, devidamente endossadas pelo segundo, para serem entregues a certo cidadão, em Curitiba.
 - b) Foi o acusado mero portador, eis que a operação fôr previamente acertada, limitando-se o mesmo a entregar os títulos e receber o dinheiro, entregue ao Major Vinhas Neves, que prestou contas a 7a. Inspetoria, mediante um recibo no valor de NCr\$ 17.000,00.
 - c) Não praticou, assim, o acusado, qualquer ato irregular ou criminoso, limitando-se a mero portador por o então Diretor do SPI, Major Luiz Vinhas Neves, cujo depoimento, pelo qual desde já protesta, provar sua inocência.
- XXIII - 10) "Venda irregular de 1.000 pinheiros a Ind. e Com. Antônio Sad S/A, na área do Posto Indígena "Telemaco Borba" (fls. 2273/5).
- a) Às fls. 2273/5, encontra-se o contrato de venda referido, elaborado com toda a cautela e formalidade e devidamente assinado pelo chefe da 7a. Insp. Reg. Sr. Alísio de Carvalho.
 - b) Às fls. 3169/3202, encontramos, em apenso, todo o processamento da concorrência, desde a publicação dos editais, às fls. 3182, até a publicação do contrato, às fls. 3199, tudo assinado, autorizado e assistido por Alísio de Carvalho, chefe da 7a. Inspet. Regional do SPI.
 - c) Não há, assim, qualquer irregularidade ou omissão a sanar, ou falta a punir, não compreendendo mesmo o acusado a razão do inciso, a não ser, pelo fato de ter sido o apenso de fls. 3169/3202, localizado somente após a elaboração do item acusatório.
- XXIV - 11) "Venda de 50.000 pinheiros por concorrência administrativa, do Posto Indígena "Cacique Capanema", ganhada

Supremo

pela firma Irmãos Fernandes" (fls. 17172905, 2935/6).

- a) Quanto ao fato de ter sido feita concorrência administrativa, em lugar de concorrência pública, além de ser controvertida a matéria, por força da natureza do patrimônio indígena, aquela forma de concorrência sempre foi usada, para venda de madeira do SPI, em todos os seus postos e inspetorias, não constituindo assim tal fato qualquer irregularidade ou falta administrativa.
- b) Quanto ao erro na contagem do prazo, cometido pelo acusado que considerou o dia de início do prazo, engano este comumente cometido, não houve dolo nem má fé, de parte do acusado, mas simples engano, nada mais.
- c) Pela leitura da ata de fls. 2935/6, verificamos que a inteveniência da firma Slowere & Filhos S/A fora intempestiva pois pretendia tomar parte na concorrência, quando ainda não havia feito a caução legal.
- d) Vemos assim nenhuma falta ter cometido o acusado.

XXV -

- 12) "Inclusão criminosa, no edital de concorrência nº 1/65, de cláusula beneficiatória de concorrente; agravada pela antecipação do prazo, e outras irregularidades, tudo feito de modo doloso, pois tinha larga experiência no assunto" (fls. 1717-1722-1759-3182).

- a) Vide alínea b) do item anterior, ali incluída por engano, cujo conteúdo comprova a inocência do acusado.
- b) Quanto às outras irregularidades, genericamente apontadas, inexistem. O capital social mínimo exigido, não beneficiou ninguém, e teve por finalidade, dar maior garantia ao SPI, considerando o valor da transação, e foi determinação expressa do Diretor do SPI, Major Vinhas Neves e do Sr. Alísio de Carvalho, chefe da 7a. Insp. Regional, conforme bem esclarece o depoimento de fls. 1722.
- c) Assim, nenhuma falta cometeu o acusado, a não ser a indevida contagem do prazo, com a inclusão do dia inicial o que, de modo algum, poderia ser passível de punição.

XXVI -

- 13) "Retirada de NCr\$ 1.000,00 do cofre da 7a. Insp. Regional, sem contabilização, para entregar ao Major Luiz Vinhas Neves (fls. 1717) Repor.-"

- a) A importância de NCr\$ 1.000,00 foi realmente retirada do cofre, conforme determinação do Sr. José Fernando da Cruz, chefe da 7a. I.R., para completar a quantia de NCr\$ 17.000,00 entregue pelo acusado ao Major Luiz Vinhas Neves, Diretor do SPI, para posterior prestação de contas, conforme recibo constante da contabilidade da Inspetoria.
- b) O acusado apenas cumpriu ordens, não tendo praticado qualquer falta administrativa ou ato criminoso. Protesta pelo depoimento do Major Luiz Vinhas Neves, que comprovará sua inocência.

XXVII -

- 14) "Condutir o livro de ponto para sua esposa assinar em casa" (fls. 1736 e 1728).

- a) É falsa a imputação. Jamais levou o acusado o livro de ponto para casa, por qualquer motivo.

- b) Protesta o acusado pela acareação com o depoente de fls. 1736, Alberico Alves Labatut Nascimento, com o que comprovará sua inocência.

XXVIII - 15) "Participante da caravana a Florianópolis, onde foram gastos milhões em uma farra (fls. 1759)!"

- a) Há, aproximadamente, 30 anos, a 7a. Insp. Regional vinha tentando regularizar a posse das áreas de terra do SPI, dos postos "Duque de Caxias" e "Dr. Silvestre Campos", situados no Estado de Santa Catarina, áreas estas de grande valor, dada sua extensão e riquezas naturais, o que as faziam cobiçadas por grupos econômico e políticos.
- b) Após inúmeros contactos, conseguiu o acusado ver concretizado seu objetivo, conseguindo os títulos definitivos da posse das referidas terras.
- c) Tendo sido marcado pelo Dr. Felipe Boabaid, Presidente do Inst. de Ref. Agrária de Santa Catarina (ARASC), uma data para entrega dos títulos, foi designada pelo Sr. Jose Fernando da Cruz, uma comissão de funcionários entre os quais o acusado, para prestarem uma homenagem de agradecimento as autoridades daquela Estado e receberem os títulos concedidos. Hospedados em Hotel familiar em Florianópolis, ali foi oferecido um jantar as autoridades de Santa Catarina e feita uma pequena solenidade de agradecimento.
- d) Eis a alegada "farra", Nada mais, nada menos que um ato digne e meritório até, de parte do acusado e seus colegas de comitiva, dentre os quais protesta pelo depoimento de Francisco Vieira da Silva, para corroborar suas alegações de defesa.

XXIX - Por todo o exposto, argumentado e provado, vemos que, independentemente da arguição de nulidade feita preliminarmente pelo acusado, e que deverá ser recebida por esta douta Comissão de Inquérito, foram, uma a uma, completamente contestadas e destruídas, as imputações feitas ao acusado que, com consciência tranqüila, clama plena e absoluta inocência de tôdas as imputações feitas, pelo que espera e requer sua absolvição como medida da mais sadia Justiça.

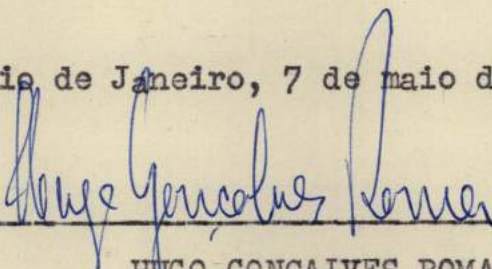
XXX - Protesta pela juntada oportuna de novos documentos, além dos dois que anexa às presentes razões, juntamente com a procuração outorgada a seu patrono, pela feitura de perícia contábil, nos quesitos acima pertinentes, pelas acareações acima referidas, pela reinquirição das testemunhas ouvidas a sua revelia e inquirição de novas testemunhas, cujo rôl faz, a seguir:

- I) Vivaldino da Souza - Curitiba-Paraná.
II) Italo Sampaio - Curitiba-Paraná.
III) Alan Kardec Martins Pedrosa-Curitiba-Paraná.

- IV - João Garcia de Lima - Curitiba - Paraná.
- V - Eduardo Rios - PI Cacique Doble - RGS.
- VI - Braulino de Souza - Lagoa Vermelha - RGS.
- VII - Major Luiz Vinhas Neves - GB.
- VIII - Francisco Vieira da Silva - Curitiba - Paraná.
- IX - Alberico Alves Labatut Nascimento - Curitiba - Paraná.
- X - Elias Gonçalves da Costa - Curitiba - Paraná.

XXXI - Reiterando, mais uma vez, suas alegações de inocência, e
pera e requer, em nome de Deus, da Verdade e da Justiça,
sua plena absolvição, das indevidas acusações feitas.

Rio de Janeiro, 7 de maio de 1968



HUGO GONÇALVES ROMA
Advogado Insc. 7345
OAB GB

6624
B/A

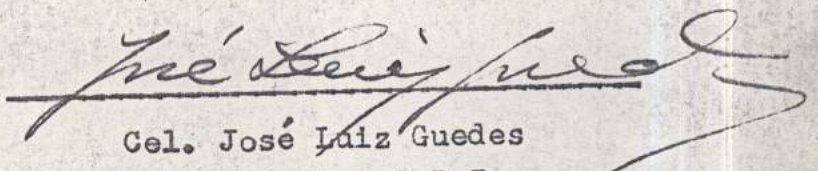
ORDEM DE SERVIÇO INTERNA Nº 67

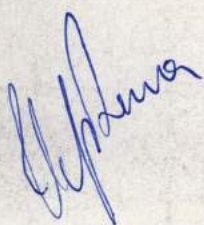
O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, no
uso de suas atribuições,

Tendo em vista o que consta da Ordem de Serviço Interna numero 44 A, de 13 de maio de 1959, resolve determinar que o Auxiliar de Inspetor, referência 20, FELIPE AUGUSTO / CAMARA BRASIL, matricula nº 1.941.879, lotado na 7a. Inspetoria Regional, em Curitiba, no Estado do Paraná e com exercício no Pôsto Indígena "cacique Doble", Município de Lagoa Vermelha, no Estado do Rio Grande do Sul, para permanecer com exercício na Séde da 7a. Inspetoria Regional em Curitiba, Estado do Paraná, até ulterior deliberação.

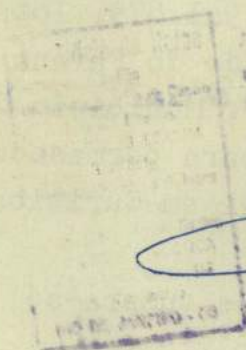
2. Dê-se ciência e cumpra-se

S.P.I., em 19 de junho de 1959


Cel. José Luiz Guedes
Diretor S.P.I.



4532
A. J.



AUTENTICO esta fotocópia
reprodução fiel do original.
Data 10/05/2015
Des. - Lei 2.445 - 25.8-1940
Rio de Janeiro 30 ABR 1998

Handwritten signature



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Portaria n. 112 de 28 de maio de 1958

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios,

RESOLVE elogiar PHILIPPE AUGUSTO DA CÂMARA BRASIL, Auxiliar de Inspetor, referência 20, da T.U.M. deste Ministério, lotado neste Serviço e com exercício na 72 Inspetoria Regional, em Curitiba, Estado do Paraná, por ter, além de cumprido de forma elogiosa seus deveres, demonstrado dedicação, competência e zelo à frente do P.I. Cacique Doble.

[Assinatura manuscrita]

[Assinatura manuscrita]

Nelson Perez Teixeira
Diretor Substº

SA/EDW

2520
115

SECRETARIA DE SAUDE
Tribuna
Rua do Ouvidor, 111 - Casco
Tribuna Interior
APETITE - SALGADIA
Sociedade
Rua da Lapa, 111 - Casco
Avenida
Rua da Lapa, 111 - Casco
PA. ADM. - JUSTICA
Av. ... 111
L. ...
RIO DE JANEIRO - RJ

AUTENTICO esta fotocopia
reprodução fiel do original.
Doc. N.
Dec-lei 2.146 - 25-5-1940
30 ANH 1968
Rio de Janeiro / /

Handwritten signature

2/10

PROCURAÇÃO

/// PHELIPPE AUGUSTO DA CÂMARA BRASIL, brasileiro, casa
do, funcionário público, residente à Rua Professor Fernando -
Moreira nº 178 Curitiba Estado do Paraná, constitue e nomeia-
seu bastante procurador o Dr. HUGO GONÇALVES ROMA, advogado,-
casado, inscrito na O.A.B. sob o nº 7345, com escritório nes-
ta Cidade, à Avenida Presidente Vargas nº 590 sala 1112, para
o Fôro em geral, com os poderes constantes da cláusula "ad ju
dicia, e, em especial, para promover sua defesa no Processo -
Administrativo a que responde, instaurado pela Portaria nº 08
de 1968, do Ministério do Interior, podendo replicar, juntar-
documentos, requerer vista de processos, requerer diligências,
substabelecer a presente e tudo o mais que se fizer necessá -
rio,///

Curitiba, 22 de abril de 1968

Curitiba, 22 de abril de 1968

~~Relatório~~ *Relatório* ~~de~~ *de* ~~Curitiba~~ *Curitiba*

W. H. L.

12.º C.º 12.º 12.º 12.º 12.º
Tabela VIII
Rua do Comércio, 184
Tel. 52-7161-CD.
SUBSTITUTO
CLOVIS COELHO
1.º Escrevente Autorizado
GERALDO DE SOUZA OLIVEIRA
2.º Escrevente Autorizado
AGOSTINHO LOURENÇO
COTA.....
TABELA VIII
ATO N.º 3
CONF.

Reconheço a firma

Philippe

August 26, 1911

A series of diagonal blue ink scribbles on a piece of lined paper. The scribbles are made of several overlapping, parallel diagonal strokes.

Rio de Janeiro, 6 de 5 de 19 de 7 da verdade

Em testemunho

6627-
BPA

EXMO. SR. MINISTRO DO INTERIOR

JOSÉ PEDRO RAMOS, brasileiro, casado, funcionário do Serviço de Proteção aos Índios, lotado no Pôrto Indígena de "Guarita", município de Tenente Portela, onde é domiciliado e residente, Estado do Rio Grande do Sul, através de seu procurador, abaixo firmado, vem, por este meio, muito respeitosamente, à presença de V. Excia., nos autos do -- Processo Administrativo instaurado ante esse MM. por denuncia apresentada pelo Presidente da Comissão de Inquérito instaurada pela Portaria nº 78, de 22 de março de 1968 desse Ministério, publicada no Diário Oficial da União, Seção I, Parte I, fls. 2647, de 1º de abril de 1968, pelo -- que passa a expôr e, a final, requerer como segue:

DENUNCIADO pelo item 1 - "Lavra terras do P.I. Guarita -- gratuitamente (fls. 1855)",

CONTESTA: - Desde a administração de Iridiano (de tal), como constante do depoimento pessoal do postulante a fls. 1855, efetivamente lavra terras como instrutor dos indígenas, como, aliás, constatou a própria Comissão ou Comissões de Inquérito que estiveram no local, pois que, como mecânico, ajudante geral, instrutor de preparo de terras, foi buscado por uma das administrações passadas para ir trabalhar naquele P.I. Ignora qual o crime cometido por haver desempenhado suas funções e de tal forma que somente colheu, como colhe, louvores de seus chefes. Aliás, -- não lavra as terras gratuitamente, pois que sempre recebeu seus vencimentos para tanto. Não esclarece a denúncia de forma positiva a infração por lavrar a terra - se com isso pretende que o postulante haja infringido alguma lei por ensinar o cultivo da terra aos indígenas ou se por haver ensinado de forma diferente da que entende aquela Comissão.

DENUNCIADO pelo item 2 - "Falta de cooperação com a Comissão ao manifestar má vontade" - (Fls. 1855).

CONTESTA: - Não manifestou má vontade. Simplesmente declarou a verdade sobre o que foi perguntado, não tendo mais a declarar do que o dito. Não informa a denúncia, de todo vaga, indistinta, mal articulada, desacompanhada de qualquer fundamentação legal ou lógica, qual a manifestação de má vontade que registrou, referindo-se no item desta denúncia a depoimento pessoal do postulante.

AGUARDA, pois, com todo o respeito, haja V. Excia., em -- bem examinando as provas, constantes, ao que se pode infe-

6628
BJS

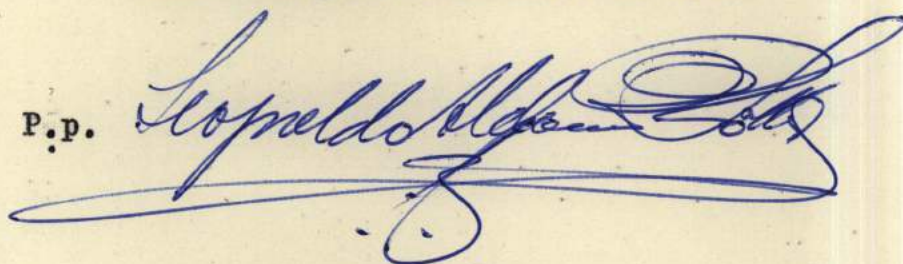
inferir da peça de denúncia, única e exclusivamente -
compostas de seu depoimento pessoal, por bem, exclu-
lo do processo em vista de não haver cometido infra-
ção alguma que lhe possa ser imputável, como medida -
de sa e inquestionável JUSTIÇA.

NN. Têrmos,

p. Deferimento

Porto Alegre, 4 de maio de 1968

P.p.



Anexo: Instrumento procuratorio outorgado ao signatário supra, conjuntamente com mais dois denunciados.--

6628 17
B/6

EXMO. SR. MINISTRO DO INTERIOR

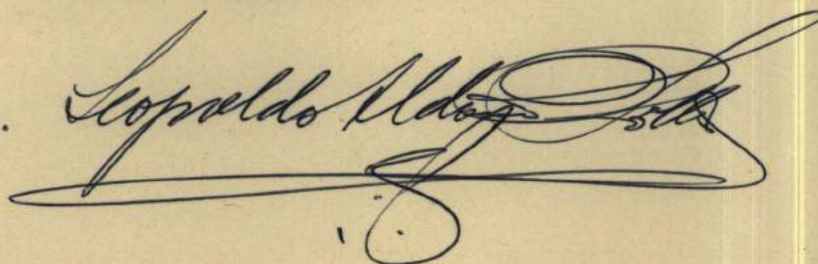
JOSÉ PEDRO RAMOS, através de seu procurador, abaixo firmado, em aditamento às suas razões de defesa já apresentadas no Processo Administrativo instaurado ante esse MM. Ministério por denúncia da Comissão de Inquérito criada com a Portaria nº 78, de 22 de março de 1968, com referência ao que lhe é imputado no item 1º da aludida denúncia, dizer que, se a infração que lhe se pretende atribuir é a de arar terras para sustento de sua família, -- não há infração alguma, ao teor do direito que lhe faculta o -- DECRETO LEI n. 736 de seis (6) de abril de mil novecentos e -- trinta e seis (1936), em seu artigo 47 (quarenta e sete) item I, de utilizar área para plantio e sustento de sua família, razão pela qual reitera o pedido de sua exclusão, como de direito e -- de Justiça.

NN. Termos,

p. Deferimento

PÔRTO ALEGRE, 08 de maio de 1968

P.p.



EXMO. SR. MINISTRO DO INTERIOR

LUIZ MARTINS DA CUNHA, brasileiro, casado, funcionário do SPI, domiciliado e residente em Tenente Portela, Estado - do Rio Grande do Sul, através de seu procurador, abaixo--firmado, vem, por este meio, muito respeitosamente, à pre--sença de V. Excia., nos autos do Processo Administrativo--instaurado pela Comissão de Inquérito nomeada pela Porta--ria n. 78 de 22 de março de 1968, dêsse Ministério, apre--sentar as suas razões de defesa aos itens constantes da --denúncia, pelo que passa a expôr e, a final, requerer co--mo segue:

ITEM 1. QUANDO CHEFE DO POSTO INDIGENA DE GUARITA foi de--nunciado por JAPHET CHAVES NEVES em virtude do mesmo ter recebido por mais de um ano os vencimentos de sua esposa, já falecida (Fls. 4013).

- A fls. 4013, diz, em seu depoimento, Américo Antunes de Siqueira, que (Agente Nivel 6-B) ouviu dizer que Japhet-Chaves Neves teria dito que o postulante recebeu por mais de um ano, no Posto Indigena de Guarita, os vencimentos --de sua falecida esposa. Ora, se a propria Comissão de In--quérito, "in loco" constatou que a esposa do denunciado, --ali lotada como professora, prossegue em suas funções, vi--va e pessoalmente, como é que pode indiciar o postulante--em tamanho absurdo (?) fundamentada em méro "diz-que-diz--que". Não encontra amparo algum a denuncia - se por denun--cia se pode tomar tal afirmação. Repta, pois, o denuncia--do, a Comissão de Inquérito a provar o falecimento de sua esposa Maria Luiza da Cunha, ora no pleno uso de suas fa--culdades mentais e direitos civis, residindo com ele em --Tenente Portela.

ITEM 2. VENDEU, ANTECIPADAMENTE, A PRODUÇÃO AGRICOLA DO --POSTO INDIGENA GUARITA, SEM AUTORIZAÇÃO (Fls. 927, 836).

- Não ocorreu, em oportunidade alguma, venda antecipada --de qualquer coisa, sem prévia autorização. Tal, aliás, é a assertiva feita pelo ex-chefe do postulante, em seu de--poimento de fls. 927, José Fernando da Cruz, que diz: "--Não determinou a Luiz Cunha a fazer venda antecipada da --produção agrícola de Guarita" ao lhe ser perguntado se --dera autorização; nem poderia dizer de forma diferente, já que, reafirmamos, não houve venda antecipada, como preten--de um funcionário, já idoso, aposentado e não muito lúci--do, José Maria da Gama Malcher, em seu depoimento de fls. 836, quem, possivelmente, troca e confunde um Posto pelo--outro, como, aliás, se infere de seu proprio depoimento.

ITEM 3. FRAUDE. Não distribuía aos índios sapatos, banha, fumo e remédios, a não ser Melhoral e fazia constar nas prestações de contas esses artigos (Fls. 1851 e 1853).-

- É lamentável não tenha sido melhor examinada a prova antes de ser oferecida a denúncia. A fls. 1851, Leopoldo Pellin, CHEGADO AO PÔSTO INDIGENA DE GUARITA em data de fins de AGOSTO DE 1967, ao prestar DEPOIMENTO em data de 15 DE NOVEMBRO DE 1967, ou seja, 75 dias, informa SER PRECÁRIO O ESTOQUE DE REMÉDIOS, apenas, mas não afirma nada do que consta do item supra. A fls. 1853, a enfermeira do P.I. Guarita, Guilhermina Borges de Medeiros informa: FALTA ESTOQUE DE MEDICAMENTOS, mas que LUIZ MARTINS DA CUNHA SEMPRE ASSISTIU AOS ÍNDIOS COM REMÉDIOS; onde, pois, a base, a fundamentação, para a assertiva acima? Nenhum dos depoimentos em que procura um apóio para a afirmação difamatória, injuriosa e caluniosa, sequer fala em fraude! -- Quem, como o denunciado, que nunca usou de malícia fica estarecido ante tamanha infâmia. Bata a simples leitura dos depoimentos para ruir tamanha barbaridade.

ITEM 4. QUEDA INJUSTIFICÁVEL DA RENDA DO P.I. GUARITA na CONTABILIZAÇÃO. (Fls. - não tem).

- No depoimento pessoal do denunciado, a fls. 1863 e 1864 vem o esclarecimento da queda da arrecadação, não da renda eis que os colonos, arrendatários, passaram a negar o pagamento e recorreram às autoridades a seu alcance a fim de não pagarem o aumento pedido. Não fundamenta a denúncia porque entende ter ocorrido "queda" de renda, quando deveria dizer "arrecadação". É capciosa a afirmação. Não encontra amparo algum em prova de queda renda.

ITEM 5. No PÔSTO INDIGENA DE GUARITA o número de agricultores não indígenas é superior ao declarado, o que significa que não são contabilizadas todas as rendas pagas pelos colonos (Fls. 1851).

- Informada pelo depoente Leopoldo Pellin, em seu depoimento de fls. 1851, de que, havendo chegado ao P.I. Guarita apenas algumas semanas antes, não estando ainda familiarizado ali, não tendo ainda tomado contato com o número de colonos e índios dali, passa a Comissão de Inquérito de imediato a cometer desatinos: entende haver aquele depoente feito a afirmação de que há mais colonos não indígenas do que índios e tira suas conclusões "a olho", apressadamente: AFIRMA - "ela, a Comissão de Inquérito" - de que Há mais colonos e conseqüentemente, a renda não é contabilizada. Sem mais preocupações, aplica a sua conclusão em afirmação INEXISTENTE. Ora, sejamos justos e não injustos. Houvesse o denunciado cometido alguma infração que se o puna, mas não por coisa que não fez, inexistente, não foi afirmado, não foi feita prova.

ITEM 6. UTILIZAÇÃO de milho, em espigas, do Pôsto Indígena de Guarita como pagamento de dívidas inexplicáveis a Maroni & Luiz Ltda. (Fls. 1857).

- Refere a Comissão apenas ao AVISO DE SETEMBRO DE 1967 do P.I. GUARITA à 7ª INSPETORIA. Não verificou, entretanto os anteriores, a fim de se certificar do registro da dívida contraída pelo SPI. A dívida é perfeitamente explicável pela contabilidade.

663/
BGA

ITEM 7. Venda de soja, milho, trigo e feijão e, incluindo como consumo do Posto (Fls. 1858).

- Na pressa de denunciar de qualquer forma o postulante, de qualquer forma, esqueceu, a Comissão de incluir na denúncia a observação constante do documento de fls. 1858, a que meramente alude, que é o AVISO DE AGOSTO DE 1967 -- do PI GUARITA, que se lê: "OBSERVAÇÃO: EM RELAÇÃO AO FEIJÃO SOJA, O TOTAL ACIMA CONSIGNADO NA COLUNA CONSUMO DO POSTO REPRESENTA O QUE FOI VENDIDO E ENTREGUE NO CORRENTE MES". Ora, não havia outro lugar onde fazer o lançamento. Corretamente foi anotado o esclarecimento do lançamento -- feito. Onde pois a infração? E quanto a milho, trigo e -- feijão, o que ali naquele AVISO se faz constar correspondendo a consumo efetivo. Não há justificativa alguma para a afirmação do item 7. Rui por terra ao simples exame.

ITEM 8. ASSINOU RECIBO GRACIOSO DE NCR\$6.000,00 A FAVOR - DE JOSÉ FERNANDO DA CRUZ NO POSTO GUARITA (FLS. 1864, 2245, 4733, 4738, 1722, 1723, 2596 e 2428).

4 Quanto a esse item é mister que primeiro se esclareça -- não haver sido utilizado o recibo por José Fernando da Cruz para coisa alguma. Efetivamente, o documento aludido -- o recibo -- apenso a fls. 4738, não foi usado para o suprimento a que se destinava. No verso do dito consta o seguinte carimbo: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS. ATESTO QUE FOI FEITO O SUPRIMENTO CON-- TANTE DA PRESENTE CONTA. Em 31 de agosto de 1965. (SEM ASSINATURA). A esse fato chamou o signatário a atenção dos funcionários desse Ministério em data de 24 de ABRIL de 1968, quando do exame do aludido documento. Ora, tal recibo, de todos os que constam da relação de fls. 4733, É O ÚNICO NÃO UTILIZADO, O ÚNICO SEM ATESTADO DE SUPRIMENTO, O ÚNICO QUE NÃO FOI USADO. A assinatura é, constante do texto subscrito, digo, do anverso do documento de fls. 4738, do punho do denunciado. Destinava-se a suprimento futuro, como informou em seu depoimento pessoal, que não foi feito em razão de não haver sido atendido o pagamento. Entretanto, em se antecipar um recibo para futuro suprimento, e usá-lo, vái longe a diferença. Ao invés de viajar para Curitiba a fim de ali receber a importância de NCR\$6.000,00 mandou o recibo que não lhe foi devolvido já que no interim o chefe, referido José Fernando da Cruz, deixou suas funções, e o postulante entendeu liquidado o assunto com a -- maior boa fé do mundo.

ITEM 9. Permitiu que funcionários, o Prefeito e as autoridades policiais do Município de Tenente Portela continuassem a lavrar as terras do Posto de Guarita sem pagar renda (Fls. 1864).

- Como bem esclareceu à Comissão de Inquérito, pré-existia ao denunciado a situação seguinte: O município de Tenente Portela construiu um campo de pouso para aviões nas terras do Posto e mantinha constantemente em condições de uso. Pela manutenção do aeroporto, cultivava a área cega, área interdita a edificações, de acordo com o Ministério da Aeronautica, em retribuição. Não era da competência do denunciado tal convenio mas, sim, da sua chefia. -- Também quanto aos demais funcionários do Posto, tinham --

BPA

como têm desde o início da criação do S.P.I. o direito de cultivarem pequena área para suprimento de seu sustento - e de sua família, suprimento esse acrescido aos seus minúsculos e poucos vencimentos. Tal procedimento sempre foi autorizado e homologado por todos os chefes do denunciado e, como afirmado pela própria denuncia, já pré-existia a situação à assunção do cargo por aquele. Quanto a autoridades policiais ararem as terras, não há notícia no presente processo que não a da afirmação da denuncia, sem amparo ou base alguma.

10. POSSUÍE UM AUTOMÓVEL AERO-WILLYS QUE ALEGA TER ADQUIRIDO com economia do casal e herança de sua mulher (contradição porque alegou que o ordenado não dava para viver) - (Fls. 1864).

- O fato de possuir um automóvel, modelo antigo, não leva quem quer que seja a entender seja infração ou crime. É lamentável a atitude da Comissão de Inquérito em chegar ao cúmulo de indiciar a própria herança do denunciado no presente processo. Não se pode, de forma alguma, conceber seja o registro feito no item 10 (dez) passível de ser levado a sério. O profissional do direito esperaria encontrar uma denúncia fundamentada, um indício legal veemente de alguma infração que justificasse de algum modo a denuncia, porém, afeito a lides forenses não creio possa ser considerada como denúncia o item aludido, de todo pueril!!!

11. ALCANCE: Não comprovou os NCR\$5.200,00 do adiantamento por suprimentos recebidos da I.R. 7 (Fls. 1878).

- Mais uma vez usa de malícia a Comissão. Todos os recebimentos feitos pelo denunciado foram comprovados; de tudo foi prestado contas à I.R.7, como se poderá verificar dos documentos ali ou para ali remetidos. Onde o levantamento da contabilidade para tal afirmação? Porque não se examinam os "avisos"? Mais fácil é denunciar, certamente, porém de nada adianta denunciar sem provas. De um lado a denunciante dispõe da prova da prestação de contas e pelo outro denuncia por falta da prestação!!

12. DENUNCIADO POR ENTREGA DE TORAS DE MADEIRA no Posto Indígena de Guarita a vários compradores, inclusive ACIR FORTES (Fls. 2183).

- O documento em que se baseia a denúncia é a cópia do Telegrama Radio: NR 426 de 22/março/66, nos seguintes termos: CHEGOU NOSSO CONHECIMENTO VC ESTÃO SE PROCESSANDO ENTREGAS TORAS MADEIRAS VC POSTO INDIGENA GUARITA VC VARIOS COMPRADORES VC ENTRE ELAS SENHOR ECY FORTES PT NECESSITAMOS ESCLARECIMENTOS RESPEITO PT ASS LUIZ ARAUJO DIRETOR SUBSTITUTO. Ora, tal "prova" é um pedido de esclarecimentos, em primeiro lugar. Em segundo lugar, não houve entrega irregular ou ilegal de toras no P.I. Guarita, pelo menos durante a administração do denunciado. Inquérito houve, porém não no Posto Indígena de Guarita, porém no de Nonoay, como dão notícia os autos do presente Processo Administrativo.

13. FALSIFICOU COM LAUDELINO SOARES DA SILVA RECIBOS DE PAGAMENTO DO GRADEAMENTO de 15 alqueires de terra em Guarita sendo o de nº 48, de 28/Setembro.1965 a NCR\$70,00 igual a NCR\$1.050,00 e o de nº 8, os mesmos 15 alqueires

alqueires, porém com data de 12. Novembro. 1965 e com preço a NCR\$40,00, totalizando NCR\$600,00 (Fls. 2252,2258).

- José Pedro Ramos, em as data respectivas, no verso dos recibos, atestou haverem sido prestados efetivamente os serviços a que se referem os aludidos recibos. É mistér, outrossim, que, houvessem sido feitos os mesmos serviços na mesma área tal se justificaria plenamente dadas às condições do terreno e atmosféricas: depois de arado o terreno, sobrevindo a chuva, necessário é, antes de plantar, que se renove o gradeamento. Bem examinando os recibos, ao homem afeito ao trabalho da lavoura, se infere que não foi o mesmo serviço prestado duas vezes, porém são dois serviços diferentes - um de aração e outro de gradeamento. Não há, data vênha, falsificação de terreno arado ou gradeado. Houve serviços prestado, houve aração e gradeamento e o testemunho é válido face ao atestado regular - passado no verso dos recibos.

14. Paga despesas de manutenção de sua família com a renda do Posto Indígena de Guarita (Fls. 1864).

- Em seu depoimento informa que se alimenta por conta do Posto em alimentação frugal. Foi omitido que o denunciado comia "JUNTAMENTE COM OS INDIOS A MESMA COMIDA". Também não se levou em conta o aspeto psicológico e a atenção que com tal procedimento sempre foi dispensada aos índios. No afa de denunciar de qualquer forma - talvez - para justificar a sua atuação - a Comissão de Inquérito ignorou o depoimento daqueles a favor de quem se destinava APURAR A VERDADE, respetivamente, DOS INDIOS. Também, em flagrante descaso, NÃO LEVA A COMISSÃO DE INQUERITO EM CONSIDERAÇÃO o depoimento dos INDIOS, dos grandes injustiçados e de tal forma que nem a Comissão os leva a sério, mas que se faz mistér também ouvir com atenção e não sômente para constar e servir de mais uma folha no processo, senão vejamos:

- A FLS. 1854, o INDIO KAINGANG, SANTO CLAUDINO, elogia o denunciado informando de que o mesmo dispensa o melhor tratamento aos índios. É claro e coerente o seu depoimento. Vê na pessoa do denunciado o seu protetor, o seu amigo. A FLS. 1828, o INDIO PEDRO ALÍPIO, KAINGANG, CAPITÃO DE POLÍCIA INDÍGENA, atesta: ANTES DE ALI APARECER O DENUNCIADO NÃO HAVIA DISTRIBUIÇÃO DE TECIDOS E NEM DE COMIDAS. NUNCA HOUE ASSISTENCIA DENTARIA. ALIMENTAÇÃO APENAS DAVAM PARA OS INDIOS VELHOS. INDIO ANTES SÔMENTE IA PARA O HOSPITAL PARA MORRER, QUANDO QUASI MORTO e o denunciado mudou tudo quando ali chegou. NÃO HAVIA PRISÃO. Ora, como o oficial no quartel, que também, quando em serviço ali se alimenta, o denunciado, no exato cumprimento de suas funções, ali permanecia e vivia entre os índios como se um deles fôsse. TAMBEM COMIA COM ÊLES. Se é crime comer com os índios, se é crime com êles conviver, então que será "defendê-los"? NO POSTO INDÍGENA DE GUARITA não há ou não houve, enquanto foi ali encarregado do denunciado, motivo para a assertiva feita pela Revista "VISÃO" em seu número de 12 de abril de 1968, de que o homem civilizado continua matando o índio, também não houve massacres, muito ao contrário, ali conviveram funcionários e índios em harmonia dificilmente se encontrando qualquer motivo para se pensar, siquer de longe, em ferimento aos direitos fundamentais do homem. De outro lado, em seu depoimento pessoal não afirma, o denun-

6639
B96

denunciado, alimentasse a si e à sua família em despesa à custa do Pôsto, como insinua a denuncia. Afirma, isto sim, que comia, alimentação frugal, no Pôsto.

ITEM 15. A COMISSÃO DE INQUÉRITO constatou forte aparato policial constituído de uma patrulha permanente de cinco SOLDADOS da Brigada de Polícia Militar do Rio Grande do Sul no recinto do Pôsto Guarita.

- Ora, "o FORTE APARATO POLICIAL DE CINCO HOMENS" ali se encontrava para defender a integridade dos índios, constantemente sujeita que é a área a investida de intrusos, como já tem ocorrido. De mais a mais, uma patrulha de CINCO SOLDADOS muito otimistamente poder-se-á encarar como, "FORTE APARATO POLICIAL", em se considerando que a área do Pôsto é superior a 23.000 hectares... com uma enorme mata quâsi impenetrável. Outrossim, no P.I. Guarita funciona uma Missão Evangélica, bem equipada, subvencionada pela Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil e de sua congênere da Alemanha, que para ali canaliza verbas para ajuda aos índios, como constatou a Comissão de Inquérito, cuja Missão é apoiada e ajudada também pelo denunciado.

As infrações, pois, que se pretende lançar sobre a pessoa do denunciado são de todo infundadas, inexistentes ou imaginárias. A Inspeção do Ministério da Agricultura do Rio Grande do Sul compareceu no P.I. Guarita e ali bem examinando, cuidadosa e escrupulosamente tudo, constatou a perfeita ordem ali reinante em todos os setores e, note-se, Inspeção essa conhecedora profunda da região, de seus problemas e de todas as circunstâncias locais.

Aguarda, pois, o postulante, confiante no elevado saber de V. Excia., haja por bem, após examinar e bem ponderar as provas e as razões supra, julgar improcedentes as denuncias feitas pela Comissão de Inquérito por absolutamente carecedoras de qualquer fundamento, como de direito e de JUSTIÇA.

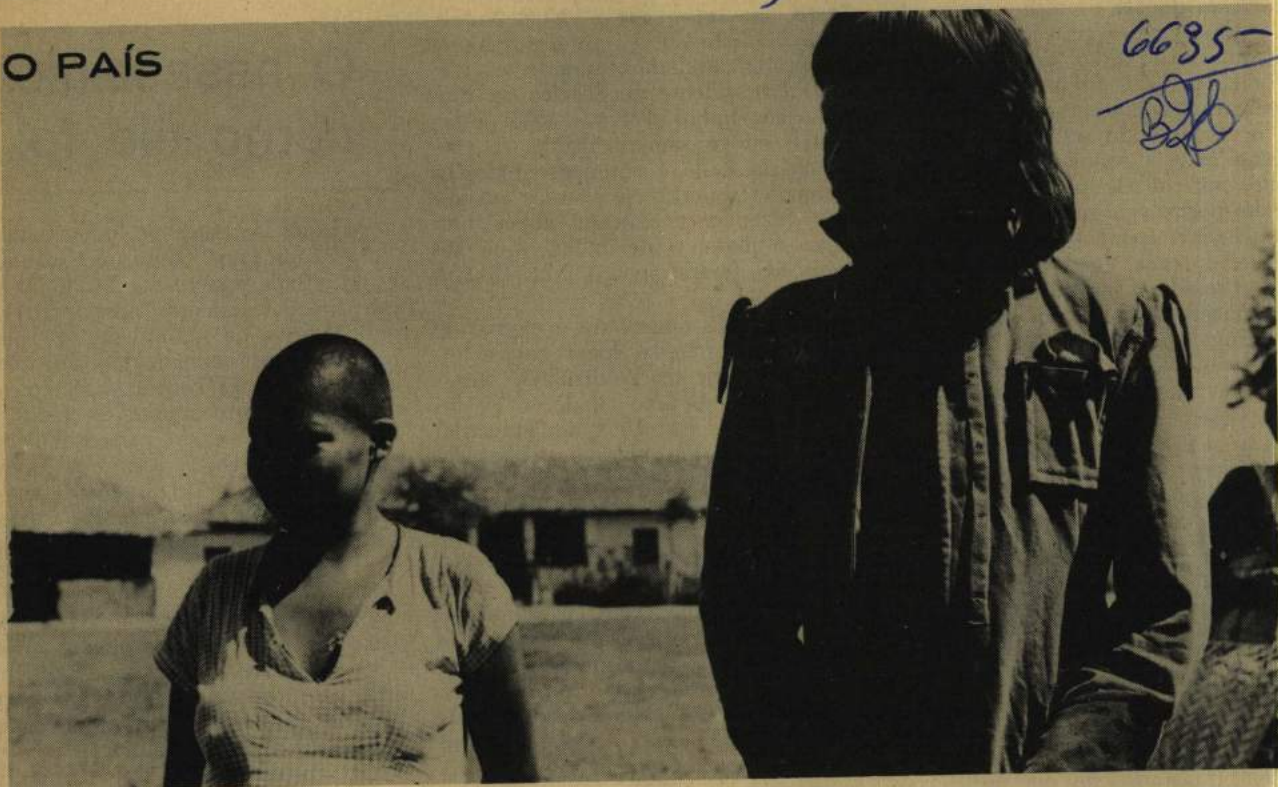
NN. Termos,

p. Deferimento

Porto Alegre, 4 de maio de 1968

P.p.





Por que o índio tem de morrer

No Itamarati, o ambiente é de inquietação. Começaram a chover telegramas das embaixadas brasileiras no exterior pedindo informações sobre o "massacre das populações indígenas no Brasil".

Apesar da discrição do Governo brasileiro, as repercussões do inquérito aberto no Serviço de Proteção aos Índios — no qual foram indiciados 130 funcionários — chegaram ao exterior junto com as denúncias de especialistas sobre a exterminação de índios.

Para os homens ligados ao problema dos índios, entretanto, não há nada de novo. Desde 1500, quando, segundo alguns historiadores, o Brasil tinha 2 milhões de índios, até hoje, com uma população indígena de não mais de 80 mil pessoas, o homem civilizado vem matando o índio.

Não está em jogo no momento a corrupção de 130 funcionários do SPI. O inquérito aberto no Ministério do Interior revelou muito mais que a corrupção; pôs mais uma vez à mostra os graves defeitos da política indigenista seguida até agora pelo Governo.

Em recente entrevista coletiva, o Ministro Albuquerque Lima evitou falar do SPI. Momentos antes, um de seus assessores advertiu os jornalistas presentes de que o inquérito prosseguia normalmente e que o interesse

do Ministro era responder a perguntas sobre sua administração em geral. "Evitem, por favor, as perguntas sobre o SPI, pois as respostas virão com o resultado do inquérito."

A nova fundação — Mas o assunto do momento era o índio, e o Ministro, apesar de todas as precauções, não conseguiu fugir dele. Sua primeira preocupação foi desmentir pressões no sentido de sustar o inquérito: "Todos os indiciados serão punidos".

Aproveitou então a entrevista para anunciar a criação da Fundação Nacional do Índio, que a partir de agora formulará as diretrizes do novo Serviço de Proteção aos Índios. A nova política seria então elaborada pelo Conselho Diretor da Fundação, "formado exclusivamente por especialistas". Mas especialistas mesmo o Conselho só tem aparentemente três — no máximo quatro —, entre seus onze membros. Eis sua constituição: representante do Ministério do Interior escolhido pelo Ministro e que presidirá o Conselho; representantes dos três ministérios militares; representante do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal; representante do Conselho Nacional de Pesquisas; representante de uma universidade federal; representante da Associação Brasilei-

ra de Antropologia; representante da Fundação Serviço Especial de Saúde Pública; representante da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam); e representante da Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (Sudeco). Em princípio, os especialistas seriam os representantes do CNPq, do SESP, da Universidade e dos antropólogos.

No decreto que instituiu a Fundação, o Governo, através do Ministério do Interior, faz promessas importantes. Entre elas: garantir a posse permanente das terras habitadas pelo índio e o usufruto exclusivo dos recursos naturais nelas existentes; preservar o equilíbrio cultural das populações indígenas no seu contato com a sociedade nacional.

Por outro lado, o Governo começa a mostrar algum interesse pelo trabalho de antropólogos e etnólogos, prometendo inclusive promover levantamentos, análises, estudos e pesquisas científicas sobre o índio e os grupos indígenas.

A renda indígena — Roberto Oliveira, antropólogo do Museu Nacional, considera o maior inimigo do índio o que ele chama de mentalidade empresarial, que, na sua opinião, se vem firmando há muito tempo entre os admi-

nistradores do SPI e ameaça permanecer, agora, com a criação da Fundação Nacional do Índio. Se antigamente, lembrou, os 120 postos indígenas se organizavam como empresas patronais, isto é, obedecendo ao mesmo modelo corrente entre a população rural, atualmente cuida-se de planejar a economia dos postos com um único objetivo: o crescimento econômico. Isto quer dizer que os encarregados de postos — se confirmada a ameaça — passarão da situação de pequenos fazendeiros ou seringalistas para a de dirigentes de empresas governamentais encarregadas de tirar o índio de seu estado de subdesenvolvimento.

A economia de subsistência — adverte Roberto Oliveira —, característica das populações tribais, não pode ser confundida com a economia subdesenvolvida. "Ora", conclui ele, "se é desejável que o índio produza cada vez maior quantidade de excedentes, passíveis inclusive de comercialização, não se pode deixar que o aumento da produção se constitua no objetivo quase único de uma política indigenista, sobretudo quando se sabe que este objetivo vai custar aos grupos indígenas sua transformação em proletariado rural, trabalhando paradoxalmente em suas terras, sem ter autonomia para gerir o destino de sua produção."

A instituição da renda indígena pelo antigo SPI representava exatamente este processo de retirar os lucros da produção indígena. Para Roberto Oliveira, a Fundação Nacional do Índio deverá extinguir esse processo, antes que terminem os próprios índios. Essa renda é constituída pela venda do gado, madeira, borracha, diferentes culturas como o milho e o arroz, etc., canalizada dos postos indígenas às inspetorias regionais e destas à Diretoria Central em Brasília. Essa renda é redistribuída segundo critérios diversos: pode retornar ao posto que a produziu; pode ser aplicada em postos que nada produziram; e ainda pode financiar serviços administrativos. Isso significa que a ação indigenista pretende ser autofinanciável, num visível escamoteamento de suas finalidades assistenciais. Impõe-se assim uma modalidade refinada de colonialismo interno, apesar da nossa propalada democracia racial, com a cobrança indireta destas taxas pela transformação do trabalho do próprio índio no agente financiador das práticas assistenciais e protetoras.

Na opinião de Roberto Oliveira, cabe ao Governo Federal resolver o problema dos custos da ação indigenista mediante o aumento das verbas orçamentárias do Serviço de Proteção aos Índios. Extinguindo a renda indígena, a Fundação Nacional do Índio poderá também, desde já, livrar-se dos perigos da corrupção administrativa.

Terra em catequese — Noel Nutels, médico sanitário e um dos maiores defensores dos índios, durante seis meses foi presidente do Serviço de Proteção aos Índios. Por sua ação profissional, esteve sempre ligado ao problema do índio e em quase todos os momentos de crise ele aparece nos jornais fazendo denúncias importantes sobre a matança de índios, que até agora não foram ouvidas. Mas ele volta à carga:

"Num país onde terra é motivo de especulação, não há lugar para o índio, que está sendo dizimado justamente por seus aproveitadores, os donos de terras. Em 1964 um industrial paulista comprou enorme pedaço de terra em Mato Grosso, onde viviam xavantes ainda em funções tribais. No ano passado os índios, suportados por dois anos, começaram a incomodar o dono das terras. O SPI resolveu então retirá-los daquele lugar, transferindo-os para uma missão religiosa, onde oitenta deles morreram quase que imediatamente de sarampo". A conclusão tirada por Noel Nutels é de que é impossível para o índio, com a cultura que tem, concorrer com o branco na competição de terras.

Outro ponto focalizado por Noel Nutels é o de certo tipo de catequese religiosa, que, segundo ele, tira do índio sua cultura básica, sendo uma das causas de sua morte e fazendo com que ele aceite com mais facilidade a prostituição e a corrupção. Certos missionários convencem o índio pelo poder econômico, estimulando-o, consequentemente, à cobiça.

O índio, assim, vai depender do Deus dos civilizados porque este é mais rico, pode dar-lhe canivetes, espelhos e rapaduras.

Ainda sobre o problema da catequese, Roque Laraia, antropólogo do Museu Nacional, afirma que os índios que existem hoje ainda não foram atingidos por ela em toda a sua intensidade. Os já atingidos foram exterminados, como os tupinambás que se localizavam no litoral do Brasil, do Paraná ao Maranhão, e que já não existiam mais no fim do século XVII. A miscigenação, um dos argumentos comumente usados para defender a catequese, é infima em relação aos que desapareceram.

Os especialistas — Roberto Oliveira, Noel Nutels e Roque Laraia, entre outros — concordam num ponto: só a experiência do Parque Nacional do Xingu é vitoriosa. O trabalho dos irmãos Vilas-Boas se vem processando lentamente e a população do Parque aumentando gradativamente.

Resta saber se os métodos empregados pelos irmãos Vilas-Boas, que obtiveram tanto êxito no Xingu, poderão servir de base para a formação de novos parques no País. #

O assassinio como ele foi

Logo após o assassinio do estudante Edson Luís Lima Souto, na Guanabara, surgiram versões contraditórias sobre os acontecimentos, nos jornais, nos depoimentos de autoridades e principalmente nos depoimentos dos soldados e oficiais da Polícia Militar envolvidos. Estes procuraram de todas as formas isentar-se de responsabilidade nos acontecimentos, alegando que a Polícia Militar não disparara um só tiro. Como prova, exibiram aos encarregados do inquérito as armas que — segundo eles — os soldados portavam na ocasião.

A redação de Visão no Rio de Janeiro (Avenida General Justo, 275-B, 6.º andar) está situada exatamente atrás do restaurante do Calabouço, onde se desenrolaram os acontecimentos. Vários redatores e funcionários de Visão presenciaram as dramáticas ocorrências de ângulos diferentes, inclusive da rua.

Como contribuição para esclarecer os fatos, apresentamos o depoimento conjunto sobre o que ocorreu no dia 28 de março.

Um dia como os outros — Pouco antes das 18 horas, um grupo de estudantes realizava o comício habitual diante da pira erguida em frente ao restaurante do Calabouço. Da janela, redatores e funcionários de Visão assistiam ao acontecimento, já quase rotineiro, pois se repete diariamente desde quando o restaurante antigo foi de-

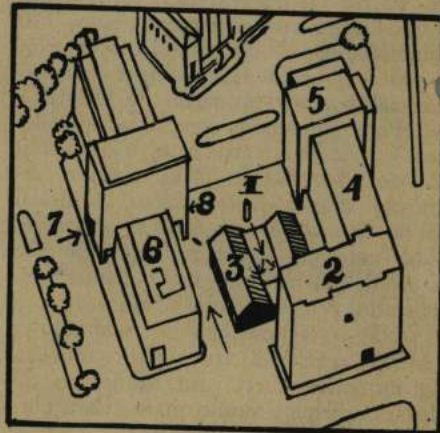


Gráfico desta descrição: 1) pira; 2) edifício de Visão; 3) restaurante e pavilhão; 4) edifício da LBA; 5) edifício do INPS; 6) edifício da Secretaria de Economia; 7) galeria de onde a PM atirou; 8) local em que o estudante tombou.

EXMO. SR. MINISTRO DO INTERIOR

LUIZ MARTINS DA CUNHA, por seu advogado abaixo firmado, vem, por este meio, muito respeitosamente, à presença de V. Excia., nos autos - do Processo Administrativo que tramita ante esse Ministério por denúncia da Comissão de Inquérito criada com a Portaria n. 78 desse Ministério de 22 de março de 1968, aditar as suas razões de defesa já apresentadas, pelo que diz e requer o seguinte:

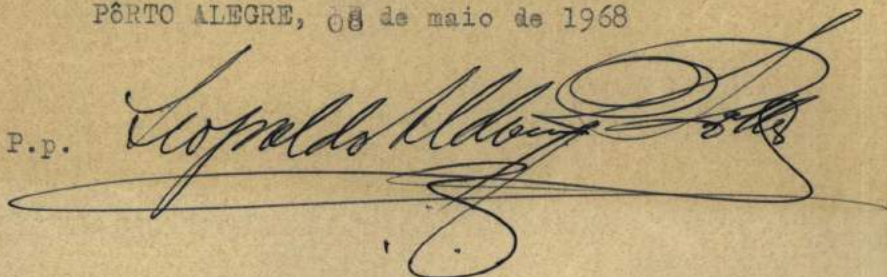
1. que, com referência ao ITEM 6, as dívidas que entende a Comissão - como injustificadas, do S.P.I. para com a firma MARONI & LUTZ LIMITADA, se refere à construção de dez (10) casas de madeira, cobertas de telhas francesas, contratadas, segundo documento hábil em mãos dos credores, através da pessoa de José Fernando da Cruz;
2. que, com referência ao item 9, ainda quer acrescentar que a permissão dada por seus antecessores para os funcionários lavrarem - terras para suplementação de seu sustento, ao que está informado, o foi com base no art. 47, item I do Decreto n. 736 de 6 de abril de 1936, cuja permissão não foi negada pelo postulante;
3. que, com referência ao ITEM 10, pede a juntada aos autos dos dois (2) documentos inclusos, que provam ter sido proprietário, pelo - casamento em comunhão de bens com sua mulher D^a Maria Luiza Cruz da Cunha, anteriormente à assunção do Pôsto Guaritã, ocorrida em data de 15 de julho de 1965, de uma camioneta tipo pick-up, modelo 1963, emplacado em Mato Grosso, posteriormente trocado pelo autômoovel marca Aero Willys, a que alude a Comissão de Inquérito;
4. que, com referência ao ITEM 11, os documentos de sua prestação de contas foi entregue a José Fernando da Cruz, quem informa havê-la remetido para a sede do S.P.I. em Brasília, onde deverá ser objeto de perícia; outrossim, junta cinco (5) declarações feitas pelos comerciantes do município de Tenente Portela, Estado do Rio - Grande do Sul, fornecedores do Pôsto Índio de Guaritã, comprobações de sua atuação ali.

Reitera, pois, a sua exclusão do inquérito, como medida de direito - inquestionável e necessária JUSTIÇA.

NN. Termo, j, esta, p. Deferimento

PÔRTO ALEGRE, 08 de maio de 1968

P.p.



6636 B

B9A



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE
ESTADO DE MATO GROSSO
IMPOSTO E TAXAS SOBRE VEÍCULOS

Nº 2315

N.º do Comprovante

04607

PROPRIETÁRIO	Data 4/3/65 Ot.		Nome MARIA LUIZA CRUZ DA C UNHA			
	Endereço Rua 15 de Novembro nº 310		Profissão			
VEÍCULO	Espécie Aut.		Categoria Particular	Côr Verde		
	Marca Willys Overland		Modelo J E E P- Pick Up	Motor ou quadro n.º B3- 164.282		
	Força	Capacidade	N.º de Passageiros	Ano de Fabricação		
	HP	Ton.	5	1.963		
IMP. IND. E PROFISS.		TAXA DE LICENÇA	TX. ESTACIONAM.	TX. EMPLACAM.	IND. E RESTITUIÇÕES	TOTAL
		4.950		100	100	5.150
<p>Vencimento: em 28 de fevereiro</p> <p>IMPORTANTE</p> <p>Será concedido um desconto de 10% pelo pagamento antecipado até 31 de Janeiro de 1965.</p>			<p>O contribuinte supra recolheu nos cofres Municipais a quantia total nesta declarada.</p> <p>Data:</p> <p>TESOUREIRO</p>		<p>MULTA 20%</p> <p>JUROS</p> <p>DESCONTO 10%</p> <p>TOTAL</p>	
EXERCICIO DE 1965			1.ª VIA - RECIBO DO CONTRIBUINTE		EXERCICIO DE 1965	

6636 H
B9A



Polícia Civil do Estado de Mato Grosso
Diretoria da 3.ª Circunscrição de Trânsito
CAMPO GRANDE - MT.

Vistoria de Cr\$ 200,00 N.º 204

Recebi do Sr. MARIA LEIZA
Cruz da Cunha

a importância de _____ cruzeiros referente à vistoria de
Leop de chapa n.º 1-26-28 de acordo com os
artigos n.ºs. 51, 52 e 75 do Dec.-Lei 3.651 de 25-9-941.

Em 4 de Março de 1965

B. Ferreira da Silva
Sub-Inspetor de Trânsito

B3-164282
VISTO:

Diretor

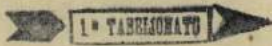
6636C

BIA

DECLARAÇÃO

PELA PRESENTE, nós infrascritos, estabelecidos com ramo de comércio nesta praça, DECLARAMOS que o Sr. LUIZ MARTINS DA CUNHA brasileiro, casado, Funcionário Público Federal, na Chefia do Posto Indígena "Guarita", foi pontual e correto, não só no atendimento dos elevados misteres profissionais, como no pagamento das contas do S.P.I. todas as vezes que as emergências impuzeram fornecimento a prazo àquele Órgão Federal,- na gestão do mencionado Chefe, - de 15 jul 65 a 15 abr 68.

Tenente Portela, 16 de abril de 1.968.-



Waldomiro Fortes dos Santos

WALDOMIRO FORTES DOS SANTOS.

Inscr. ___ Cadastro _____



6636 D

BGA

D E C L A R A Ç Ã O

PELA PRESENTE, NÓS ABAIXO FIRMADOS, ESTABELECIDOS NESTA PRAÇA COM O RAMO DE FARMÁCIA, DECLARAMOS QUE O SR. LUIZ MARTINS CUNHA, BRASILEIRO, CASADO, FUNCIONÁRIO PÚBLICO FEDERAL, NA CHEFIA DO POSTO INDÍGENA "GUARITA", FOI PONTUAL E CORRETO NO ATENDIMENTO E PAGAMENTO DAS CONTAS DO S.P.I. COM ÊSTE ESTABELECIMENTO COMERCIAL, TÔDAS AS VEZES QUE AS EMERGENCIAS IMPUZERAM FORNECIMENTOS A CRÉDITO PARA O CONCEITUADO ORGÃO FEDERAL, DURANTE A GESTÃO DO MENCIONADO CHEFE, DE 15 DE JULHO DE 1.965 ATÉ 15 DE ABRIL DE 1.968.-

TENENTE PORTELA, 16 DE ABRIL DE 1.968.-



Alencar Rosa Lopez
FARMACIA POPULAR



1.º TABELIONATO RUA ANDRADE NEVES Nº 159 FONES: 4-4-24 e 4-05-56 - PORTO ALEGRE - RS	TABELIONATO CASTILHOS	
	RECONHEÇO a(s) _____ firma(s) de _____	
	indicadas com a seta ➡ 1.º TABELIONATO	
	por SEMELHANÇA com a(s) existente(s) no arquivo deste Cartório.	
	EM TESTEM. DA VERDADE PORTO ALEGRE 07 MAI 1968 E.MOL. NCR\$	

BIA

D E C L A R A Ç ã O

=====

PELA PRESENTE, nós, infrascritos, estabelecidos com HOSPITAL de Clínica e Cirurgia, nesta Cidade, declaramos que o Sr. LUIZ MARTINS DA CUNHA, brasileiro, casado, Funcionário Público Federal, na Chefia do Posto Indígena "Guarita" foi sempre pontual e correto no atendimento dos elevados misteres funcionais com os índios, tanto como no pagamento de despesas hospitalares, neste Estabelecimento, tôdas as vezes que gozaram benefícios de crédito, no periodo compreendido entre 15.jul.65 até 15. abr. 68.-

Tenente Portela, RS, 16 de abril de 1.968.-

1.º TABELIONATO

Jo. Maria do Carmo L. Paes

HOSPITAL "SANTO ANTÔNIO"




366.
6636-F
B9A

DECLARAÇÃO

=====

PELA PRESENTE, nós, infrascritos, estabelecidos nesta cidade com ramo de Comércio (Posto de Gazolina, Lubrificantes e Similares) declaramos que o Sr LUIZ MARTINS DA CUNHA, brasileiro, casado, Funcionário Público Federal, na Chefia do Posto Indígena "Guarita" foi sempre pontual e correto no atendimento das contas com este Estabelecimento, no período de 15.jul.65 até 15.abr.68, época em que esteve na Chefia do P.Indígena.

Miraguai, 16 de abril de 1.968.-

 *Henrique de Oliveira Pitt*
POSTO IPIRANGA.



6636-G
BQ1

6636G

DECLARAÇÃO

=====

PELO PRESENTE, nós abaixo firmados, estabelecidos nesta praça com ramo de Farmácia, e congêneres, DECLARAMOS que o Sr. LUIZ / MARTINS DA CUNHA, brasileiro, casado, Funcionário Público Federal, na Chefia do Posto Indígena "Guarita" foi pontual e correto, não / somente no atendimento dos seus elevados misteres funcionais, como também no pagamento das contas do S.P.I. com este Estabelecimento, todas as vezes que as emergências impuzeram fornecimentos a prazo àquele Órgão Federal durante a gestão do mencionado Chefe, de 15. Jul 65, até 15 abr 68.-

Tenente Portela, RS, 16 de abril de 1.968.-



Francisco J. Sperotto

FRANCISCO SPEROTTO

Inscr. CGC



1.º TABELIONATO RUA ANDRADE NEVES N.º 159 FONES: 4-44-24 e 4-06-56 - PORTO ALEGRE - RS	TABELIONATO CASTILHOS	
	RECONHEÇO a(s) _____ firma(s) de _____	
	<i>supra</i>	
	indicadas com a seta 1.º TABELIONATO, por SEMELHANÇA com a(s) existente(s) no arquivo deste Cartório.	
	EM TESTEMUNHA DA VERDADE PORTO ALEGRE, <i>16 de abril</i> , 1968	
		EMOL. NCR\$

6632-
B/10

PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular, LUIZ MARTINS DA CUNHA, -HEROIDES TEIXEIRA, - e JOSÉ PEDRO RAMOS, todos abaixo firmados, brasileiros, casados, funcionários do S.P.I. lotados no Posto Indígena de "Guarita", município de Tenente Portela, Estado do Rio Grande do Sul, nomeiam e constituem seu bastante procurador o dr. LEOPOLDO ALDOMIRO PÖTTER, brasileiro, casado, advogado inscrito sob n. 1789 na Seção do Rio Grande do Sul da Ordem dos Advogados do Brasil, domiciliado e residente em Porto Alegre onde tem escritório profissional à rua -- Uruguay n. 91, sala 320, para o fim especial de promover a sua defesa em qualquer instância, no processo administrativo instaurado pela Comissão de Inquérito criada pela Portaria n. 78, de 22 de março de 1968, do Ministro do Interior e Justiça, publicada no Diário Oficial da União, Seção I, parte I a fls. 2647 de 12 de abril de 1968 e, para tal fim, fica seu referido procurador investido nos poderes contidos na cláusula ad judicia, os de receber e dar quitação, transigir, desisttir, requerer medidas preventivas e preparatorias, bem como - substabelecer em quem confiar, no todo ou com reserva de poderes, a presente.

PÔRTO ALEGRE, 18 de abril de 1968

TAB. MARQUES → Luiz Martins da Cunha
TAB. MARQUES → Heroides Teixeira
TAB. MARQUES → José Pedro Ramos

NERO RODRIGUES BITTENCOURT
3.º AJUDANTE SUBSTITUTO
DO 7.º TABELIÃO
n.º 1738 LUIZ DUARTE MARQUES
Rua Voluntários da Pátria, 26
— PÔRTO ALEGRE —

TABELIÃO MARQUES
Reconheço por semelhança a(s) firma(s) —
Supra assinada
Em testemunho da verdade.
Pôrto Alegre, 18 de abril de 1968.

6638
[assinatura]

EXMO. SR. MINISTRO DO INTERIOR

HEROIDES TEIXEIRA, brasileiro, casado, trabalhador, nível 1 (GL-402.1) do Serviço de Proteção aos Índios, lotado no Posto Indígena "Guarita", município de Tenente Portela, Estado do Rio Grande do Sul, onde é domiciliado e residente, por seu procurador, abaixo firmado, vem, por este meio, muito respeitosamente, à presença de V. Excia., nos autos do processo administrativo instaurado por denúncias da Comissão de Inquérito criada pela Portaria n. 78, de 22 de março de 1968, desse Ministério, apresentar as suas razões de contestação, pelo que passa a expor e, a final, requerer o seguinte:

Indiciado em item 1. "Cárcere privado de índios: Construiu uma prisão dentro da podridão da estrebaria sem iluminação e nem aeração (Fls. 1821).

CONTESTA: Todas as edificações feitas sob suas ordens e administradas por si, sempre o foram de acordo com as plantas que lhe foram fornecidas, todas do tipo da que se pode ver nas fotografias apensas, não sendo verdade haja construído, em qualquer dos postos em que esteve lotado, "uma prisão dentro da podridão da estrebaria, sem iluminação ou aeração" - tivesse a Comissão de Inquérito denunciante encontrado tal construção, certamente deveria trazer a prova aos autos, seja através de fotografia, seja através de planta devidamente elaborada ou autenticada por profissional competente e habilitado; não o fez pois que tal construção ou edificação não existe, seja nas características constantes da denúncia, supra referida, seja de outras.

Indiciado em item 2. "Assinou "recibos" (o grifo é nosso) - graciosos de quantias vultosas, segundo suas próprias declarações e não foram efetivamente recebidas" (Fls. - 2585, a 2586, 4733, 4739).

CONTESTA: Todas as importâncias recebidas, efetivamente, pelo postulante, sempre foram devidamente lançadas e aplicadas em seus fins. A própria denúncia é a defesa do acusado. Não é denunciado por falta de prestação de contas, pois que de todas as importâncias recebidas prestou contas a seus superiores em todas as respectivas gestões. O recibo aludido - no quadro demonstrativo de fls. 4733 foi passado pelo postulante quando encarregado do Posto Indígena de Nonoai, e, enquanto chefe daquele Posto, sempre desempenhou suas funções a contento de seus superiores, não lhe constando exista falta de prestação de contas da aplicação de importâncias recebidas e tanto é verdade, que passou a chefia daquele P.I. a seu sucessor com as contas quitadas e perfeitamente

6639
B/A

perfeitamente em ordem. A prestação de contas da aplicação da importância de NCR\$5.000,00 a que alude o recibo de fls 4739 passado há três (3) anos atrás para o então chefe da 7ª Inspetoria Regional do S.P.I., José Fernando da Cruz, -- deve se encontrar com aquele chefe já que o postulante não mais possui os documentos referentes à sua administração -- nem está mais no P.I. de então. Embora a denúncia aluda a "recibos", somente traz aos autos "UM RECIBO". O postulante, em seu depoimento foi bem claro, muito embora o que -- ali foi registrado não o seja assim: perguntado se passou "recibos", recebendo "semprestação de contas", disse que -- não; perguntado se passou recibo sem receber, fez a Comissão constar que sim, muito embora já não mais recorde se -- do recibo passado recebeu ou não pois que como afirmado retro, todas as importâncias que lhe foram entregues as aplicou, como prova com as fotos inclusas. Outrossim, zelou -- sempre da melhor forma pelo Patrimônio do SPI, como prova com a carta relatório feita ao sr. Cel. Comandante do 5º Batalhão Policial. Zeloso no cumprimento do dever não iria -- pactuar mesmo com seus superiores hierarquicos na delapidação daquele Patrimônio.

Carece, pois, de qualquer fundamentação adenuncia contra -- si apresentada pela Comissão de Inquérito, que, aliás, não vem acompanhada da necessária fundamentação legal a fim de poder o postulante saber ou conhecer das infrações que se pretenda tenha cometido.

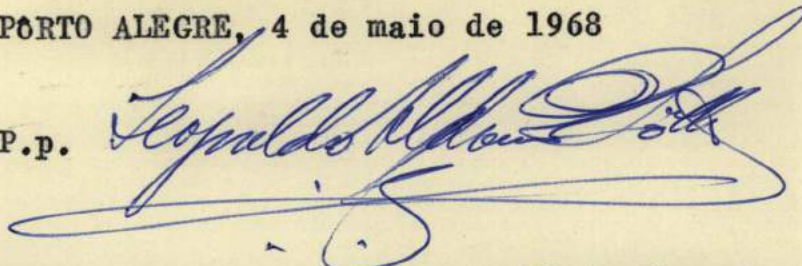
Aguarda, assim, respeitosamente, de V. Excia., haja por bem excluí-lo do presente processo, pelas razões invocadas, -- como medida de sa e inquestionável JUSTIÇA.

NN. Termos,

p. Deferimento

PORTO ALEGRE, 4 de maio de 1968

P.p.



- Anexo: a. 2 fotografias de casas do PI de Nonoai;
b. Cópia de Mensagem n. 10 do PI Cacique Nonoai ao SPI;
c. Ordem de Serviço n. 01 do Maj. Av. Chefe da Aj. Sul Danton Pinheiro Machado, de 15/11/1965;
d. Ordem de Serviço S/N, de 17/12/64, do Chefe da SASSI respondendo pelo SPI ao postulante;
e. Carta Relatorio ao Comte. do 5º Batl. Policial;
f. Levantamento feito a pedido do denunciado do furto de toras de pinheiro.
g. Procuração outorgada em conjunto para o signatário supra.

6640
B/A



W.D.



W.D.

W.D.

CÓPIA

Ministério da Agricultura
Serviço de Proteção aos Índios
7a. Inspetoria Regional
Poind. Cacique Nonoai

6641
B76

SERVIÇO DE RÁDIO-COMUNICAÇÕES-SPI-

M E N S A G E M nº 10

Poind. "Cacique Nonoai", em 15/5/65. ____ palavras.
DO: Cap. Exército, JOSIAS RIBAS, -AO: Ilmo. Sr. Chefe 7a. I.R.

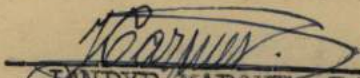
"CEL. WASHINGTON HERMUDAS PROPÕE PAGAMENTO DOZE MILHÕES
CRUZEIROS, (Cr\$. 12.000.000), GASPAROTTO SEJA PROTEGIDO
ATÉ DIA VINTE E TRÊS (23) OUTUBRO CORRENTE ANO, QUANDO
MANTERÁ ENTENDIMENTOS COM MAJOR AVIADOR DIRETOR S.P.I.,
POR OCASIÃO SUA VINDA TAPEJARA".

(ASS. CAPITÃO JOSIAS RIBAS
P/ Comissão Triage.

VISTO:

Heróides Teixeira
Enc. Poind. C. Nonoai

CONFERE COM O ORIGINAL:


JANDYR MARQUES DA SILVA
Aux. Escritório Poind. C. Nonoai

MINISTERIO DA AGRICULTURA
SERVICO DE PROTECAO AOS INDIOS
AJUDANCIA SUL

6642
~~696~~

ORDEN DE SERVIÇO Nº 01.

De ordem do Sr Major Diretor do SPI Autorizo
o Sr Julio Reimier Gasparotto a continuar o cor-
te de pinheiros na area Indigena de Nonoai,
conforme contrato firmado entre o referido ci-
dadão e o SPI

Nonoai 15 de Novembro de 1965

Jaetano Pinheiro Machado

Maj Ar RR Chefe da Ajudancia Sul



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

17 Em Dez. de 1964.

Do

Ordem de Serviço S/N.

Ao

Assunto

O Chefe da SASSI, respondendo pela Diretoria de SPI, de acôrdo com o regimento em vigor,

R E S O L V E:

Fica pela presente autorizado o Enc. do POIND NONOAI a executar:

a) Venda de quatro (4) cabeças de gado, para custeio de uma roça para os índios,

b) Abate de um boi para alimentação dos índios, durante o plantio,

c) Venda dos porcos existentes, depois de vendidos com o produto da venda adquirir novos animais,

d) Demolir a atual enfermaria, aproveitando a madeira e janelas envidraçadas, por encontra-se em pessimas condições e construindo nova enfermaria com dimensões bem menor de que a atual, de acôrdo com as necessidades do Posto,

(f) Demolir a Escola e o armazem deste POIND, por está também, em pessimo estado, e com a madeira proveniente da demolição da duas construir nova Escola obedecendo as seguintes medidas: 30m2 para a frequencia de 40 alunos,

Dê-se ciencia e cumpra-se.

Nona i em, 17 de Dez. de 1964.

Nilo Oliveira Vellozo
Nilo de Oliveira Vellozo
Chefe da SASSI, rep. pela Diretoria de SPI.

6644
BJA

TENENTE PORTELA, 2 de Março de 1968.

M. D. COMANDANTE DO 5º BATALHÃO POLICIAL

É com satisfação que passo as vossas mãos o presente. Aos meados do mês de Dezembro do ano de 1964, fui determinado pelo Sr. Acyr Barros encarregado de Posto Indígena "Guarita", para que me deslocasse com destino ao Posto Indígena "Nonoai", a fim de responder provisto pelo expediente do mesmo. Cumprida a ordem. Chegando no mencionado Posto encontrei com os Srs. João Lopez Veloso, Lorinaldo Veloso e José de Almeida, funcionários do Serviço de Proteção aos Índios. Entrei em contato com o Sr. João Lopez Veloso a fim de receber as ordens de serviço, as quais foram as seguintes: Passou-me a expor os acontecimentos. O Sr. Samuel Brasil ex Encarregado do Posto, ausentou-se do mesmo sem aguardar substituto. Você relacione o material existente, aguarde ordem do Sr. chefe da 7ª Inspeção Regional.

Posteriormente recebi na sede do Posto, o Sr. Nilo de Oliveira Veloso chefe da SASSI respondendo pela diretoria do S.P.I. e do Sr. Valter Prado, funcionário do Serviço de Proteção aos Índios, na ocasião passei a relatar ao Sr. Nilo de Oliveira Veloso a situação dos Indígenas daquela área, vinha sendo intrusada por elementos se dizendo sem terra cujos elementos se achavam com o direito de invadir aldeamentos dos indígenas, bem como se apossando de roças e ranchos, da secção "Porongos" obrigando-os a se refugiarem fora da área.

Expus o problema ao Sr. Nilo quanto à situação financeira do Posto, era precária inclusive dos indígenas, encarava o problema grave para se resolver, expliquei ao Sr. Nilo que eu não pretendia responder como Enc. do Posto. O Sr. Nilo retornou à Curitiba e em 8 de Janeiro de 1965 o Sr. chefe da 7ª Inspeção do Serviço de Proteção aos Índios baixou portaria localizando-me no Posto Indígena "Nonoai" para responder como encarregado do mesmo.

Em princípio de Janeiro de 1965 enfrentei sérios problemas com referência a furtos de madeiras da área indígena, intrusões da secção "Porongos" passaram a furtar madeira, provocar incêndios nas florestas onde existia pinheiros.

Cumuniquei o Sr. Chefe da 7ª Inspeção Regional, do qual recebi ordem através de rádio para que eu solicitasse às autoridades policiais providências cabíveis no sentido de evitar a continuidade de furtos de madeiras bem como a propagação de incêndios nas florestas da área indígena de "Nonoai".

Solicitei ao Sr. Ilo de Araújo Pinto 2º Sargento Comandante do Destacamento Policial da cidade de "Nonoai" juntamente com o referido Sargento passamos a localizar madeiras furtadas da área indígena em diversas serrarias localizadas no município de "Nonoai", e passamos a efetuar a prisão das mesmas, depositando-as num terreno baldio na cidade de Nonoai as quais ficaram depositadas vários meses aguardando formar processo pelas autoridades competentes, posteriormente foi liberada pelo Exmº Senhor Dr. Juiz de Direito da Comarca da Cidade de Carazinho para que fossem recolhidas para a sede do Posto e fossem aplicadas em construções de escolas e moradias em benefício dos índios.

Construí escolas e moradias, Postos Policiais e posteriormente forneci ao Exmº Dr. Juiz de Direito relatório da aplicação da madeira.

Em meados do ano de 1965 tomou conhecimento das ocorrências na área indígena de "Nonoai", o Sr. Cel. Washington Bermudes ex Secretário de Segurança, bem como o Sr. Cap. Josias Ribas dos Santos pertencente à Unidade do 3º Exército, cujo capitão tomou medidas enérgicas no sentido de evitar novas invasões na área, segue

6645-
B/A

Cont.
indígena bem como proibindo devastações em qualquer forma de vege-
tações.

Destacou um contingente militar pertencente ao 2º Batalhão po-
licial sediado na cidade de "Passo Fundo" cujo contingente foi comanda-
do pelo 2º Tenente Celso, posteriormente substituído pelo 2º Tenente
João Alberto. Os mencionados oficiais prestaram magníficos trabalhos
em benefício dos índios. Mencionados militares acompanharam os tra-
balhos realizados na minha gestão como encarregado do Pôsto.

Sempre encarei o Serviço de Proteção aos Índios como um ser-
viço realmente de Proteção quer dando assistência social, médica se-
lando pelos costumes dos indígenas.

E atualmente me encontro na eminência de ser afastado do ser-
viço. Rogo a V. S. interceder junto às autoridades competentes para que
eu não sofra essas determinações baixadas pelo Sr. Chefe da Inspetoria.

Nada mais havendo à tratar no momento, aproveito a oportuni-
dade que se me oferece, para renovar à V. Sa. os protestos de minha
estima e distinta consideração.

Saudações Cordiais.

Heroides Teixeira
Heroides Teixeira

6646
B96

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
BRIGADA MILITAR - 2ª BATALHÃO POLICIAL - 3ª.CIA.
DESTACAMENTO POLICIAL DE NONOAI

LEVANTAMENTO FEITO NA ÁREA INDÍGENA TÔLDO DE NONOAI, NA RE-
RIÃO DOS PORONGOS DOS TOCOS DOS PINHEIROS, QUE FORMAM CORTADOS E AS SUAS
RESPECTIVAS MEDIDAS, BEM COMO AS MADEIRAS ALI RELACIONADAS E PRESAS INCLU
SIVE OS NOMES DOS RESPONSÁVEIS QUE AS CONTARAM.

PEDRO F. WEBBER (Porongos) - 3 pinheiros de 35m e 70 cm.

JORDÃO BORGES (Porongos)- 5 pinheiros com 66 m, 1/2m.

MANOEL FRANCISCO VALÊNCIO (Porongos)- 11 Pinheiros com 217
mts 1/2, e 6 toros de pinho.

LUIZ BOMBORGES -(Porongos) - 2 pinheiros de 30,1/2 m.

SERASTIÃO FARIAS - (Porongos)- 8 pinheiros de 107 mts.

MANOEL HENRIQUE LOURENÇO- (Porongos)- 7 pinheiros com 110 m
1/2m, e 57 tábuas, 19 caibros de pinho.

JOÃO GIMIESE (Porongos) - 6 pinheiros com 104 metros.

LUIZ DOS SANTOS (Porongos)- 1 pinheiro com 20 mt.

DORVALINO DE TAL (Porongos)- 1 pinheiro com 16 mt.

NELSON FERREIRA (Porongos) - 5 pinheiros com 73 mt, 132 tá
buas, 57 matajuntas, 19 ripas, e 7 toros de pinho.

ANTONIO CARLOS PADILHA - (Porongos)- 1 pinheiro com 8 m, 257
tabuinhas, e 19 tábuas de pinho.

ADÃO COCATO ou ADÃO CUCHASE (Porongos)- 7 pinheiros com 97m
7 toros e 3.000 tabuinhas de pinho.

RUTHE TOMAZ (Porongos) - 6 pinheiros com 100 m, e 9 toros de
pinho.

BENTO RODRIGUES DA LUZ - (Porongos)- 4 pinheiros com 58 m,
20 toros, e 1.500 tabuinhas de pinho.

ANTONIO GÊNIO (Porongos) - 2 pinheiros com 36 mt.

ALBERTO OLIVEIRA LOPES (Porongos) - 1 pinheiro com 8 m, e -
2.000 tabuinhas de pinho.

JOÃO DE JESUS (Porongos) - 1 pinheiro com 16,1/2 mt.

ANGELO FORTES (Porongos) - 2 pinheiros com 40 mt., e 2 pi -
nheiros em tabuinhas.

LAUREANO OLIVEIRA (Porongos)- 9 pinheiros com 158 mt, e 13
toros de pinho.

JESUS DIAS (Porongos) - 3 pinheiros com 48 metros.

VITALINO OSCAR (Porongos)- 1 pinheiro; fêz dele mil tabuinhas

OSVALDO CORREIA DE MELLO - (vulgo TATITO)- (Porongos)- 3 pi -
nheiros com 56 metros e meio, e 13 toros.

- SEGUE-

6647-
898

JOÃO JAIR RIBEIRO BATISTA (Porongos)- 8 pinheiros com 115 m,
1 toro em tabuinha.

ALBINO SALVATORI (Porongos) - 3 pinheiros com 60 mt, e 8 tó-
ros.

JOÃO PRATES (Porongos) - 3 pinheiros com 38 metros.

ARY ERUM - (Porongos)- 6 pinheiros com 55 metros 766 tabui-
nhas.

ARDINO PADILHA (Porongos)- 12 pinheiros com 198 mt, 22 tóros
de pinho.

FLORINDO TOMAZZI (Porongos) digo. FLORINDO T. RISSI (Porongos)
1 pinheiro com 20 metros

GOMERCINDO ENEIA (Porongos)- 3 pinheiros com 32,1/2 metros.

NEESON BATISTA GOSCH (gramados) - 15 pinheiros com 160 mt.

MARCILIO ALVES DE OLIVEIRA; ANTÔNIO DURANTTI e MARCO PILATTI
(Porongos)- 2 pinheiros com 29 metros

SANTO CORREIA DE MELO (Porongos)- 1 pinheiro com 12 metros

QUINTINO SANTO CESCA (Trindade; está em Porongos)- 2 pinheiros
com 38 metros.

ANTONIO BATISTA - (Porongos)- 6 pinheiros com 48 metros.

ROQUE SUELLO e MARIO PALMEIRA (Porongos)- 3 pinheiros com 60
metros.

LINDOLFO DA LUZ - (Porongos) - 46 palanques; 30 lascões.

ANTONIO MOURA; (Porongos)- 1 pinheiro com 30 metros.

Destacamento Policial de Nonoai, 28 de janeiro de 1.965.

ASS. SGT. ILO DE ARAÚJO PINTO
CMT. DO DESTACAMENTO.

CONFÉRE COM O ORIGINAL:

Heroldes Teixeira
HERCIDES TEIXEIRA
Enc. Poind. Cacique Nonoai

PELA CÓPIA:

Jandyr Marques da Silva
JANDYR MARQUES DA SILVA
Aux. Escritório Poind.

Ilmo. Sr. Dr. JADER DE FIGUEIREDO CORREIA
M.D. Presidente da Comissão de Inquérito do S.P.I.

Tomando conhecimento do presente processo e dos itens em que cifram as acusações a mim atribuídas, de possíveis irregularidades por mim praticadas, desejo esquematizar de início as acusações que foram feitas a minha pessoa, na administração da 5a. Inspeção Regional, com sede em Campo Grande, Estado de Mato Grosso, a fim de refuta-las e destruí-las, demonstrando como são frutos de um exame menos acurado da matéria, senão veiculadas pela inveja, prevenção, desonestidade e má fé.

2. Declara o servidor inescrupuloso, Boanerges Fagundes de Oliveira, por si e outras pessoas instruídas e arroladas como testemunhas, e, inclusive bafejado pela autoridade faciosa do ex-Diretor do S.P.I., Coronel Hamilton de Oliveira Castro, o primeiro, acusado e indiciado também nesse inquérito por sedução de índias e o segundo pelo abuso do poder e aproveitamento dos recursos orçamentários e indígenas, em benefício próprio, e em síntese, o seguinte:

- 1º - que, fôra afastado da IR-5, por estar envolvido no desvio de CR\$ 50.000.000, fls. 919;
- 2º - ter participado de Comissão de venda de gado com José Mongenot e Boanerges Fagundes de Oliveira e ter vendido a preço inferior ao vendido dias depois, fls. 926;
- 3º - haver comprovado a mesma despesa pela verba orçamentária e pela renda indígena na IR-5, fls. 992;
- 4º - participar de "SOCIETAS SCELLERIS", com Luis Vinhas Neves e José Fernando Cruz e outros. Pagamento de propina ao Major Luis Vinhas Neves, para cobertura de seus negócios, fls. 4.050;
- 5º - haver utilizado o nome do Congresso Nacional, na IR-5, com o fim de despejar rezeiros e ocupantes de área indígena, fls. 4.228 e 1.519;
- 6º - vender gado, levando consigo os documentos sem fazer prestações de contas, fls. 3.770 e 904;
- 7º - não fazer a prestação de contas de CR\$ 45.000.000, recebidos da Verba de Assistência Social e se retirar de Campo Grande, levando documentação incompleta, alegando completar no Rio, fls. 3771, 4467 e 1544;

- 6649
8/6
- 8º - efetuar compras irregulares e duvidosas na Importadora Mundial de Ferragens fls. 1.544;
- 9º - conivente passivo na extorsão de Verba de CR\$.... 45.000.000, da qual só recebeu CR\$ 18.000.000, fls. 3.773, 1.546, 1517, 1525 e 1538;
- 10º - haver recebido CR\$ 6.680.250, em Caixa na IR-5, de Maria de Lourdes Castro Maia e não prestar contas, fls. 3.865;
- 11º - proceder ao desvio na aplicação de Verba pública da IR-5, fls. 2.525, 1.544 e 1.517;
- 12º - haver recebido gratificação de CR\$ 70.000 ou 80.000, além da função gratificada de Secretário, atribuída pelo Major Luis Vinhas Neves, gratificação essa pela verba indígena, fls. 1.545;
- 13º - conivência na assinatura em branco de proposta de arrendamento de terras na IR-5, fls. 1.574;
- 14º - não haver prestado contas de rendas arrecadadas do Patrimônio Indígena, na IR-5, em 1966, fls. 1.525 e 1.538;
- 15º - haver retirado do valor de cada uma das vendas de gado certa quantia para ocorrer à despesas que não explicou, fls. 1544 e 1546;
- 16º - haver viajado a Mato Grosso alongando o percurso via Rio de Janeiro, para visitar parentes seus, fs. 1.544;
- 17º - apropriou-se de CR\$ 1.000.000, suprido por Vani Maria Barreto, fls. 1544;
- 18º - Perjúrio - declarar haver prestado contas de CR\$ 45.000.000, quando na verdade não o fizera, f. 1544;
- 19º - responsável pela não prestação de contas de CR\$.. 45.000.000, correspondente ao processo TC.13.232/67, fls. 1.695;

3. Isto pôsto, analisemos cada um dos itens das acusações formuladas pelo servidor Boanerges Fagundez de Oliveira, bafejado pela autoridade venal do Coronel Hamilton de Oliveira Castro, então investido no cargo de Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, e suas testemunhas e acusadores suspeitos.

.....oooOooo.....

1º

4. Com referência ao item acima, não se percebe até onde vai a ousadia do servidor Boanerges Fagundez de Oliveira, em alegar desonestidade, por parte do peticionário, afirmando ainda, estar envolvido no desvio de CR\$ 50.000.000, quando na verdade, apenas recebeu o suprimento da verba orçamentária, do servidor Luiz

Luiz de França Pereira de Araujo, em duas parcelas, respectivamente de CR\$ 30.000.000 e CR\$ 15.000.000, totalizando assim, CR\$..... 45.000.000, que esclarece a aplicação da seguinte maneira:

- a) - que, não foi afastado da Chefia da 5a. Inspetoria Regional, com sede em Campo Grande, Estado de Mato Grosso, por estar envolvido no desvio de CR\$ 50.000.000, e sim, tendo em vista, acusações infundadas e calúnias de elemento desclassificado, como o é o denunciante Boanerges Fagundez de Oliveira, constante do Processo MA-101-1.230/66; convém salientar que as acusações assacadas ao acusado, são desfeitas com a apresentação de suas contas, ao Tribunal de Contas, em duas parcelas, respectivamente de CR\$ 30.000.000 e CR\$ 15.000.000, totalizando a importância de CR\$.... 45.000.000, através das 4as. vias, dado ter sido consumida as demais e primeiras vias, no incêndio ocorrido no Ministério da Agricultura, juntamente com as de outros servidores, conforme faz prova as fotocópias dos protocolos, juntos, (docs. 1 e 2); 3 4
- b) - é de se mencionar aqui, de que a apresentação da comprovação feita pelas 4as. vias, se deve exclusivamente a lamentável desleixo e desmando de uma Diretoria irresponsável, que não encaminhou no devido tempo e dentro do prazo legal, as comprovações então apresentadas, o que ocasionou sérios aborrecimentos aos servidores que se viram privados de sua liberdade, punidos que foram, por falta que não cometeram.

5. Vê-se, assim, como facilmente se desmoronam as acusações feitas pelo sedutor de índias, Boanerges Fagundez de Oliveira, assecla do então Cel. Hamilton de Oliveira Castro, investido no cargo de Diretor do S.P.I., e com referência ao "DESVIO" de CR\$..... 50.000.000.

.....oooOooo.....

2º

6. Com relação a sua participação em Comissão de venda de gado, com os Srs. José Mongenot e Boanerges Fagundez de Oliveira e de ter vendido a preço inferior ao vendido dias depois, o peticionário pode esclarecer, sem sombra de dúvida as razões que justificam plenamente as diferenças enumeradas, de uma para outra Inspetoria, e que se resumem no seguinte:

- a) - pela Portaria n. 45, de 10.04.62, do Sr. diretor substituto do S.P.I., foi designado, juntamente com os servidores José Mongenot e Boanerges Fagundez de

de Oliveira, para venderem, em concorrência pública, 500 cabeças de gado, da 5a. e 6a. Inspetorias, devendo a venda recair em 250 cabeças, para cada uma, e a serem retiradas dos Postos Indígenas, localizados em cada uma dessas dependências;

b) - que, com as devidas cautelas, foram afixados editais e publicados na imprensa, locais e Oficial, obedecidas as normas estabelecidas no Código de Contabilidade da União;

c) - que, encerrada a concorrência, dada preferência para maior oferta, e, realizada a operação, de fato houve uma diferença para menos, da 6a. para a 5a. Inspetoria, decorrente do seguinte:

- 1 - a 5a. Inspetoria, se acha localizada em Campo Grande, no Sul de Mato Grosso, grande centro comercial e industrial e cidade maior e mais importante que a Capital, que é Cuiabá, dispondo de boas estradas de rodagem, Estrada de Ferro, a Noroeste do Brasil, que demanda para S. Paulo, e cujo final de linha é a cidade de Baurú, centro industrial e comercial de grande importância;
- 2 - que, dada a sua posição privilegiada, afluente para ali, grande quantidade de compradores e pecuaristas na procura de negócios concernentes ao ramo, não só para abate local, mas também para exportação;
- 3 - já a 6a. Inspetoria, localizada em Cuiabá, porém, desprovida de Estrada de Ferro, nem rodovia em condições normais e situada em local não com serviço regular e o ano todo, dada as condições das estradas, intransitáveis em certos períodos do ano; e, finalmente;
- 4 - o gado vendido, ter de ser carreado em distâncias enormes, dada a localização de seus Postos com vários dias de viagem, o que acarreta maiores despesas e sujeitos a perdas ocasionais, por cansaço ou desvio.

7, Assim, verá essa Comissão, onde funcionam membros conhecedores da região e que, pelas suas funções, não desconhecem e podem julgar e avaliar da justificativa para a diferença de preço de uma para outra zona, principalmente nos artigos, utilidades e criações próprias da região.

.....oooOooo.....

8. Haver comprovado a mesma despesa pela verba orçamentária e pela Renda Indígena, na IR-5, fls. 992.

9. No que diz respeito ao item acima, parece ter havido por parte da Comissão, uma má interpretação e, se não é esse o julgamento e sim por ter partido de informante outro, pode, entretanto, o peticionário, com segurança refutar as acusações e esclarecer, da seguinte maneira:

- a) - não constam de sua comprovação de Verba Orçamentária, nenhum recibo ou documento, que não se enquadra dentro as especificações constante do Plano de Aplicação, concernente a Assistência social, em duplicidade com os apresentados na Renda Indígena;
- b) - que, as suas prestações de contas da Verba Orçamentária foram apresentadas ao Tribunal de Contas, pelas 4as. vias, tendo em vista o incêndio ocorrido no Ministério da Agricultura;
- c) - a Renda Indígena, não poderia e nem pode ser arguida de comprometimento com a Verba Orçamentária, de vez que o peticionário faz, na presente defesa um relacionamento completo desta, tanto no recebimento, como na aplicação, podendo ser comparada uma e outra, tirando-se daí a dúvida levantada; isto já foi feito, em outra oportunidade, a Comissão de Inquérito, presidida pelo Dr. Auto Timm Fontes, no processo MA-101-1.230/66;
- d) - na oportunidade, se fôr de bom alvitre, essa Comissão, ao receber a documentação, poderá, fornecendo recibo ao peticionário, ficar em seu poder a comprovação referida, encaminhando, quando julgar oportuno, ao ex-S.P.I., para o devido arquivamento, depois de homologada a prestação de contas.

.....oooOooo.....

10. "SOCIETAS SCELLERIS", com Luis Vinhas Neves e José Fernando da Cruz e outros. Pagamento de propina ao Major Luis Vinhas Neves, para cobertura de seus negócios, fls. 4.050.

11. Sobre os itens acima, informa o seguinte:

- a) - somente tomou conhecimento do documento citado, - isto é, das acusações que na época se fazia, através de uma "FOTOCÓPIA", de carta que teria sido escrita por José Fernando da Cruz, e endereçada ao peticionário;

Brasil

6653
Bf

- b) - que, em tempo algum recebeu referida carta, e o seu conhecimento, inclusive do seu texto, se deu quando da acareação de testemunhas, em Brasília, na Diretoria do S.P.I., lhe foi apresentada pelo Dr. Auto Timm Fontes, atuando como presidente da Comissão de Inquérito, constante do processo MA-101-1.230/67;
- c) - que, se de fato existir tal "CARTA", não a recebeu tempo algum, nem seu texto é verdadeiro, porquanto não participou de nenhuma combinação naquele sentido e nem propiciou ou pagou qualquer propina ao Major Luis Vinhas Neves, para cobertura de negócios não existentes, nem cogitados ou realizados;
- d) - tanto isso é verdade, de sua prestação de contas nada existe, nem faltou um real sequer, e nem existe documento suspeito ou eivado de falsidade, que pudesse levantar dúvida.

.....oooOooo.....

52

12. Ter utilizado o nome do Congresso Nacional, na IR-5, com o fim de despejar rendeiros e ocupantes de área indígena, fs. 4228, 1519;

13. Quanto ao alegado despejo, com o uso do nome do Congresso Nacional, merece reparos, como se segue:

- a) - O Sr. Manoel Aureliano, vulgo Manequinho, sogro do ex-deputado federal Edson Garcia, residente em Aquidauana, Estado de Mato Grosso, ocupava uma área de terras, em litígio com o S.P.I., e que constava da C.P.I., que funcionou na época;
- b) - desse litígio resultou, inclusive na morte do capataz, Primitivo do Couto, empregado do Sr. Manoel Aureliano, tendo sido acusados da morte de mesmo, índios, pertencentes ao Posto Indígena, onde se achava localizada a área de terras;
- c) - que, todos esses incidentes e mesmo o funcionamento da C.P.I., ocorreu, na administração de José Fernando da Cruz, na Chefia da IR-5, tendo como Diretor o Ten. Cel. Moacyr Ribeiro Coelho;
- d) - para salvaguarda dos interesses comuns do S.P.I. e tendo em vista informação do advogado Dr. Paulo Buckner, de que constava da C.P.I. dever ficar desocupada a área referida, até decisão final, resultou daí as providências da IR-5;

- 6654
- e) - que, posteriormente, com a exibição de um documento de próprio punho do Sr. Manoel Aureliano, onde afirmava serem as terras referidas pertencentes ao S.P.I., reconhecendo assim, como de fato o eram, de propriedade do nosso serviço, tornou sem efeito o despejo e recisão referidas, elaborando amigavelmente novos contratos, com a presença do Dr. Paulo Buckner, nas novas bases estipuladas pela Diretoria do S.P.I. para todos os arrendatários, indistintamente;
- f) - acresce ainda, a título de esclarecimento, que tendo em vista a situação de litígio, não deveria a área referida, ser ocupada, o que, entretanto, não se deu, de vez que, o Chefe da época, Alan Kardec Martins Pedrosa, elaborou contratos de arrendamentos, introduzindo, então o Srs. Hélio e Wilson Pereira, como arrendatários.

14. Assim, bem esclarecida a posição do peticionário, no que concerne ao uso, não indevido, mas real das providências e normas adotadas pela C.P.I, espera, seja bem compreendida por essa Comissão de Inquérito.

.....oooOooo.....

6º

15. Ter vendido gado, levando consigo os documentos sem fazer prestações de contas, fls. 3.770 e 904.

16. Não procede a alegação de venda de gado e não prestação de contas, inclusive a afirmativa de ter levado consigo os documentos, sem fazer prestações de contas, o que esclarece, pela seguinte maneira:

- a) - a venda de gado alegada, não foi feita em desrespeito aos preceitos legais que autorizam os Chefes de Inspetorias e Postos Indigenas, não só de acordo com o item 6, do art.1º, do Decreto n.52.668, de 11 de outubro de 1963(D.O., de 24.10.63), que diz: "EXECUTAR OS TRABALHOS DE APROVEITAMENTO ECONÔMICO DAS TERRAS INDÍGENAS, E DOS SEUS PRODUTOS, BEM COMO DE ESTÍMULO E DEFESA RACIONAL DO SOLO E A CRIAÇÃO DE ANIMAIS". E ainda, baseado no Parecer nº 215-H, de 19.07.1965, PR. nº 9.298/65, do Consultor Geral da República, Dr. Adroaldo Mesquita da Costa, aprovado pelo Exmo. Sr. Presidente da República, em 24.8.1965 (D.O.24.08.65), tudo do conhecimento da Diretoria, cujos preceitos legais foram apreciados pela Justiça Federal, no processo n.15, Ação Criminal, expediente

Brasil

6653-
918

espediente de 12 de outubro de 1967, Diário da Justiça de 13 do mesmo mês e ano, fls. 3.310, 3.311 e 3.312;

- b) - o produto apurado consta de Prestação de Contas, encaminhada a Diretoria, em Brasília, descriminando a aplicação integral nas unidades subordinadas aquela Inspetoria e foi feita tendo em vista as necessidades de cada uma.

.....0009800.....

16. Na feitura de prestação de contas de CR\$ 45.000.000, recebidos da Verba Orçamentária de Assistência Social e se retirar de Campo Grande, levando documentação incompleta, alegando que completaria no Rio, fls. 3.771, 4.467 e 1.544.

17. No item 1º, do presente processo e onde indicia o peticionário, está esclarecida, de forma concludente, e fóra de dúvida ou suspeição, a aplicação dada ao suprimento da importância de CR\$ 45.000.000, cuja prestação foi apresentada ao Tribunal de Contas, das parcelas respectivamente, de CR\$ 30.000.000 e CR\$ 15.000.000, cujos protocolos são citados e constam dos documentos nºs. 1º e 3º, citados no inciso 4, item a, da resposta ao quesito 1º.

18. Prejudicada outra qualquer resposta ou argumento, em face da falta de qualquer implicação do peticionário no presente processo, pela causa injustificável de delito administrativo ou penal.

.....0000000.....

8º

19. Compras irregulares e duvidosas na Importadora Mundial de Ferragens, fls. 1544.

20. Nunca se poderá fazer semelhante afirmativa, qual seja de compras irregulares e duvidosas, vez que, o emprêgo e destino das mesmas, invalidam qualquer suspeita, quanto afirmativas dessa ordem, e isto se constata, com o seguinte argumento irretorquível e irrespondível:

- a) - o benefício advindo do uso e proveito das ferramentas adquiridas regular e sem sombra de dúvidas, na Importadora Mundial de Ferragens, é o atestado incontestado de nossa lisura na operação posta em dúvida; os trabalhos realizados nos Postos Indígenas, Buri-tí e Taunay, produziram algumas centenas de sacas de arroz e milho, beneficiadas que foram com as mercadorias postas em dúvidas;
- b) - a aquisição foi feita, depois de exposição verbal a Diretoria, que reconheceu os benefícios que revertiriam para os Postos Indígenas e autorizadas, assim, sua aquisição;

Brasil

6658
B96

- c) - a Comissão de Inquérito que percorreu várias Inspetorias, poderia, ter perdido alguns dias ou horas, na 5a. Inspetoria, quando então constataria a veracidade de nossa afirmativa, qual seja da regularidade e justesa de aquisição das mercadorias citadas.

.....oooOooo.....

9º

21. Conivente passivo na extorsão da verba de CR\$ 45.000.000, da qual só recebeu CR\$ 18.000.000, fls. 3.773, 1546, 1517, 1525 e 1538;
22. Já devidamente respondido e comprovado na resposta dada ao item 1º; toda essa história não passou de inveja de um cerebro doentio de certo servidor incapaz para o exercício de qualquer função pública e indigno de convivência com gente decente e que sabe cumprir com suas obrigações funcionais; a sua curta inteligência e seu despreparo intelectual, o seu desinteresse pelo aspecto indigena, o levou a cegueira propositada em querer diminuir serviços relevantes de que é incapaz, para ofuscar tudo aquilo que o deixava a sombra.

.....oooOooo.....

10º

23. Recebeu CR\$ 6.680.250 em Caixa da IR-5, de Maria de Lourdes Castro Maia, e não prestou contas, fls. 3.865.
24. Não procede a alegação de falta de prestação de contas da importância de CR\$ 6.680.250, que foi encaminhada a Diretoria do S.P.I., em Brasília, para escrituração como RENDA INDIGENA, na Seção Patrimônio Indigena, no devido tempo, ficando os comprovantes correspondentes as 4as. vias, arquivadas na Inspetoria.

.....oooOooo.....

11º

25. Haver desviado de sua aplicação, verba pública da IR-5, fls. 2.252, 1544 e 1517.
26. Já devidamente respondido e comprovado nas respostas aos itens 1º e 9º.

.....oooOooo.....

12º

26. Recebia gratificação de CR\$ 70.000 ou 80.000, além da função gratificada de Secretário, atribuída pelo Major Luis Vinhas Neves, gratificação essa pela verba indigena, fls. 1.544.
28. Conforme confirmou em seu depoimento, recebeu durante alguns meses uma gratificação, além da função de Secretário que exercia na Diretoria, pela renda indígena, porém, essa gratificação nada de extraordinário pode ser atribuída, uma vez que, reconhecendo os serviços prestados e querendo equiparar as gratificações de alguns seus imediatos, sem contudo inovar precedente na administração pública, vez que, em quase todos os Ministérios e órgãos públicos, nos seus gabi-

6652
BIB

gabinetes e Diretorias, são estabelecidas gratificações "EXTRAS", a ocupantes de Cargos em Comissão e Funções gratificadas.

.....oooOooo.....

13º

29. Conivente na assinatura em branco de proposta de arrendamento de terras na IR-5, fls. 1.574.

30. No decorrer da segunda quinzena de novembro de 1965, chegou a Campo Grande, o advogado Dr. Lydio Diniz Henriques, com Ordem de Serviço Interna, especifica, objetivando anular os contratos efetuados na administração de Aan Kardec Martins Pedrosa e discutir outras bases para feitura de novos contratos. Das discussões e demarches tratadas pelo advogado da Diretoria, Dr. Lydio Diniz Henriques, o advogado da Inspeção, Dr. Paulo Maciel Bucker e pelo Chefe da Inspeção, o petionário, bem assim com o comparecimento dos representantes da Associação de Arrendatários, Srs. Durval Barbosa, Leoncio de Brito e outros, ficou estabelecido novo modelo, alterando as porcentagens de arrendamentos, daí resultando a impressão de novos contratos, que foram assinados pelo Diretor do S.P.I., advogados da Diretoria e Inspeção e pelo Chefe da Inspeção. Em absoluto, não concebe e nem se lembra de ter assinado contrato em branco.

.....oooOooo.....

14º

31. Não prestou contas das rendas arrecadadas do patrimônio indígena na IR-5, em 1966.

32. PREJUDICADA A PERGUNTA, tendo em vista a resposta dada ao item 3º.

.....oooOooo.....

15º

33. Haver retirado do valor de cada uma das vendas de gado, certa quantia para ocorrer à despesas que não explicou, fls. 1544, 1546.

34. Dado o incêndio ocorrido no Ministério da Agricultura, - portanto no S.P.I., que se achava localizado ali, difícil e mesmo impossível reconstituir e conseguir cópia do relatório que elucidaria de uma vez a controvérsia; entretanto, tem em seu poder, documento comprova a autorização para tal, pelo que informa o seguinte:

- a) - o ofício n. 300, de 17 de abril de 1962, do Diretor do S.P.I., dirigido a Comissão de Venda de gado, no item a, autorizava a Comissão despende do produto apurado, importância necessária para cobrir despesas (cópia anéxa);
- b) - quando da apresentação do relatório, fazia-se um balanço do apurado, das despesas realizadas, com taxas, despesas bancárias, publicações, transportes diversos, inclusive taxi-aéreo, em locais que não dispunha

Reser

6658
B/A

dispunha de meios que pudesse ser requisitadas pela Verba própria;

- c) - o saldo verificado, foi encaminhado a Diretoria do S.P.I., depositada como RENDA DO PATRIMONIO INDIGENA, nas Agências do Banco do Brasil, de Campo Grande e Cuiabá, e das importâncias de CR\$ 4.075.000 e CR\$... 2.680.000, respectivamente, das 5a. e 6a. Inspetorias.

.....0000000.....

16º

35. Ter viajado de Brasília para Mato Grosso, alongando o percurso via Rio, para visitar parentes seus, fls. 1.544.

36. Não vê como possa ser enquadrado e responsabilizado em qualquer crime esse seu percurso de viagem, vez que, a passagem foi requisitada pelo Diretor do S.P.I., autoridade competente para tal, cujo bilhete extraído permitia o uso deste ou aquele trajeto que o levasse a Campo Grande, sem aumento de despesas. Residindo no Rio, sua progenitora, idosa e em precário estado de saúde, aproveitou do ensejo para passar em sua companhia, o sábado e domingo, viajando para Campo Grande, na segunda feira. Convém lembrar, que essa foi a última vez que teve o prazer de ver sua mãe ainda com vida, pois, pouco depois a mesma faleceu.

.....0000000.....

17º

37. Ter se apropriado de CR\$ 1.000.000, suprido por Vani Maria Barreto, fls. 1.544.

38. Não procede a alegada apropriação da importância de CR\$ 1.000.000, de que fôra suprido por Vani Maria Barreto, vez que, tendo recebido o suprimento nos últimos dias do mez de dezembro de 1965, o aplicou, na suposição de que o mesmo se destinava a GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO, o que, entretanto, não ocorria e somente se capacitou da sua verdadeira aplicação que seria para MUDAS E SEMENTES, muito tempo depois. Assim, recolheu, com recursos próprios, a importância referida, conforme faz certo a cópia anéxa (doc. n.).

.....0000000000000000.....

18º

39. Perjúrio - Haver declarado ter feito prestação de contas de CR\$ 45.000.000, quando na verdade não o fizera, fls. 1544.

40. A prestação de contas que o acusado afirmou ter feito, da importância de CR\$ 45.000.000, continua afirmando, por ser a expressão da verdade, tê-la feito, entregando os comprovantes na Diretoria do S.P.I., em Brasília, como os demais funcionários supridos o fizeram; a falta foi o não encaminhamento, por parte da Diretoria, ao Tribunal de Contas, como de direito, numa flagrante demonstração de incompetência, irresponsabilidade e desmando da então Diretoria do S.P.I.

Prado

6659
8/6

19º

41. Responsável pela não prestação de contas de CR\$ 45.000.000 correspondente ao processo T.C. 13.232/67, fls. 1.695.

42. O processo acima referido, diz respeito a mesma Verba Orçamentária, de que foi suprido, de CR\$ 45.000.000, já respondida e esclarecida, nos itens 1º, 9º e 18º.

.....oooOooo.....

43. Bem esclarecida a minha posição, face as acusações a mim atribuídas pelo sedutor de índias e seus asseclas, secundado por uma Diretoria incapaz e irresponsável, verificará essa Comissão a falsidade da calúnia, e, espera o peticionário, com o esclarecido espírito de Justiça, o liberte de indiciamento neste processo, bem assim, homologando a sua prestação de contas, referente a Renda Indígena.

Aproveito a oportunidade para renovar a V.Sa. os protestos de estima e consideração.

Rio de Janeiro, 06 de maio de 1968 .

Walter Samari Prado
WALTER SAMARI PRADO.

6660
PRADO

Relação de trabalhos realizados pelo ex-servidor WALTER SAMARI PRADO, durante sua permanência no Serviço de Proteção aos Índios, - desde a sua admissão, quer numa ou outra dependência, nesta ou naquela função, até quando, se transferiu para prestar serviços, no Ministério da Agricultura, trabalhos esses atestados e justificados com documentos:

- 1 - Relatório apresentado ao Chefe da 2a. Inspeção Regional do S. P.I., em Belém, referente a sua atuação desenvolvida na inspeção feita aos Postos Indígenas UAÇÁ e LUIZ HORTA, no Território Federal do Amapá, subordinado a 2a. IR, em 16 de agosto de 1957, relatando as ocorrências encontradas e sugerindo medidas a serem tomadas pela Diretoria, não só para uma assistência efetiva e real aos índios da região, mas também recuperação de unidades encontradas em completo abandono, dada a falta de recursos de que dispôs a Diretoria, que assim, não teve na época, elementos para atender os reclamos da Chefia. Apesar do pouco recurso apurado com produção agrícola, que na sua totalidade era consumida pelos índios, apenas, pequeno recurso poderia ser apurado, com a venda pela Inspeção de peles e produtos de olaria.
- 2 - Viagens empreendidas aos Postos Indígenas "ENGENHEIRO MARIANO DE OLIVEIRA", situado em Machacalis, Estado de Minas Gerais, e "KIRIRI", localizado no município de Ribeira do Pombal, Estado da Bahia, tendo em vista a Ordem de Serviço Interna, nº 3, de 17 de janeiro de 1962, cujas ocorrências e providências, constam do Relatório apresentado a Diretoria, datado de 15 de março de 1962, conforme cópia anexa.
- 3 - Quando da reorganização do Departamento Federal de Segurança Pública, foi o elemento de ligação, para elaboração de trabalhos para introdução de dispositivos de colaboração com o S.P.I., do qual faziam parte o Dr. Gilberto Teixeira Alves e Dr. Edson Lasmar, respectivamente Assessor do Departamento de Polícia Federal e Delegado de Polícia da cidade Satélite do Gama, resultando daí de um preceito legal, constante da Lei n.
- 4 - Providências, junto ao General Riograndino Kruehl, na época Diretor Geral do D.F.S.P., por intermédio do Dr. Gilberto Teixeira Alves, no sentido de apuração e punição de crimes cometidos contra os índios Kanelas, do qual resultou na morte de vários índios, no ano de 1963. Dessas providências, resultaram expedientes daquele General, ao Governador do Estado do Maranhão e Procurador da República, para solução e punição dos culpados e preservação dos direitos concedidos e assistidos aos índios.

- 6661
B
- 5 - Quando da invasão do Posto Indígena de "NONOAI", situado no município do mesmo nome, Estado do Rio Grande do Sul, foi designado pelo então Diretor, Major aviador Luis Vinhas Neves, para verificar a extensão dos acontecimentos, razões da mesma, bem assim sugerir medidas que acautelassem os interesses imediatos e legais dos índios do mencionado Posto, resultando daí, com os entendimentos junto a Inspetoria Regional e autoridades estaduais, de se constituir uma Comissão de Alto Nível, com poderes especiais para solução, em caráter definitivo da pendência. Tendo a viagem ocorrido em fins de dezembro de 1964, já em princípios de 1965, com as sugestões feitas, era constituída a referida Comissão, recaindo as designações nos representantes dos seguintes órgãos: representante do Ministério da Guerra, do Departamento Federal de Segurança Pública e um do IRGA.
- 6 - No que concerne ao combate a tuberculose já bastante disseminada entre os índios de Mato Grosso, não foi, nem é, como muitos podem pensar trabalhos de rotina e sim, trabalhos de envergadura e que não sendo levados a sério e com recursos imprevisíveis, a recuperação e cura, redundará ou redundaria em fracasso, não só no campo clínico-cirúrgico, como também administrativo. Graças aos meios de que dispôs a Inspetoria e a eficácia e desvelo desenvolvido pelos médicos, enfermeiros e providências da Inspetoria, recuperou-se um elevado número de doentes, continuando quantidade ainda maior em tratamento e recuperação, e o que ali se fez, foi o tema principal do Congresso de Tuberculose, realizado em Belém do Pará, em outubro de 1966. Subsídios que corroboram a afirmativa acima, anexados ao presente.
- 7 - Na nossa administração a frente da 5a. Inspetoria Regional, medidas concretas e efetivas foram tomadas, referentes a legalização de terras dos índios, tais como, expedição de títulos definitivos, de inúmeras aldeias e Postos Indígenas, num total de 11(onze), além da providência de anulação de títulos de terras expedidos pelo Governo do Estado, dentro da área dos índios Ka-aiuéus.
- 8 - Dentre outras providências de interesse da comunidade indígena, podem ser destacados, o curso de enfermagem para índios, feitos no Hospital da Missão Caiuá, em Dourados, sendo diplomados 10 (dez) índios da Tribo Terena e o Curso de especialização de Professores, realizado em Brasília, em princípio de 1966, tendo sido ministrados ensinamentos e currículos escolares para as diversas escolas do S.P.I., localizadas nas diversas dependências do Serviço, em cooperação com a Escola Doméstica, da Agricultura.

- 6662
B916
- 9 - Vários expedientes da Inspetoria, no sentido de apuração de crimes praticados contra índios e o seu patrimônio, bem assim solicitando providências para adoção de medidas concretas para aparelhamento mecanizado e ferramentas indispensáveis aos trabalhos agrícolas, e também introdução de reprodutores bovinos, e outros, para melhoria dos rebanhos dos Postos Indígenas.
- 10 - Quando o vibrante jornal "O GLOBO", no primeiro trimestre de 1966, publicava uma série de reportagens sobre o massacre de índios no norte de Mato Grosso, subordinado a 6a. Inspetoria, a primeira voz que se fez ouvir, com mensagem telegráfica a-quele matutino, aplaudindo-o, foi o do peticionário, nos seguintes termos: "ACOMPANHAMOS COM PROFUNDO INTERESSE AS REPORTAGENS DESSE VIBRANTE JORNAL SOBRE A PAVOROSA MATANÇA DE ÍNDIOS, EM MATO GROSSO, E A HEDIONDA USURPAÇÃO DE SUAS TERRAS. RECEBA NOSSA IR-RESTRITA SOLIDARIEDADE E ADMIRAÇÃO".

Ainda com referência ao assunto, se dirigiu a Diretoria do S.P. I., por telegrama, solicitando enérgicas providências.

- 11.- De tempos imemoráveis o direito dos índios as terras que ocupavam, eram em parte respeitados, com alguma distorção de atos esporádicos de autoridades menos avisadas e conhecedoras do assunto. Com a Constituição de 1891, continuou o "STATUO QUO", das Ordenações, Avisos, etc., inclusive da Corôa Portuguesa, vez que, aquela silenciou sobre o problema das terras dos índios. Sómente a partir de 1934, no art. 129, foi introduzido dispositivo garantidor do direito de posse e usufruto das terras então ocupadas pelos sílvcolas. Posteriormente, a Constituição de 1937, no seu art. 154, revigorou aquele dispositivo do direito incontestado dos índios sobre as suas terras, com a obrigação de não aniená-las. Pela Constituição de 1946, art. 216, mais uma vez, foi garantido e respeitado o direito dos índios. Apesar de decorrido 34 anos, desde a primeira Constituição que tratou do direito do índio, não foi providenciada a regulamentação do artigo nesse sentido. Entretanto, o art. 216, da Constituição de 1946, teve projeto regulamentando e depois de vários pareceres, no decorrer de quase 10 anos de andanças pelas Casas do Congresso, desapareceu na Comissão de Economia da Câmara, ficando assim prejudicada a garantia de um direito sagrado dos índios. No Governo último passado, quando do encaminhamento do ante-projeto de Constituição em vigor, notou-se a omissão de qualquer dispositivo consagrado aos índios, como nas Constituições anteriores. Tendo a imprensa de todo o Paiz e inclusive por intermédio

Prado

6663
~~6663~~

intermédio de respeitáveis figuras da igreja, se manifestado e estranhado a ausência e omissão constante daquele ante-projeto, de dispositivo amparando o direito incontestado dos índios, foi que, alertado pelo Gabinete do Líder do MDB no senado, senador Aurélio Viana, apresentou-se a emenda nº , de trabalho elaborado por D. Heloisa Torres, publicado no jornal "O GLOBO", de 1966. Alertado pelo parlamentar e que se fazia necessário um grande trabalho junto a Comissão Mixta de Senadores e Deputados, para que fosse restabelecido na Constituição, óra em vigor, aquele direito, que assegurasse aos índios a posse das terras e, não vendo disposição da Diretoria do S.P.I., de assumir a paternidade de um direito e obrigação que deveria ter partido espontaneamente daquela órgão, o peticionário, em companhia de outro servidor, Nilo Oliveira Vellozo, assumiram a responsabilidade e, sem nenhum outro estímulo de quem de direito e obrigação, se entenderam com o Senador Aurélio Viana e Senador Eurico Rezende, que passaram daquele momento em diante na defesa e liderança pela aprovação da Emenda então apresentada. Entretanto, o Ministério da Agricultura, encaminhou também, a Comissão Mixta, uma Emenda, que aprovada, consta do art. 4º, item IV, da Constituição vigente, que no entender de legisladores e defensores do direito dos índios, nada refletia de substancial para os índios. Para finalizar, e com grande satisfação para o peticionário, viu coroado de êxito os seus esforços, ao ver incluída no Capítulo V, das Disposições Gerais e Transitórias, o art. 186, cujo texto é o seguinte: "É ASSEGURADA AOS SILVÍCOLAS A POSSE PERMANENTE

DAS TERRAS QUE HABITAM E RECONHECIDO O SEU DIREITO AO USOFRUTO EXCLUSIVO DOS RECURSOS NATURAIS E DE TÔDAS AS UTILIDADES NELAS EXISTENTES"

A aprovação desse trabalho está registrado nos anais da Comissão Mixta, quando o Senador Aurélio Viana, as 3 horas da madrugada do dia 7 de janeiro de 1967, mencionou a presença de dois funcionários do S.P. I., que ali estavam há alguns dias, batalhando pela aprovação do texto acima, colaboração, senão deles, porém por eles providenciada.

Rio de Janeiro, 06 de maio de 1968

WALTER SAMARI PRADO

Walter Samari Prado

DOC. 1

6664

Recebo



TRIBUNAL DE CONTAS
SERVIÇO DE COMUNICAÇÕES

WALTER SAMARI PRADO



As informações serão, prestadas neste
C. das 13 às 16 horas, exceto aos Sábados

2.º OFÍCIO

Ed. das Pioneiras Sociais
S/5 e 6 - Brasília - D.F.

JOÃO BORGES
TEIXEIRA
Tabelião

ALBERTO PEREIRA
DO VALLE
Substituto Interno

CERTIFICO, para os devidos efeitos
que a presente fotocópia é reprodução
fiel do documento que me foi apresen-
tado. (Dec. lei 2.148, de 25 de Abril
de 1940).

Brasília, 20 de 4 de 1968

WELINGTON DE MOURA BRITO

Brasília, D. F.,

29 de novembro de 1967.

Walter Samari Prado

Exo. Sr. Ministro Presidente do Tribunal de Contas da União

Prestação de Contas (faz)

Apraz-me encaminhar a êsse Egrégio Tribunal de Contas da União, a prestação de contas da importância de R\$30.000.000 (trinta milhões de cruzeiros), relativa ao suprimento que me fez o Sr. Luiz de França Pereira de Araújo, Contador TC 302-22, constante da verba 3.1.4.0 - Encargos Diversos, 10.00 - Assistência Social (Assistência ao Índio), correspondente ao exercício de 1965, e objeto do processo TC-13.232/67.

Vale realgar, que estou procedendo, com fundamento nas 4as. vias, em face do desaparecimento de toda a documentação original, com o incêndio ocorrido no edifício do Ministério da Agricultura, prejuízo, aliás, causado a todos os órgãos daquela pasta, ali, instalados.

Idêntica comunicação vou fazer, em data de hoje, à Divisão do Orçamento do Ministério da Agricultura, com o fim de proporcionar o necessário cancelamento em minha ficha financeira.

Aproveito a oportunidade, para apresentar a Vossa Excelência, protestos de elevada estima e distinta consideração.

Wae

WALTER SAMARI PRADO

2.º OFICIO
Ed. das Pioneiras Sociais
B/S e 6 - Brasília - D.F.
OSÍANIO BORGES
TEIXEIRA
Tabelião
ALBERTO PEREIRA
DO VALLE
Substituto Interino

CERTIFICO, para os devidos efeitos
que a presente fotocópia é reprodução
fiel do documento que me foi apresentado.
(Des. Lei 2.148, de 25 de Abril
de 1940).
Brasília, 30 de 4 de 1988
WELINGTON DE MOURA BRITO

Doc. 3

6666

Caac

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

BK

Brasília, D. F.,

5 de dezembro de 1967.

Walter Samari Prado

Exo. Sr. Ministro Presidente do Tribunal de Contas da União
Esclarecimentos (presta)

Em aditamento ao meu ofício s/nº, datado de 29 de novembro último, registrado nesse Egrégio Tribunal de Contas da União sob nº 035.479, cumpro-me comunicar a Vossa Excelência, que, em relação ao suprimento de R\$ 15.000.000 (quinze milhões de cruzeiros), de minha responsabilidade e recebido do Sr. Luiz de França Pereira de Araújo, venho tomando providências, no sentido de resgatar esse compromisso, dentro de poucos dias. Em data de 22 de novembro preterito, telegrafei à Inspetoria de Campo Grande, Estado de Mato Grosso, solicitando a remessa das 4as. vias respectivas, conforme registro nº 9.110; e no dia 30 do mesmo mês, requeri ao Sr. Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, conforme processo MI-SPI-L.659/67, a fineza de encarecer daquela Regional, a remessa reclamada.

Assim que estejam em minhas mãos, terei o cuidado de revisá-las e encaminhá-las, por ofício, a Vossa Excelência.

Respeitosamente

Walter Samari Prado

WALTER SAMARI PRADO



2.º OFICIO
Ed. das Pioneiras Sociais
S/5 e 6 - Brasília - D.F.
GOIÂNIO BORGES
TEIXEIRA
Tabelião
ALBERTO PEREIRA
DO VALLE
Substituto Interino

CERTIFICO, para os devidos efeitos
que a presente fotocópia é reprodução
fiel do documento que me foi apresen-
tado. (Dec. Lei 2.148 de 23 de Abril
de 1940).
Brasília, de 4 de 1968

WELINGTON DE MOURA BRITO

Doc. 4

6667-

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA



Ofício s/nº.

Brasília, D. F.,
29 de dezembro de 1967.

Walter Samari Prado

Exo. Sr. Ministro Presidente do Tribunal de Contas da União
: Prestação de Contas (encaminha)

Obediente aos propósitos particularizados em meu ofício s/nº, do dia 05/12/67, dirigido a Vossa Excelência, tenho a inensa satisfação de encaminhar a essa Egrégia Corte, com o presente, a prestação de contas da importância de R\$15.000.000 (quinze milhões de cruzeiros), representada por fotocópias autenticadas das respectivas has. vias, em consequência do desaparecimento da documentação original, com o incêndio ocorrido no edifício do Ministério da Agricultura, conforme esclareci em meu ofício do dia 29/11/67, remetido a esse Insigne Tribunal.

Idêntica comunicação farei à Divisão do Orçamento, do Ministério da Agricultura, com o fim de proporcionar o necessário cancelamento em minha ficha financeira.

Aproveito a oportunidade, para apresentar a Vossa Excelência, protestos de elevada estima e distinta consideração.

Walter Samari Prado
WALTER SAMARI PRADO

2.º OFÍCIO
Ed. das Pioneiras Sociais
S/5 e 6 - Brasília - D.F.
GOIANO BORGES
TEIXEIRA
Tabelião
ALBERTO PEREIRA
DO VALLE
Substituto Interino

CERTIFICO, para os devidos efeitos
que a presente fotocópia é reprodução
fiel do documento que me foi apresen-
tado. (Dec. lei 2.148, de 25 de Abril
de 1940). 30 4 de 1968
Brasília

WELINGTON DE MOURA BRITO

2.º OFÍCIO
Ed. das Pioneiras Sociais
S/5 e 6 - Brasília - D.F.
GOVÂNO BORGES
TEIXEIRA
Tabelião
ALBERTO PEREIRA
DO VALLE
Substituto Interino

CERTIFI- O, para os devidos efeitos
que a presente fotocópia é reprodução
fiel do documento que me foi apresen-
tado (Proc. nº 2.145 de 25 de Abril
de 1940). 30 4 8
de 196
WELINGTON DE MOURA BRITO

Assado

Doc. 5

6668

[Signature]



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Portaria n.º 45 de 10 de abril de 1962

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, no uso de suas atribuições,

RESOLVE designar WALTER SAMARI PRADO, BOANERGES FAGUNDEZ DE OLIVEIRA e JOSÉ MONGENOT, respectivamente, ocupantes do cargo de Mecânico de Motores a Combustão, A.1.305-12D, Operador Radiofônico P.2.003-7 e Agente de Proteção aos Índios P.1.802-6B, do Quadro de Pessoal - Parte Permanente deste Ministério, lotados neste Serviço, para, sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão de Concorrência Pública para a venda de 500 (quinhentas) cabeças de gado bovino pertencentes ao Patrimônio Indígena, nas 5ª e 6ª Inspetorias Regionais, em Campo Grande e Cuiabá, respectivamente, no Estado de Mato Grosso, num total de 250 (duzentos e cinquenta) cabeças em cada Inspetoria.

[Signature of Lourival da Mota Cabral]

Lourival da Mota Cabral

Diretor Substituto

do Adminis. do Ministério da Saúde, resolve:

DECRETAR:

O Decreto-Lei nº 207, item II, de 1964, de 22 de dezembro de 1962.

João Manoel Monteiro de Barros, da classe de nível 7, da classe de Alentejo, da Parte Permanente do Quadro do Federal do Ministério da Saúde.

Brasília, 23 de agosto de 1965, 144 da Independência e 77 da República.

H. Castello Branco
Raymundo de Brito

O Presidente da República resolve:

APOSENTAR:

No Quadro de Pessoal — Parte Permanente — do Ministério da Saúde. De acordo com o art. 176, item II, combinado com o art. 184, item II, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952.

1. Romualdo de Jesus Gomes Ferreira, no cargo de nível 7, da classe de Escrevente-Datilógrafo (Processo nº 37.370-64).

2. Mário Duarte D'Oliveira Prado, no cargo de nível 14-B da série de classes de Mestre (Processo número 36.471-64).

3. Wanda Tavares de Miranda, no cargo de nível 8, da classe de Enfermeiro-Auxiliar (Processo número 19.918-63).

4. Apolinário Teodoro Prado, no cargo de nível 5, da classe de Servente (Processo nº 38.020-61).

5. Milton da Silva Moura, no cargo de nível 13, da classe de Chefe de Portaria (Processo nº 27.134-64).

Brasília, 23 de agosto de 1965, 144 da Independência e 77 da República.

H. Castello Branco
Raymundo de Brito

O Presidente da República resolve:

ALTERAR:

No Quadro de Pessoal — Parte Permanente — do Ministério da Saúde: 1. No decreto coletivo de 10 de agosto de 1960, publicado no Diário Oficial de 27 subsequente, a parte que aposentou Alexina de Almeida Alves Reis, no cargo de Datilógrafo, classe 14-B, para declarar que a referida aposentadoria deve ser considerada efetivada no cargo de nível 9-B, da série de classes de Datilógrafo, conforme enquadramento aprovado pelo Decreto-

nº 53.276, de 22 de dezembro de 1964, publicado no Diário Oficial de 24 subsequente (Processo nº 33.370-64).

2. No decreto coletivo de 21 de maio de 1961, publicado no Diário Oficial de 23 subsequente, a parte que aposentou Maria da Glória de Sant'Ana, no cargo de nível 7, da classe de Alentejo, para declarar que a referida aposentadoria deve ser considerada efetivada no cargo de nível 8-B, da classe de Enfermeiro-Auxiliar, conforme enquadramento aprovado pelo Decreto nº 53.276, de 22 de dezembro de 1964, publicado no Diário Oficial de 24 subsequente (Processo nº 33.370-64).

3. No decreto de 1960 de 21 de maio de 1961, publicado no Diário Oficial de 23 subsequente, a parte que aposentou Maria da Glória de Sant'Ana, no cargo de nível 5-A da série de classes de Escrevente-Servente, para declarar que a referida aposentadoria deve ser considerada efetivada no cargo de nível 5-B, da mesma série de classes, conforme enquadramento aprovado pelo Decreto nº 53.276, de 22 de dezembro de 1964, publicado no Diário Oficial de 24 subsequente (Processo nº 33.370-64).

4. No decreto coletivo de 23 de maio de 1961, publicado no Diário Oficial de 25 subsequente, a parte que aposentou Eulália Maciel Martines, no cargo de nível 5 da classe de Servente, para declarar que a referida aposentadoria deve ser considerada efetivada no cargo de nível 7-A, da série de classes de Auxiliar de Portaria, conforme enquadramento aprovado pelo Decreto nº 53.276, de 22 de dezembro de 1964, publicado no Diário Oficial de 24 subsequente (Processo nº 16.616-63).

5. No decreto coletivo de 12 de maio de 1961, publicado no Diário Oficial de 14 subsequente, a parte que aposentou Dantas Martins de Lencastre, no cargo de Servente de nível 5, referenciado II, para declarar que a referida aposentadoria deve ser considerada efetivada no cargo de nível 8-B, da série de classes de Auxiliar de Portaria, conforme enquadramento aprovado pelo Decreto nº 53.276, de 22 de dezembro de 1964, publicado no Diário Oficial de 24 subsequente (Processo nº 51.373-63).

Brasília, 23 de agosto de 1965, 144 da Independência e 77 da República.

H. Castello Branco
Raymundo de Brito

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

— CONSULTORIA GERAL DA REPÚBLICA

— Pareceres

PR 9.208-65 — N.º 215-II, de 15 de julho de 1965. "Aprova. Em 13 de agosto de 1965". (Enc. ao M. Agr., em 24.8.65).

Assunto: Esquecimento do Patrimônio Indígena ao Patrimônio Federal, para o efeito de aplicação das normas legais no caso de alienação.

— A Administração não pode descumprir a lei sob pena de evitar prejuízo.

PARECER

O Senhor Ministro da Agricultura, através E.M. nº 168, de 18 de junho passado, pede audiência desta Consultoria sobre o recurso interposto por "Blavier e Filhos S/A — Indústria e Comércio de Madeira" que pleiteia a nulidade da concorrência realizada de acordo com a Ordem de Serviço nº 168, de 24 de agosto de 1964, para venda de pinheiros, levada a efeito pela 7ª Inspeção Regional do Serviço de Proteção aos Índios.

Com efeito, alegou a Recorrente que a precitada concorrência está eivada de vícios que a tornam nula. Tais vícios podem ser assim resumidos:

1 — concorrência administrativa, quando deveria ser pública (art. 733 do Código de Contabilidade Pública);

2 — descumprimento do art. 743 do Código de Consolidação Pública, por não terem sido indicadas, dia e hora para abertura e leitura das propostas; ausência de indicação do local onde pudessem ser examinadas as amostras;

3 — descumprimento ao Decreto-lei nº 5.432, de 1-5-43, por haver sido dispensada a prova de quitação do Imposto Sindical;

4 — violação do art. 743 do Código de Consolidação Pública, por isso que não foram as propostas publicadas na íntegra, nos jornais que publicaram o edital de concorrência.

Posteriormente, emitindo parecer no processo o douto Assessor Jurídico, Dr. Vicente Ferrer Corrêa Lima, mencionou ainda a falta de registro do contrato pelo Tribunal de Contas da União, nos precisos termos do termo do art. 35 da Lei nº 830, de 28-9-49 e do artigo 77, § 1º, da Constituição Federal, por entender que os serviços estão sujeitos à tutela do Estado.

A Consultoria Jurídica do Ministério da Agricultura, opinando sobre a matéria, demonstrou a saciedade, que o prazo previsto no edital da concorrência deixou de ser obedecido, tendo sido, inclusive, antecipada de três dias a abertura das propostas. Mais que isso, com fundamento nos precisos termos do art. 35 do decreto número 5.491-28 e dos artigos 69 e 70, da lei nº 830-43, concluiu que os Inspectores do Serviço de Proteção aos Índios devem responder de sua gestão ao Ministério da Agricultura, como também ao Tribunal de Contas da União.

A esta altura, alega-se que o vencedor da concorrência, assinou irregularmente realizada, já deve ter recebido ao Serviço de Proteção aos Índios a quantia de Cr\$ 50.000.000, correspondente às quatro primeiras prestações mensais, por força do contrato respectivo.

Vale o processo a esta Consultoria para o fim de se determinar, nas vias administrativas, a interpretação dos textos legais aplicáveis à hipótese, fixando-se, ainda, as obrigações dos Inspectores do Serviço de Proteção aos Índios, na prestação do patrimônio indígena.

A primeira dúvida a ser dirimida, que me parece capital para o desate do problema, há de ser:

A alienação dos bens do Patrimônio Indígena, objeto da concorrência em causa, está sujeita às normas que regem os bens do Patrimônio Público?

A resposta tem-la na combinação do art. 35 do decreto 5.424-28 com os artigos 39 e 70 da lei número 230-43.

Pelo primeiro, ficam os Inspectores do Serviço de Proteção aos Índios encarregados da gestão dos bens que estes venham a possuir, por doação ou qualquer outro meio, devendo aqueles apresentar anualmente à autoridade judiciária competente, as contas de sua gestão para o necessário julgamento.

De acordo com os últimos artigos citados, compete ao Tribunal de Contas rever as contas de quaisquer funcionários, a respeito de bens que pertençam à União, ou seja esta responsável deles, ou estejam eles sob sua guarda.

Sem sombra de dúvida, o Patrimônio Indígena está enquadrado nas hipóteses supracitadas. Em consequência, a concorrência para alienação dos 50.000 pinheiros — patrimônio vultoso, da ordem de 750 milhões de cruzêiros — há que obedecer às normas legais relativas aos bens da União, vale dizer, terá de ser pública, satisfazendo as exigências previstas na legislação em vigor, e o contrato respectivo devidamente registrado no Tribunal de Contas.

Verificado o descumprimento das formalidades legais na realização da concorrência contra a qual se recorre não há outro remédio senão anulá-la. Recatamento de prejuízos, se for o caso, não autoriza a Administração a descumprir a lei.

E meu parecer

S. M. J.

Brasília, 15 de julho de 1965 — Adroaldo Mequiti, da Costa, Consultor-Geral da República.

PR 8.650-65 — N.º 219-II, de 30 de julho de 1965. "Aprova. Em 13 de agosto de 1965". (Enc. ao M. Agr., em 24.8.65).

Assunto: Registro de Cooperativas. A Lei número 4.330 de 1964 (art. 1º e 4.505, de 1964) que atribuiu, respectivamente, ao Banco Nacional de Habitação e ao Banco Central da República a competência do registro das cooperativas de habitação e de crédito.

PARECER

O Ministro da Agricultura solicitou audiência desta Consultoria Geral a respeito das normas inseridas no art. 5º da Lei nº 4.330 de 21 de agosto de 1964 e no art. 55 da Lei nº 4.505, de 31 de dezembro de 1964, que deixaram dúvidas sobre a unidade de registro de todos os tipos de cooperativas naquele Ministério, conforme dispõem os arts. 1º, 2º e 3º do Decreto-Lei número 381 de 1º de agosto de 1938 e art. 13 e seus parágrafos, do Decreto-lei nº 22.239, de 1932.

2. O problema foi suscitado pelo Diretor da DCOR, que entendeu ser um precedente perigoso, porque dá direito a que cooperativas de outros tipos sejam subor-

2.º OFÍCIO
Ed. das Finanças Sociais
S/5 e 6 - Brasília - D.F.
GOIÂNIO MORGES
TEIXEIRA
Tabelião
MADRETO PEREIRA
BO VALLE
Substituto Interino

n.º 1.º, para os devidos efeitos
que a presente fotocópia é reprodução
fiel do documento que me foi apresen-
tado. (Dec. Lei 2.148, de 25 de Abril
de 1940).
Brasília, 22 de 4 de 1968

WELINGTON DE MOURA BRITO

reira. — Por maioria de votos, deram provimento em parte, vencido o Relator.

Nº 27.272 — MT — Rel. O Sr. Ministro Cunha Vasconcellos — Recte: Juízo da Comarca de Alto Araguaia — Agdo: Flavio Ottoni de Carvalho — Adv. Sebastião Otavio de Araújo. — Por maioria de votos, deram provimento em parte, vencido o Relator.

Nº 27.383 — MG — Rel. O Sr. Ministro Armando Rollemberg — Recte: Juízo da Comarca de Alfenas — Agda: Rádio Cultura de Alfenas Ltda. — Adv. João Carvalho. — Por unanimidade de votos, deu-se provimento ao recurso, de ofício.

Nº 27.534 — RS — Rel. O Sr. Ministro Armando Rollemberg — Agte: Arthur Petry — Agdo: INPS — Adv. Alípio Sperb. — Deram provimento em parte. Decisão unânime.

Agravo de Instrumento

Nº 25.829 — GB — Rel. O Sr. Ministro Cunha Vasconcellos — Agte: Standard Brands Of Brasil, Inc. e outras — Agda: Ibrahim Ahmed Sued — Adv. Carlos Henrique de C. Fróes. — Por unanimidade de votos a turma julgou prejudicado o recurso.

Apelações Cíveis

Nº 18.218 — GB — Rel. O Sr. Ministro Armando Rollemberg — Rev. O Sr. Ministro J. J. Moreira Rabello — Adv. Peter Dirk Siensen — Agte: Fritz Hellige & Cia. G.M.B.H. — Agda: Wissenschaftlicher. — Por maioria de votos, deu-se provimento, vencido o Revisor.

Nº 22.438 — MG — Rel. O Sr. Ministro J. J. Moreira Rabello — Rev. O Sr. Ministro Cunha Vasconcellos — Recte: Juízo da Fazenda Pública — Apelante: Mario Rodriguez Lara pelo Condomínio em nome de Maria Deolinda de Jesus e Central Elétrica de Furnas e Marilho de A. Campos e outros — Apdos: Os mestres — Adv. José Sebastião de Oliveira. — Prosseguindo-se no julgamento por unanimidade de votos, deu-se provimento em parte.

Nº 23.446 — PI — Rel. O Sr. Ministro Armando Rollemberg — Rev. O Sr. Ministro J. J. Moreira Rabello — Recte: Juízo da Fazenda Pública — Agte: União Federal — Apdos: Sandro Fortes Martins Napoleão do Rêgo e outros — Adv. José Fortes Napoleão do Rêgo. — Deu-se provimento, em parte, nos termos do voto do Relator.

Nº 23.762 — PA — Rel. O Sr. Ministro J. J. Moreira Rabello — Rev. O Sr. Ministro Cunha Vasconcellos — Recte: Juízo da 3ª Vara da Fazenda Federal — Apdes: INPS e Est. Ferro Tocantins — Apdos: Os mestres — Adv. Nilson Mendonça. — Por unanimidade de votos, não se conheceu da apelação por intempestiva e negou-se provimento ao recurso de ofício.

Nº 23.776 — GB — Rel. O Sr. Ministro J. J. Moreira Rabello — Rev. O Sr. Ministro Cunha Vasconcellos — Agte: INPS — Apdos: Luiz Gonzaga de Medeiros e sua mulher — Adv. Raymundo Geraldo de Motta e outro. — Negou-se provimento. Decisão unânime.

Nº 23.891 — MG — Rel. O Sr. Ministro J. J. Moreira Rabello — Rev. O Sr. Ministro Cunha Vasconcellos — Recte: Juízo da 1ª Vara da Fazenda Pública — Agte: SAPS — Apda: Ada Temuta Monteiro — Adv. Heli Ribeiro. — Por unanimidade de votos, deu-se provimento em parte.

Nº 23.814 — GB — Rel. O Sr. Ministro Cunha Vasconcellos — Rev. O Sr. Ministro J. J. Moreira Rabello — Adv. Francisco R. de Paula — Agte: INPS — Apdo: José Rodrigues Faria. — Negou-se provimento. Decisão unânime.

Nº 23.871 — RJ — Rel. O Sr. Ministro J. J. Moreira Rabello — Rev. O Sr. Ministro Cunha Vasconcellos — Agte: Antonio Alves de Sá e outros — Apdo: INPS — Adv. Fernando P. Falcão. — Negou-se provimento. Decisão unânime.

Nº 23.873 — RS — Rel. O Sr. Ministro J. J. Moreira Rabello — Rev. O Sr. Ministro Cunha Vasconcellos — Recte: Juízo da 3ª Vara da Fazenda Pública — Agte: U. Federal — Apdo: Lauride Souza — Adv. Armando Hippolyto dos Santos. — Por unanimidade de votos, deu-se provimento para reformar a sentença e julgar a ação improcedente.

Nº 23.962 — RS — Rel. Sr. Ministro J. J. Moreira Rabello — Rev. Sr. Min. Cunha Vasconcellos — Apdes: SENAI e BESI — Apdos: Frigorífico Ideal e Inda. — Adv. Dr. Derna Helena Martinelli. — Por maioria de votos, deu-se provimento, vencido o Sr. Ministro Armando Rollemberg.

Nº 23.972 — CE — Rel. Sr. Ministro J. J. Moreira Rabello — Rev. Sr. Min. Cunha Vasconcellos — Recte: Juízo da Comarca de Fortaleza — 1ª Vara — Apda: Francisco Zenilda de Lima e Silva. Adv. Dr. Wagner Barreira. — Negou-se provimento. Decisão unânime.

Nº 24.016 — GB — Rel. Sr. Ministro J. J. Moreira Rabello — Rev. Sr. Min. Cunha Vasconcellos — Apdes: Zenith Lacerda e outros — Apda. U. Federal — Adv. Dr. Jeremias Marrocos de Moraes. — Negaram provimento. Decisão unânime.

Nº 24.032 — GB — Rel. Sr. Ministro J. J. Moreira Rabello — Rev. Sr. Min. Cunha Vasconcellos — Recte: Juízo da Faz. Pública — 1ª Vara — Agte. Cia. Nacional de Navegação Costeira — Apda. Cia. Continental de Seguros. — Negou-se provimento, nos termos do voto do Relator.

Nº 24.033 — GB — Rel. Sr. Ministro J. J. Moreira Rabello — Rev. Sr. Min. Cunha Vasconcellos — Recte: Juízo da 4ª V. da Faz. Pública — Agte: SNAPP — Apda. The Prudential Assurance Company Limited — Adv. Dr. Gerard Fischer. — Deu-se provimento. Decisão unânime.

Nº 24.059 — BA — Rel. Sr. Ministro J. J. Moreira Rabello — Rev. Sr. Min. Cunha Vasconcellos — Recte: Juízo da Faz. Nac. — Apdo: Alexandre da Cunha Guedes — Adv. Dr. Almeido Guedes. — Por unanimidade de votos, a Turma decidiu anular o processo a partir da audiência de instrução e julgamento, devendo o feito ser julgado pelo Juiz que presidiu a referida audiência, vencido, somente nessa parte o Sr. Ministro Revisor.

Nº 24.064 — SP — Rel. Sr. Ministro J. J. Moreira Rabello — Rev. Sr. Min. Cunha Vasconcellos — Recte: Juízo da Com. da Cuiabá — Apdo: IAPFESP — Adv. (Proc.) Dr. José R. Alvim. — Por unanimidade de votos, negou-se provimento.

Nº 24.122 — MG — Rel. Sr. Ministro J. J. Moreira Rabello — Rev. Sr. Min. Cunha Vasconcellos — Recte: Juízo da Fazenda — 1ª Vara — Agte. IAPI — Apda. Nila Martins — Adv. Dr. Darcilio Miranda e Adalberto Ferraz. — Por unanimidade de votos, conheceu-se do recurso e, por maioria, deu-se-lhe provimento, nos termos do parecer da Subprocuradoria Geral da República.

Nº 24.172 — GB — Rel. Sr. Ministro J. J. Moreira Rabello — Rev. Sr. Min. Cunha Vasconcellos — Recte: Juízo da Faz. Pública — Agte. Rede Ferroviária Federal S. A. — Apda. The Home Insurance Company — Adv. Dr. Roberto Alfredo Bauer. — Por unanimidade de votos deu-se provimento ao agravo no auto do processo.

Nº 24.143 — GB — Rel. Sr. Ministro J. J. Moreira Rabello — Rev. Sr. Min. Cunha Vasconcellos — Recte: Juízo da 1ª Vara da Faz. Pública — Agte. Lóide Brasileiro — PN — Apda. Cia. Bandeirante de Seguros Gerais — Adv. Dr. Sudá de Andrade Filho. — Negou-se provimento. Decisão unânime.

Nº 24.144 — GB — Rel. Sr. Ministro J. J. Moreira Rabello — Rev.

Sr. Min. Cunha Vasconcellos — Agte. Alberto Ribeiro da Cruz — Apda. União Federal — Adv. Dr. Felipe Solon. — Negou-se provimento. Decisão unânime.

Encerrou-se a Sessão às 17 horas, ficando o julgamento dos demais processos adiado para a próxima Sessão do Tribunal Federal de Recursos, 12 de outubro de 1967. — Jorge Agostini Secretário.

ATOS DO SENHOR MINISTRO PRESIDENTE

PORTARIA Nº 63, DE 12 DE OUTUBRO DE 1967

O Ministro Oscar Saraiva, Presidente do Tribunal Federal de Recursos, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno, resolve dispensar, a pedido, o Oficial Judiciário PJ-5, Oswaldo de Oliveira Marcondes, das funções de membro da Comissão de Compras instituída pela Portaria nº 69, de 4 de julho de 1967.

Cumpra-se. Publique-se. Registre-se. — Oscar Saraiva.

PORTARIA Nº 94, DE 12 DE OUTUBRO DE 1967

O Ministro Oscar Saraiva, Presidente do Tribunal Federal de Recursos, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno, resolve designar o Oficial Judiciário PJ-4, Elzir da Paixão Pinheiro, para exercer as funções de membro da Comissão de Compras instituída pela Portaria nº 69, de 4 de julho de 1967.

Cumpra-se. Publique-se. Registre-se. — Oscar Saraiva.

Considerando estarem regidos os servidores "funções temporárias" desta Secretaria pela Resolução 39/13 do Senado Federal, que é extensiva a este Tribunal;

Considerando que o referido pessoal semelhante daquela Câmara Alta foi enquadrado a partir de 1º de janeiro próximo passado, face a Resolução 129/65, não mais podendo ser o paradigma do pessoal desta Casa;

Considerando que a rubrica orçamentária 02.11 — salário pessoal temporário se aplica aos servidores regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas constante aos artigos 23 a 28 da Lei 3.780/60;

Considerando a existência de dito pessoal em Órgãos dos três Poderes Federais, tal como o Ministério da Educação e Cultura, o Tribunal de Contas da União e o Supremo Tribunal Federal;

Considerando ser imperioso aplicar aos atuais servidores "FT" deste Tribunal a legislação trabalhista, como ora estatuído por legislação em vigor; resolve editar

PORTARIA Nº 95, DE 12 DE OUTUBRO DE 1967

O Ministro Oscar Saraiva, Presidente do Tribunal Federal de Recursos, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno,

Resolve estender aos servidores "funções temporárias — FT" desta

Secretaria, constantes de relação anexa, o regime da Consolidação das Leis Trabalhistas, a partir de 1º de novembro de 1967, inserida a cláusula de estabilidade funcional aos que já contavam até 15 de março último 5 anos ou mais de exercício no serviço público, nos termos do § 2º do art. 117 da Constituição, para efeito de oportuno aproveitamento como efetivo sem vagas ocorrentes no Quadro de Pessoal.

Cumpra-se. Publique-se. Registre-se.

RELAÇÃO NOMINAL DOS SERVIDORES "FUNÇÕES TEMPORÁRIAS — FT" DESTA SECRETARIA

Auxiliar de Secretaria:

1. Nelson de Souza Paiva
2. Lauro de Nadei da Silva
3. Adão Neves de Oliveira
4. Delta Silva de Oliveira
5. Angelina Aparecida Leite Avian
6. Dalva Stade
7. Wilson Jordão Emerenciano
8. Gloriamaria Ribeiro Dutra
9. Thamea Dias Assensi
10. Afêlia Lopes da Silva
11. Gilberto de Mello Peregrino
12. Edger de Oliveira Leporace
13. Lúcia Maria Cavalcanti Farias
14. Palmerindo de Almeida
15. Heli Sa Behring
16. Ricardo Frederico Secce Tayora
17. Maria de Lourdes de Almeida Correia

18. Takashi Miura
19. Aurimar Dias Ribeiro
20. Nubia Farias de Almeida
21. Aroldo Corrêa Lucas
22. Jadir Batista
23. José Leite Alves
24. Cileia Barreto da Silva
25. Maria Ionilce Cândido Azevedo
26. Barbara da Cruz Gomes
27. Lila Ribeiro de Almeida
28. Daisy Pinto Guedes de Farias
29. José Carlos Garcia D'Avila Guedes
30. Diana Maria Dias Alves
31. Ariando Henrique Filho de Mello
32. Roberto de Faria Almeida
33. João Batista de Araújo
34. Selmar Diogenes de Pinahy Machado
35. Roberto Wagner Monteiro
36. Sergio Pinto de Lima
37. Sergio Carlos Andrade Borges
38. André Gustavo Stumps Alves de Souza

Mecânico:

1. Antonio Pereira Guimarães
2. Darvalino Gomes de Castro
3. Elio Balthazar
4. Maria Pereira da Silva
5. Servente de Administração
6. Francisco Pereira de Sá
7. Elias Lima dos Santos
8. Fernando do Vale Guimarães
9. Vicente Celestino dos Santos
10. Aureliano Rodrigues dos Santos
11. Vicente Martins
12. Jones Pereira Murta
13. Auvimar Lira Trancoso
14. Vamberto Pereira da Silva
15. Geazy Viana
16. João Ribeiro de Moraes
17. João da Cruz
18. João Larte de Sousa

BOLETIM DA JUSTIÇA FEDERAL

1ª Região — Seção Judiciária do Distrito Federal

GABINETE DO DIRETOR DO FÓRO E CORRECEDOR DISTRIBUIÇÃO

Distribuição dos Feitos da Primeira Instância por sua Excelência o Juiz Distribuidor Doutor Jacy Garcia Vieira, em audiência realizada às 15 horas do dia 11 de outubro de 1967. Processos distribuídos às Varas:

I — AÇÕES ORDINÁRIAS

Nº 619 — Autor: Antônio Fluzza Lima — Réu: União Federal — Adv.

legado: Odílio Arlindo Philipp — Ao MM. Juiz Federal da 2ª Vara.

II MANDADO DE SEGURANÇA

Nº 610 — Impetrante: Alcosta Transportes Ltda. — Impetrante: União Federal (Codebras) — Advogado: Dr. Pedro Soares Vieira — Ao MM. Juiz Federal da 2ª Vara.

Nº 615 — Impetrante: Laura Maria Cadaval Assaf — Impetrada: União Federal (Codebras) — Advogado: Luiz Eugênio Araújo Müller — Ao MM. Juiz Federal da 2ª Vara.

Nº 613 — Impetrante: Importadora e Exportadora Sidi Limitada — Impetrado: Amauri Pinto — Advogado: Dr. Jefferson de Aguiar — Ao MM. Juiz da 2ª Vara.

V-B — AÇÕES ORDINÁRIAS

Reintegração de Posse

Nº 614 — Autora: União Federal — Réus: João de Andrade Vilani e sua mulher Dª Jurema Arona Vilani — Advogado: Dr. Wanderley Gregoriano de Castro — Ao MM. Juiz Federal da 1ª Vara.

VI — FEITOS NÃO CONTENCIOSOS

Justificação

Nº 608 — Justificante: Alair Ferreira da Silva — Justificada: Força Aérea Brasileira (F.A.B.) — Advogado: Orlândino Freitas (Def. Público) — Ao MM. Juiz Federal da 2ª Vara.

Carta Precatória

Nº 611 — Autora: Justiça Pública — Réu: Aloysio Duarte dos Santos — Deprecante: Segunda Auditoria da Marinha do Estado da Guanabara — Deprecado: Juiz de Direito da Terceira Vara Criminal do Distrito Federal — Ao MM. Juiz Federal da 1ª Vara.

Nº 612 — Autor: Banco do Brasil S.A. — Réu: Jerônimo José da Silva — Deprecante: Juiz de Direito da Comarca de Goiânia — GO — Deprecado: Juiz Federal da 2ª Vara — Ao MM. Juiz Federal da 2ª Vara.

Nº 613 — Autor: Banco do Brasil S.A. — Réu: Moacyr Luiz da Costa — Deprecante: Juiz de Direito da 3ª Vara Criminal — Com. de Vitória — ES — Deprecado: Juiz Federal da 1ª Vara — Ao MM. Juiz Federal da 1ª Vara.

VII — AÇÕES CRIMINAIS

Inquérito Policial

Nº 616 — Autora: Fazenda Nacional — Réu: Ercilio de Souza — Art. 229 e 312 § 1º do C.P. — Ao MM. Juiz Federal da 1ª Vara.

VII — AÇÕES CRIMINAIS

Inquérito Policial

Nº 617 — Autora: Justiça Pública — Réus: Walter Lisboa Valle e Marlene Chelbe Gomes — Art. 279, § 1º, e/c o art. 51, § 2º, e art. 171 do C.P. e o primeiro denunciado e 171 e 297, e/c o art. 25, do C.P. a segunda. — Ao MM. Juiz Federal da 2ª Vara. O Distribuidor: Salomé dos Santos. Distribuição dos Feitos da Primeira Instância por sua Excelência o Juiz Distribuidor Doutor Jacy Garcia Vieira, em audiência realizada às 15 horas do dia 12 de outubro de 1967.

Processos distribuídos às Varas:

II — MANDADO DE SEGURANÇA

Nº 621 — Impetrante: Oswaldo França de Almeida — Impetrada: União Federal (I.N.P.S.) — Adv. Dra. Marilda Nepomuceno Dusi — Ao MM. Juiz Federal da 2ª Vara.

V-A — RECLAMAÇÕES TRABALHISTAS

Diferenças salariais

Nº 620 — Reclamante: Waldyr Duarte Barreto — Reclamada: Fundação Brasil Central — Adv. Athayde da Silva Dias. — Ao MM. Juiz Federal da 1ª Vara. O Distribuidor: Salomé dos Santos. Em 12-10-67. — Nelson Corrêa Ferraz, Chefe da Secretaria Administrativa.

VARAS E SECRETARIAS

JUIZO FEDERAL DA 1ª VARA

Juiz: MM. Dr. José Bolívar de Souza. Juiz Federal Substituto: MM. Dr. João Augusto Didier. Chefe de Secretaria: Dr. José de Vasconcelos.

EXPEDIENTE DE 12 DE OUTUBRO DE 1967

Processo nº 15.

Ação Criminal

Autora: Justiça Pública. Acusado: Walter da Silva Borda. Artigo: 312 do Código Penal.

1. Vistos estes autos de ação penal em que é A. a Justiça Pública, representada pelo Douto Procurador da República, e é Réu Walter da Silva Borda, qualificado a fls. 35.

2. A denúncia constituída das folhas 2/3 do processo, diz que o denunciado:

“funcionário do Ministério da Agricultura, filho de Carlos da Silva Borda e Leonor Sautter Borda e nascido em 6-1-1921.

3. Pela Portaria de fls. 14 de 16 de dezembro de 1965, Walter da Silva Borda, como assistente de Organização Rural, nível 15 da NOVACAP à disposição do SFI foi designado como encarregado do Posto Indígena “Getúlio Vargas”, na Ilha do Bananal onde praticou os atos de que é acusado. 4) Consta de fls. 37.

38, 66, 67, 68 e 69 vários depoimentos de testemunhas que o apontam como vendendo o gado do Posto, locupletando-se com o produto, explorando em proveito próprio como taxi, um barco e restando de cada res abatida cerca de 30 quilos de carne para seu sustento e de 9 cães que possuía.

5) Encontra-se as fls. 73 e 74 o relatório referente ao inquérito criminal realizado. Esse documento assinala estar o denunciado incurso nas penas do artigo 312 do Código Penal, citando ainda o art. 171 e registrando, todavia, não ter sido encontrado, para ser ouvido, o Sr. Alcides Maciel, comprador do gado, que teria adiantado a importância de seis milhões de cruzeiros velhos. Há informes, por outro lado, de que as reses vendidas não chegaram a ser entregues ao seu comprador. O acusado foi interrogado às fls. 35 a 36 verso.

6) Diante do exposto, requer a V. Exª a instauração do competente processo-crime, como incurso nas cominações do art. 312 do Código Penal, grau mínimo.”

3. Recebida a denúncia em data de 20-7-67, procedeu-se aos demais atos processuais. Interrogatório, inquirições e provas documentais (fls. 82 a 202), a final conclusos os autos para sentença.

4. O interrogatório, é a primeira peça e considerada como defesa mas temo-a como a mais importante para a formação da consciência jurídica do Juiz na apreciação do caso. Aqui nestes autos, me parece oportuno frisar, dada a singeleza e mesmo falta de clareza da denúncia apresentada principalmente, na sua parte final que procura focalizar o fato mais sério e importante que no caso é a venda do gado.

5. Designado Walter da Silva Borda pela ordem de serviço interna número 175 (fls. 14), e não por portaria, como diz o douto M.P., para encarregado do Posto Indígena “Getúlio Vargas”, na Ilha do Bananal, subordinado, diretamente à Diretoria do S.P.I., em data de 16-12-65, assinada pelo Major-Aviador Luiz Vinhas Neves. Ao chegar para assumir o posto, em 2 de janeiro, comprovou grandes irregularidades e mesmo uma pilhagem num valor aproximado de duzentos mil cruzeiros novos.

Fêz relatório e comunicou à diretoria, através rádios, ofícios etc., solicitando inclusive instruções como deveria agir, providências que constituem 72 peças administrativas e constam do processo 1.853-66 (folhas 86/90).

6. As necessidades e dificuldades, como principalmente a reclamação dos empreiteiros de obras, dos empregados contratados que a 7 meses não recebiam vencimentos e a falta de tudo necessário à administração do Posto, e ainda o silêncio da administração, resolveu, com fundamento na Ordem de Serviço nº 36, de 7-4-65 (fls. 16) que autoriza o abate e venda do gado ao preço de duzentos e cinquenta cruzeiros velhos o quilo, e aplicar a importância da renda no próprio posto (alínea “d”). A Ordem de Serviço nº 186, de 31-12-65, ratificou tais instruções. Em parecer da Consultoria-Geral da República, nº 215-H, publicado no Diário Oficial da União de 24-8-65, fls. 8.561, assinado pelo Ilustre titular Dr. Adroaldo Mesquita da Costa, diz — “a aplicação da renda indígena é competência do Chefe do Posto”.

7. O denunciado declara que encontrou mais de cinco mil cabeças de gado, quando fora informado que o rebanho naquele Posto seria apenas de 1.200 cabeças e que não tem marca de ferro, nem registro, nem cadastro patrimonial, pelo que é constantemente desviado, abatido e roubado para fazendas clandestinas.

8. A venda foi feita pelo melhor preço oferecido, de 120 cabeças de gado, a 50 cruzeiros novos cada no total de 6.000 cruzeiros novos, ao Senhor Alcides Maciel, que ofereceu melhor preço dentre três compradores que se apresentaram. O dinheiro foi recebido entre 20 e 23 de abril de 1966, em moeda corrente, e aplicado imediatamente no próprio posto, pagando empreiteiros, credores e empregados e fornecedores mediante recibo de todos, no total de NCRs 5.514,40 (cinco mil, quinhentos e quatorze cruzeiros novos e quarenta centavos). Os recibos desses pagamentos e o saldo de cruzeiros NCRs 485,60, estão, como sempre estiveram, à disposição do S.P.I., vez que o Sr. Contador daquele serviço se recusou a receber a prestação da venda deste gado, alegando anulação de venda pelo rádio nº 596, de 26-4-66. E o gado vendido ao Sr. Alcides Maciel, até hoje não foi entregue.

9. A Seção de Telecomunicações do Ministério da Agricultura, declara (folhas 52), “que a Estação de Rádio de Ponta de Prefixo PPI-30 pertencente a rede do Serviço, instalada no Posto Indígena “Getúlio Vargas”, Ilha do Bananal, Estado de Goiás não atendeu à Estação de Rádio da Diretoria do S.P.I. nos dias 25, 26 e 27 de abril de 1966, conforme os diários de telecomunicações ns. 360, 361 e 362 das mesmas datas. Motivo pelo qual esta Seção, encaminhou pelo Serviço de Rádio comunicações da Fundação Brasil Central, o telegrama nº 550, de 26-4-66 que destituiu o Senhor Walter da Silva Borda. O rádio que anulou a venda do gado foi o de nº 596, mesmo tendo sido da mesma data, conforme referências, do que destituiu o encarregado do Posto. Não consta na Declaração (doc. folhas 52).

10. A primeira testemunha arrolada pelo douto M.P., ouvida neste Juízo diz fls. 123: “Que por conhecimento próprio nada pode testemunhar quanto ao uso do barco como taxi, nem o uso de 36 quilos de carne, para sustento de seus cães, nem desvio de carne por parte de Walter da Silva Borda. Que consignou no seu relatório, por ouvir dizer pelos servidores do Posto, sem qualquer comprovação de sua parte”.

e mais

“Que aparente e realmente o Sr. Walter da Silva Borda é um homem trabalhador e interessado no serviço do Posto.”

11. O doutor Procurador da República, diante da dificuldade de ouvir

as demais testemunhas arroladas, em Juízo, desistiu das mesmas, remetendo-nos aos depoimentos administrativos (fls. 139 verso *in fine*). Lá, as fls. 33 a testemunha João Rocha de Azevedo, funcionário do S.P.I., residente há dez anos no Posto “Getúlio Vargas”, diz:

“que Borda propôs a venda de várias cabeças de gado a Alcides Maciel, fazendeiro também residente nesta Ilha recebendo antecipadamente a importância de seis milhões de cruzeiros velhos, usando parte deste dinheiro para pagamento de dívidas do S.P.I., que o declarante informa que até hoje este gado negociado não foi entregue; que dias após esse negócio Borda se retirou da Ilha.”

Por outro lado, a testemunha Sebastião Costa (fls. 34) diz:

“que trabalha no Posto há oito anos; que o Sr. Borda trouxe para o Posto nove cachorros das mais variadas raças; que lhe eram fornecidos 31 quilos de carne bovina, semanais, dos quais eram consumidos por ele Walter, quatro quilos e o restante pelos cachorros; que o declarante cuidava do motor que fornece energia para o Posto e que das várias vezes que o declarante solicitou combustíveis o seu Borda desconfiava do declarante achando que o mesmo estava desviando o referido material.”

12. As testemunhas arroladas pela defesa, temos a primeira ouvida Victor Queiroz do Nascimento, de grande valia aos esclarecimentos dos fatos, pois, como funcionário do S.P.I., com exercício no Posto desde 15-5-63, conhece bem os serviços, os encarregados que por lá passaram e já tendo respondido, por várias vezes como encarregado do Posto (fls. 134-136) diz:

“que o Senhor Walter da Silva Borda se conduziu muito bem quando encarregado do Posto, mesmo sem meios...; que melhorou a sede do Posto e a conservação do material; que manteve vigilância contra a bebida alcoólica dos índios. Que o barco foi construído, quando ele, depoente, estava como encarregado do Posto. Que a exploração do barco, sobre o ponto de vista criminal é inteiramente imprecidente; que o barco solicitado ao encarregado, faz transporte, e tendo em vista a dificuldade de gasolina na região tanto o Senhor Walter, como todos os encarregados que por lá passaram, inclusive ele, depoente, emprestavam e mandavam o motorista conduzir as pessoas que solicitavam transporte, mediante tão-somente a gasolina gasta no percurso. Que o abatimento das reses, semanalmente para os funcionários é normal e feito desde quando lá chegou, também por todos os encarregados... Que nada houve de anormal quanto ao assunto da carne no período em que foi encarregado o Sr. Walter Borda. Que o Sr. Walter Borda vendeu ao Sr. Alcides Maciel 120 reses da era de 1964 pelo preço de 50 mil cruzeiros novos, digo, (velhos) cada no total de 6 (seis) milhões. Que o dinheiro foi recebido na sua presença e vários funcionários. Que o S.P.I. não tem crédito com os fornecedores da região...; Que ele depoente, quando entregou o Posto ao Sr. Walter, o fez com a dívida só de fornecimento de combustível e víveres para o Posto no total aproximado de 235 mil cruzeiros velhos, referente ao exercício de 63 e 64...; Que a venda se processou, principalmente a vista das dificuldades

financeiras do Posto e segundo informações do Sr. Walter, com autorização em ordem de serviço do Diretor. *Além disso, esclarecer que anteriormente outras vendas eram feitas sem se verificar a sua aplicação no Posto ou tráfego legal.* Que ao receber o dinheiro o Sr. Walter chamou todos os credores e funcionários digo, serviços contratados e foi providenciando o pagamento na frente de todos, mediante recibo e ele deposite recebeu de alguns que não estavam no Posto. *Que o preço da venda era o preço normal da época. Que o gado até hoje não foi entregue.* Que quando recebeu ordem para entregar o gado, do Sr. Walter, mas um funcionário sem lhe dar conhecimento, telegrafou para o Diretor avisando, ele então, para o Diretor avisando ele então deposite sabendo do fato, também, telegrafou, tendo vindo a resposta da Diretoria de Brasília, suspendendo a entrega do gado. Que os documentos de fls. 138 a 176 foram pagos na época inclusive em alguns deles tem a sua assinatura, que fez questão de apor nos recibos, por serem devidos da sua gestão e outros por haver recebido em nome de pessoas que não se encontravam no momento no Posto. Pode testemunhar que o Sr. Walter é um homem trabalhador e honesto."

12. A segunda testemunha arrolada pela defesa, Afonso Agostinho Mendes, funcionário público do INDA, Secretário da Comissão de Inquérito e da mais alta valia aos esclarecimentos dos fatos e diz as fls. 137-138: "que a comissão apurou ter havido a venda do gado mas que em administrações anteriores também se realizavam a venda de reses; que as comissões anteriores, tiveram seus trabalhos reexaminados pela comissão de que ele, deponente, fez parte, nomeada pelo Ministro da Agricultura e constituída de funcionários estranhos ao SPI. Após esta comissão nenhuma outra foi nomeada. A conclusão do relatório ele deponente, tem cópia e deve se encontrar no Gabinete do Ministro da Agricultura juntamente com o processo administrativo... Que pode fornecer uma cópia rubricada do relatório da comissão; que o processo administrativo tem o número MA-01-1307-67 anexado ao anterior nº 1.833-66; que o processo está no Gabinete desde 26-6-67; que até a presente data não tem conhecimento do julgamento final do processo administrativo; que dos depoimentos e das informações e das referências que teve ocasião de ouvir e saber dos funcionários e pessoas ligadas ao Posto e residentes foram todas unânimes em atestar boa conduta e trabalho, a honestidade e a administração boa do Senhor Walter da Silva Borda, no Posto Indígena. Igual referência ouviu também do pessoal da Fundação Brasil Central, da Força Aérea Brasileira e dos índios. Também do pessoal da Cidade de São Félix fornecedores do Posto e quem fez pagamentos de dívidas atrasadas do Posto."

13. Aos autos foram anexadas duas cópias do relatório da Comissão de Inquérito, incumbida de apurar os fatos relacionados no Proc. MA-010-1333 de 1960 criado pelo seu ex-Secretário, a 1ª de fls. 143-151, fornecida pelo deponente e a 2ª fls. 161 a 184 encaminhando a este Juízo por ofício do Sr. Secretário-Geral da Agricultura.

Primeiramente, lê-se no relatório, os fatos apurados quanto ao costume

e prática da venda do gado no Posto indígena, tanto antes como depois da administração do Sr. Walter da Silva Borda, fls. 162:

"I — que o Sr. Israel Praxedes incluiu um reprodutor bovino em uma boiada vendida, para abate, fato este confirmado nos depoimentos dos Senhores Victor Queiroz do Nascimento, de fls. 683-39, Boanerges Fagundes de Oliveira, de fls. 606-11 e Luiz Coelho de Souza, de fls. 641-44... que retém em seu poder a importância aproximada de NCr\$ 400,00 (quatrocentos cruzeiros novos) proveniente de venda de gado do CPI; não tendo ainda prestado contas conforme confessa em seu depoimento de fls. 692-96."

II — que o Sr. Walter da Silva Borda vendeu sem autorização, 120 (cento e vinte) cabeças de gado pertencentes ao SPI; não tendo prestado contas, conforme depoimentos de fls. 569-77... III — que o Sr. Salim Costa de Oliveira que substitui o Sr. Walter da Silva Borda também vendeu gado sem autorização legal, para cobrir despesas do PIGV, conforme depoimento do mesmo fls. 633-37."

Nas suas conclusões a Comissão de Inquérito (fls. 164) quanto ao denunciado e sua responsabilidade diz:

"que o Sr. Walter da Silva Borda, embora tenha também infringido os arts. 196 e 197, da Lei nº 1.711-52 esta Comissão não tem condições de condená-lo pelos motivos abaixo discriminados:

1º O acusado não foi o único encarregado do PEBV a vender gado sem autorização expressa e por escrito da Diretoria SPI. Isto já havia ocorrido em nome ou rotina administrativa adotada por todos aqueles que foram encarregados do PIGV, inclusive até pessoas estranhas ao serviço público, às quais foram cometidas a atribuição de administração da Fazenda Karajá, pertencente ao SPI."

2º Embora vários depoimentos tenham declarado que o Senhor Walter da Silva Borda já havia sido destituído da função de encarregado do PIGV, quando efetuou a venda do gado, esta Comissão não obteve provas documentais de que o Rádio FBC 299 (fls. 300), destituindo o citado servidor, tenha sido entregue ao mesmo antes de 30-4-66."

3º Quanto a não prestação de contas dos NCr\$ 6.000,00 provenientes da venda das 120 cabeças de gado, não vemos como o SPI, faz tal exigência, uma vez que ficou sobejamente comprovado através dos depoimentos que o gado não foi entregue, em face da ordem do SPI, no Rádio nº 600."

Entende esta Comissão que cabe ao SPI reparar o prejuízo causado pelo Sr. Walter da Silva Borda, que usando ou mesmo abusando de suas atribuições, pagou dívidas e salários atrasados do pessoal do PIGV, utilizando numerário recebido do Sr. Alcides Maciel, comprador do gado, gado este que não foi entregue."

14. A denúncia refere-se a três fatos que caracterizariam o delito praticado pelo denunciado, os quais o enquadrariam como incurso nas penas do art. 312 do Código Penal, citando ainda o art. 171?

Ora, 312 é preculato e 171 é estelionato por qual dos dois afinal opinaria o douto M.P. Tenho que o enquadramento perfeito do crime, ante a lei penal é condição primordial da denúncia. E' dizer-se afinal que se condene por qualquer disposição penal.

A denúncia deve atender às exigências prescritas na lei penal penal, o que neste processo, não estão bem especificados os expostos no que diz respeito ao fato criminoso e a sua classificação.

15. Na apreciação dos fatos poderíamos iniciar por aquele de que o Réu teria — explorado em proveito próprio, como táxi um barco."

A prova dos autos é convincente no sentido da improcedência de tal fato. A Comissão de Inquérito Administrativo nem mesmo dele se ocupou em apurar a procedência, dada a levianidade da arguição, feita por simples maledicência de funcionário do Serviço."

O barco foi construído por Victor Queiroz do Nascimento, com a renda do posto, encarregado anterior à gestão do Réu, feito de tronco de árvore cavado, chamado naquela região de ayoadeira, com um motor de hópa."

A vista das dificuldades financeiras que as verbas orçamentárias só lá chegam transformadas em alguns utensílios e, no caso as dificuldades de aquisição de gasolina, o barco era cedido, por empréstimo às pessoas que solicitavam, com o motorista mediante a simples devolução da gasolina gasta nas travessias."

Nada de anormal, irregular e muito menos criminoso dada as peculiaridades locais e dos serviços."

16. O segundo fato imputado ao Réu como delituoso seria retirar de cada res abatida cerca de 30 quilos de carne para seu sustento e de 9 cães que possuía."

A ordem de serviço interna nº 38 autoriza expressamente o abate semanal de gado, a venda, o recebimento de importâncias para fornecer gratuitamente, a carne aos funcionários e aos índios."

O Chefe do Posto não tem gratificação de função, aliás o que contraria o art. 4º do Estatuto dos Funcionários (Lei nº 1.711-52) — sendo-lhe facultado o uso gratuito da produção do Posto, na medida de suas necessidades."

E mais, todos, recebiam gratuitamente a carne, então, só o encarregado não poderia, autorizado que estava e verbalmente de fazê-lo?"

A retirada da carne é confirmada pelo Réu, no seu interrogatório, que diz: "seriam 28 quilos por semana, para consumo" de sua família, com 7 pessoas, "inclusive o deponente para consumo em 6 dias, com duas refeições diárias dá uma média de 300 gramas por pessoa."

A carne ainda era repartida entre os seus 9 cães de estimação que sempre o acompanhavam."

Como se incriminar, um cidadão por ter cachorros de estimação, numa fazenda ou posto indígena?"

Os cães não dão despesas absurdas, eles acompanham e comem as sobras dos seus donos."

Este fato também não tem qualquer implicação criminal."

17. O terceiro e último fato referido na denúncia a venda de gado do Posto."

O Réu confirma e há prova exuberante da venda de 120 reses da era de 64, ao Sr. Alcides Maciel que ofereceu, na época dentre três licitantes, melhores condições e o melhor preço, cinquenta mil cruzeiros velhos por cabeça no total de seis milhões de cruzeiros velhos."

Acontece que ainda aqui, não se configura o crime que se pretendeu imputar ao Réu."

Isto porque: A venda de gado do posto era costume, direito costumeiro, e como muito bem diz a Comissão de Inquérito Administrativo: "isto já havia ocorrido em norma ou rotina administrativa adotada por todos aqueles que foram encarregados do PIGV, inclusive até pessoas estranhas ao Serviço".

A venda de gado foi praticada pelos Chefes do posto, anteriores ao denunciado sem qualquer impugnação do Serviço de Proteção aos Índios, que as aceitava tacitamente como legais."

O ato praticado pelo Réu como administrador perante o chefe do posto indígena o foi, tendo em vista as instruções, as necessidades financeiras, a falta de assistência da Diretoria o costume e a prática do ato, sem qualquer restrição manifestada pelo SPI, até então um ato que se equipara a da gerência de negócios em casos que exigem solução imediata."

O SPI, só reconheceu oficialmente o vício das vendas sem autorização, através do Rádio nº 600 o qual só foi entregue ao Sr. Walter da Silva Borda em 30-4-66, quando o mesmo já havia feito a venda do gado desde 22-4-66."

A prestação de contas foi apresentada ao SPI que não a recebeu, alegando cancelamento da venda realizada assim o denunciado tem a documentação e o saldo para recolher desde que a administração resolveu recebê-la."

A Comissão de Inquérito afirma, nas suas conclusões que: "não tem condições de condená-lo", e citando Caio Tatito transcreve: "Os atos administrativos viciosos podem, excepcionalmente, convalidar-se, quando praticados na constância de um entendimento generalizado e habitual, por todos aceito como legítimo e mais tarde considerado impróprio."

Que a teoria do erro cometido comum aplicável ao direito administrativo, autoriza que o erro de muitos, acaído longamente no consenso geral como idôneo pode validar a ação administrativa."

Verifica-se, dos autos e relatório da Comissão de Inquérito Administrativo, que dos que praticaram o ato da venda de gado do posto, tanto anteriores como posterior à administração do Réu, foi ele o único a encaminhar a consideração da Diretoria do SPI a prestação de contas do mesmo ato."

A oportuna e brilhante defesa previa, muito bem desclassifica o crime de peculato que se imputa na denúncia de fls. ao Réu, diz ela:

"O crime de peculato previsto no art. 312 do Código Penal só se configura se integrados nos seguintes elementos essenciais: a) sujeito ativo — funcionário público; b) objetivo — dinheiro valor ou qualquer outro bem de que o funcionário tenha posse em razão do cargo; modo — apropriação ou desvio; e d) dolo — o de auferir da apropriação ou desvio Provento Próprio ou Alheio (Magalhães Drummond "Com. ao Código Penal", vol. IX, pag. 174).

Os atos já aqui sob apreciação, apenas o de venda do gado não preenche os requisitos essenciais à configuração do crime de Peculato previsto no art. 312 do Código Penal. Nas diversas atividades que o denunciado moderno é obrigado a fazer em geral não se compreende e não se pode compreender e nem se pode conceber um só Estatuto legal regulador das atividades dos seus superiores."

A aplicação da Lei nº 1.711-52, das atividades agropecuárias ou indústrias do Estado me parece impraticável dada, especialmente a necessidade de prontas e imediatas providências de emergência ou administrativa em determinadas e peculiares situações, como aliás a que ocorreu e nos dá origem este processo."

O costume, o direito costumeiro ou o administrador admiravelmente, Edmond Fieard, no seu estudo "O Direito Puro" — Ed. Ibero-Americana, Edição 1942 pag. 24.

"No fenômeno jurídico, os costumes ocupam lugar notável. São a origem

de todas as legislações. Precedeu-nos como a palavra precede a escrita. São o Direito no "estado cartilágneo", aguardando a sua classificação "nas Leis redigidas. Oferecem ao observador um "vastíssimo campo de investigações jurídicas".

Ex postis:

Julgo a denúncia improcedente, por não haver prova suficiente para a condenação (inso VI. do art. 386, do Código do Processo Penal) e por não haver justa causa absolvo Walter da Silva Borda das acusações que lhe foram feitas.

Custas ex lege.

P.R.I.

Brasília, 6 de outubro de 1967. — José Bolívar de Souza, Juiz Federal da 1ª Vara.

JUIZO DA 2ª VARA

Juiz Federal: Dr. Otto Rocha.
Juiz Federal Substituto: Dr. Jacy Garcia Vieira.
Chefe de Secretaria: Dr. Evandro Menezes Reis.

EXPEDIENTE DE 12 DE OUTUBRO DE 1967

Mandado de Segurança

Nº 72-M

Impte: Alcosta Transportes Limitada.
Impdo: Presidente da Comissão de Concorrência Pública nº 1 da Codebras.

Advogado: Dr. Pedro Soares Vieira
Despacho: A. A conclusão. Brasília, 12-10-1967. — Otto Rocha.

Nº 69-M

Impte: José Pio Cardoso.
Impdo: Diretor Geral do Departamento Administrativo do Serviço Público e outros.

Advogado: Dr. Carlos Odorico Vieira Martins.
Despacho: J. Aguardem-se as informações dos demais impetrados. Brasília, 12 de outubro de 1967. — Otto Rocha.

Nº 74-M

Impte: Laura Maria Cadaval Assaf.
Impdo: Diretor do Grupo de Trabalho de Brasília.

Advogado: Dr. Luiz Eugênio de Araújo Müller.
Despacho: Cumpra-se o V. Acórdão. Brasília, 12 de outubro de 1967. — Otto Rocha.

Nº 65-M

Impte: Roberto de Araújo Lima e outros.
Impdo: Diretor da Divisão do Pessoal do M.E.C.

Advogado: Dr. Edisio Gomes de Matos.
Despacho: J. A douta Procuradoria da República. Brasília, 12 de outubro de 1967. — Otto Rocha.

Nº 75-M

Impte: Osvaldo França de Almeida — Impdo: Presidente do ... P.S. e Diretor do Departamento de Administração Geral do ... P.S.

Advogado: Dra. Marilda Nepomuceno Dusi.
Despacho: A. Solicitem-se as informações. Brasília, 12 de outubro de 1967. — Otto Rocha.

Nº 68-M

Impte: Ademaro Mollo.
Advogado: Dr. Luiz Cláudio de Almeida Abreu.

Impdo: Diretor Geral do Departamento de Administração do Ministério da Justiça.

Despacho: A. Defiro o liti-consórcio, notificando-se a autoridade para ... Brasília, 12 de outubro de 1967. — Otto Rocha.

Nº 58-M

Impte: Jelson Viegas Fernandes e outros.

Impdo: Caixa Econômica Federal de Brasília.

Advogado: Dr. Roberto P. Franco de Sá.

Despacho: J. A conclusão. Brasília, 12 de outubro de 1967. — Otto Rocha.

Nº 73-M

Impte: Importadora e Exportadora Sidi Ltda.

Impdo: Encarregado da Alfândega em Brasília.

Advogado: Dr. Jefferson de Aguiar
Despacho: A. Notifique-se na forma do pedido, requisitando-se os processos aludidos na inicial. Brasília, 12 de outubro de 1967. — Otto Rocha.

Ação Ordinária Anulatória de Débitos Fiscais

Nº 102-G

Autora: Farmácia e Drograria São Vicente Ltda.

Ré: União Federal.

Advogado: Dr. João Pélles.
Despacho: A douta Procuradoria da República. Brasília, 12 de outubro de 1967. — Otto Rocha.

Ação Ordinária

Nº 53-G

Autores: Eny dos Santos "Hilomema e outros.

Ré: União Federal.

Advogado: Dr. Arlindo Leonil de Souza.

Despacho: Em seu pedido inicial os autores protestaram pela juntada de prova documental. Observando-se o disposto no Parágrafo único do art. 223 do Código de Processo Civil. Prossiga-se. Brasília, 12 de outubro de 1967. — Otto Rocha.

Nº 31-G

Autor: Adolfo Pereira de Deus e outro.

Ré: União Federal (Câmara Federal).

Advogado: Dr. José Marcelino de Paula.

Despacho: J. A conclusão. Brasília, 12 de outubro de 1967. — Otto Rocha.

Nº 20-G

Autores: José Francisco Mendes Del Paloso e outros.

Ré: Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado — IPASE.

Advogado: Dr. Moacir Belchior.

Despacho: Ao Contador. Brasília, 12 de outubro de 1967. — Otto Rocha.

Nº 57-G

Autores: João Sebastião Alves e outros.

Ré: Instituto Nacional de Previdência Social — INPS.

Advogado: Dr. Sérgio Gonzaga Dutra.

Despacho: J. A conclusão. Brasília, 12 de outubro de 1967. — Otto Rocha.

Ação Executiva

Nº 90-G

Autora: União Federal.

Ré: Martins Francisco Barreto. Vinhais.

Despacho: Ao Contador. Brasília, 12 de outubro de 1967. — Jacy Garcia Vieira.

Consignação em Pagamento

Nº 38-G

Autor: Waldemar Guimarães.

Ré: Coordenação do Desenvolvimento de Brasília — CODEBRAS.

Advogado: Dr. Ivon Faig Torres.

Despacho: Junte-se. Vista ao apelado. Brasília, 12 de outubro de 1967. — Jacy Garcia Vieira.

Justificação

Nº 115-G

Justificante: Alair Ferraz da Silva

Justificado: União Federal.

Advogado: Defensoria Pública.

Despacho: A. Redistribua estes autos ao MM. Dr. Juiz Substituto, na forma do Provimento nº 4 do E. Conselho da Justiça Federal. Brasília, 12 de outubro de 1967. — Otto Rocha.

Ação de Protesto para Interrupção de Prescrição

Carta Precatória nº 116-G

Autor: Banco do Brasil S.A.

Ré: Jerônimo José da Silva.

Despacho: Redistribua estes autos ao MM. Dr. Juiz Substituto, na forma do Provimento nº 4 do E. Conselho da Justiça Federal. Brasília, 12 de outubro de 1967. — Otto Rocha.

Executivos Fiscais

Nº 88-E

Autora: Fazenda Nacional.

Ré: Drograria e Farmácia São Vicente Ltda.

Despacho: A douta Procuradoria da República. Brasília, 12 de outubro de 1967. — Otto Rocha.

Idêntico despacho foi proferido nos executivos fiscais abaixo:

Nº 60-E

Autora: Fazenda Nacional.

Ré: Distribuidora de Peças Delaine Ltda.

Nº 54-E

Autora: Fazenda Nacional.

Ré: Y.S.A. Saleh Taha (Casa Canal de Suez).

Despacho: Reconsidero o despacho de fls. 9, abrindo-se vista à douta Procuradoria da República. Brasília, 12 de outubro de 1967. — Otto Rocha.

Idêntico despacho foi proferido nos executivos fiscais abaixo:

Nº 40-E

Autora: Fazenda Nacional.

Ré: José Garcia Ribeiro.

Nº 55-E

Autora: Fazenda Nacional.

Ré: Comiq — Comércio e Indústria de Produtos Químicos Ltda.

Nº 56-E

Autora: Fazenda Nacional.

Ré: Lojas Ricco Ltda.

Nº 64-E

Autora: Fazenda Nacional.

Ré: Sotrena Ltda. — Sociedade de Trabalhos de Engenharia Ltda.

Nº 24-E

Autora: Fazenda Nacional.

Ré: J. Evaristo de Paula.

Nº 58-E

Autora: Fazenda Nacional.

Ré: Amantino Pinto.

Nº 30-E

Autora: Fazenda Nacional.

Ré: Antônio Felipe Filho (Churrascaria Alabama).

Nº 41-E

Autora: Fazenda Nacional.

Ré: José Garcia Ribeiro (Merccaria Garcia).

Nº 39-E

Autora: Fazenda Nacional.

Ré: José Garcia Ribeiro.

Nº 35-E

Autora: Fazenda Nacional.

Ré: José Garcia Ribeiro (Merccaria Garcia).

Nº 33-E

Autora: Fazenda Nacional.

Ré: José Garcia Ribeiro (Merccaria Garcia).

Nº 34-E

Autora: Fazenda Nacional.

Ré: J. Assafim (M-4 Peças e Acessórios).

Nº 57-E

Autora: Fazenda Nacional.

Ré: Renato Henrique dos Santos

Nº 82-E

Autora: Fazenda Nacional.

Ré: Mercaria N. S. de Fátima Limitada.

Juizo da 2ª Vara, em 12 de outubro de 1967. — Enodi Rodrigues — Chefe de Secretaria da 2ª Vara.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL

AUDIENCIA DE DISTRIBUIÇÃO

Aos doze dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e sessenta e sete, às 14 horas, na Sala de Sessões do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, o Excelentíssimo Senhor Desembargador José Colombo de Sousa, Vice-Presidente, em conformidade com o § 1º, do art. 1º, do Decreto-lei nº 113, de 25 de janeiro de 1967, procedeu em audiência pública, à Distribuição, às Turmas dos seguintes Processos: à 1ª Turma: Apelação Cível nº 788 — Relator Desembargador Mário Brasil — Recurso Criminal em Sentido Estrito. Nº 75 — Relator: Desembargador Raimundo Macêdo; à 2ª Turma: Apelação Cível nº 787 — Relator: Desembargador Milton Sebastião Barbosa.

Do que, para constar, eu, Raul Mattos Silva, Diretor da Secretaria e Secretário do Tribunal Pleno, lavrei a presente Ata, que vai por mim subscrita e assinada pelo Excelentíssimo Senhor Desembargador Vice-Presidente — Desembargador José Colombo de Sousa, Vice-Presidente.

TRIBUNAL PLENO

TERMO DA 10ª AUDIÊNCIA, EM 12 DE OUTUBRO DE 1967

Presidência do Excelentíssimo Senhor Desembargador Joaquim de Sousa Neto. Escrivão: o Bacharel Raul Mattos Silva, Diretor da Secretaria.

Aos doze dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e sessenta e sete, na Sala de Sessões do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, onde se achava presente o Excelentíssimo Senhor Desembargador Joaquim de Sousa Neto, comigo, Diretor da Secretaria, servindo de Escrivão, que este subscrito, foi, pelo Excelentíssimo Desembargador Presidente, ordenado se abrisse a audiência para publicação de Acórdão, o que foi cumprido pelo Porteiro, Senhor José do Patrocínio Moreira.

I — Aberta a audiência, foram publicados os seguintes acórdãos:

Petição de Habeas Corpus

Nº 734 — Distrito Federal — Impetrante: José Carlos Dias de Castro

Cassio

Doc. 8

6672

B916



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Of. nº 300

Brasília, D. F.

Em 17 de abril de 1962

Do Diretor do Serviço de Proteção aos Índios

Ao Sr. Presidente da Comissão de Concorrência pública
para venda de gado bovino
Assunto: Dá instruções

Senhor Presidente:

Com relação às atribuições de que trata a Portaria nº 45, de 10 de abril atual, vimos oferecer a V. S., instruções do próprio Coronel Diretor, a respeito do resultado da operação, a saber:

a) - o produto da venda, resultante da melhor oferta, será creditado à Diretoria, em todo seu total, deduzidas as despesas decorrentes da operação;

b) - o respectivo depósito deverá ser no Banco do Brasil S/A., sob a conta seguinte:

DEPÓSITOS DE PODERES PÚBLICOS, À VISTA

5 - Diversos

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS - C/DEPÓSITOS DE
RENDAS DO PATRIMÔNIO INDÍGENA - M. A.

c) - dito depósito deverá ser, na ocasião, transferido para Brasília, onde se encontra a Diretoria, dentro da conta especificada, no item anterior.

Certos do êxito absoluto, do que determina a Portaria nº 45, citada, antes, apresentamos a V. S., os protestos de nossa maior consideração.

Atenciosamente

Raunio de Mota Cabral
LOURIVAL DA MOTA CABRAL
Diretor Substituto
Em Exercício

2.º OFÍCIO
Ed. das Pioneiras Sociais
9/5 e 6 - Brasília - D.F.
GOÂNIO BORGES
TEIXEIRA
Tabelião
ALBERTO PEREIRA
DO VALLE
Substituto Interino

CERTIFICO, para os devidos efeitos
que a presente fotocópia é reprodução
fiel do documento que me foi apresen-
tado, (Doc. nº 2.148 de 25 de Abril
de 1946).
Brasília, 30/4/46

WELINGTON DE MOURA BRITO

Preser

Doc. 9

6673
[Signature]



VIA

SERVÍÇO PÚBLICO FEDERAL

EXERCÍCIO de 19 67

GUIA DE RECEITA

N.º

NCr\$ 1.000,00-

Aos cofres da Fazenda Pública

, vai WALTER SAMARI PRADO, Mecânico de Motores à Combustão, nível 12, do Quadro de Pessoal do Ministério da Agricultura, recolher a importância de R\$ 1.000,00 (um mil cruzeiros novos)

proveniente de não aplicação de suprimento recebido de VANI MARIA BARRETO, na época, funcionária do mesmo Ministério, correspondente à verba 3.1.2.0 - Material de Consumo - 12,00 - Sementes e Mudas de Plantas, do exercício de 1965, recebida do Departamento Federal de Compras,

que deverá ser levada a crédito de VANI MARIA BARRETO.

Brasília, em 05 de dezembro de 1967.

Visto

Walter Samari Prado
WALTER SAMARI PRADO
Mecânico de Motores à Combustão, nível 12



Recebi a importância de

, a que se refere a presente guia,

, em de de 19

O Tesoureiro Geral

0

2.º OFÍCIO
Ed. das Primitivas Sociais
S/5 - Brasília - D.F.
JOÃO BORGES
TEIXEIRA
Tabelião
ALBERTO PEREIRA
DO VALLE
Substituto Interino

CERTIFI- O, para os devidos efeitos
que a presente fotocópia é reprodução
fiel do documento que me foi apresen-
tado. (Doc. nº 2.148 de 25 de Abril
de 1940).
Brasília de 1968

WELINGTON DE MOURA NETO

30 4 8

Caso

Doc. 10

6674

[Signature]

D E C L A R A Ç Ã O

Declaro, tendo em vista os assentamentos da Seção de Fiscalização da Divisão do Orçamento do Ministério da Agricultura, que o Sr. WALTER SAMARI PRADO comunicou, por ofício, o encaminhamento à Diretoria da Despesa Pública das prestações de contas relativas a todos os adiantamentos que lhe foram entregues através do Ministério da Agricultura.

DO.- SFO., em 30 / 04 / 68



Osmarina Cordeiro de Miranda

Osmarina Cordeiro de Miranda

C h e f e

3.º OFÍCIO DE NOTAS
Tabelionato DJÊTA MEDEIROS
Reconheço a(s) Firma(s)
Assinaladas.
Bresília, 30 APR 1968
Em testemunho da verdade.

Visti
Alcavouzal
DIRETOR DA - DO

3.º OFÍCIO DE NOTAS
Tabelionato DJÊTA MEDEIROS
Reconheço a(s) Firma(s)
Assinaladas.
Bresília, 30 APR 1968
Em testemunho da verdade.
DORIVAL NOCÉ
TABELIÃO SUBSTITUTO

3.º OFÍCIO DE NOTAS - TAB. DJÊTA MEDEIROS

De acôrdo com o art. 2.º do D. Lei 2.148, de 25/4/1940
autêntico esta cópia, a qual é reprodução fiel do do-
cumento original que me foi exibido para confe-ên-
cia.

E por ser verdade, dou fé, assinando este

Certificado em público e raso.

Brasília, _____ de _____ de 19____
Em testemunho _____ da verdade

DORIVAL NOCE
TABULÃO SUBSTITUTO

Precis

Doc. 11

6675-

[Handwritten initials]

Brasília, D. F.,
12 de dezembro de 1967.

Walter Samari Prado
Ilmo. Sr. Dr. Jader de Figueiredo Correia
DD. Presidente da Comissão de Inquerito do SPI
Comunicação (faz)

Walter Samari Prado, Mecânico de Motores a Combustão, do SPI, do Ministério da Agricultura, na época, comunica a V. Sa. que nesta data deu entrada no Egrégio Tribunal de Contas da União, da comprovação das contas da importância de R\$30.000.000 (trinta milhões de cruzeiros), em 4as. vias, de que foi suprido por Luiz de Franca Pereira de Araújo, Contador TC-302-22, do SPI,, da verba 3.1.4.0 - Encargos Diversos, 10.00 - Assistência Social (Assistência ao Índio), do exercício de 1965, referente ao processo TC-13.232/67.

Quanto ao suprimento restante, no valor de R\$15.000.000 (quinze milhões de cruzeiros), vem tomando todo empenho para proceder da mesma forma, visto que já solicitou, oficialmente, à Quinta Inspeção Regional, por telegrama urgente, remessa das respectivas 4as. vias, e hoje, requereu ao Sr. Diretor do SPI., a fineza de providências a respeito, junto àquela instância administrativa.

Serve-se desta oportunidade, para apresentar a V. Sa., protestos de consideração.

[Handwritten signature: Walter Samari Prado]

WALTER SAMARI PRADO

Recebido e impinto
em 12/12/67
[Handwritten signature]

2.º OFÍCIO
Ed. das Pioneiras Sociais
0/5 e 6 - Brasília - D.F.
GOVÂNIO BORGES
TEIXEIRA
Tabelião
ALBERTO PEREIRA
DO VALLE
Substituto Interino

CERTIFICO, para os devidos efeitos
que a presente fotocópia é reprodução
fiel do documento que me foi apresen-
tado (Dec. Lei 2.148 de 18 de Abril
de 1940) de _____
Brasília de _____

WELINGTON DE MOURA BRITO

Recebe

Doc. 12

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

6676
BK

Brasília, D. F.,

06 de dezembro de 1967.

Walter Samari Prado

Sr. DR Jader de Figueiredo Correia,

DD. Presidente da Comissão de Inquérito do SPI.

Comunicação (faz)

Com o presente, venho comunicar a V. Sa., que, em data de ontem, fiz o competente recolhimento ao Tesouro Nacional, através de guia própria, da importância de R\$1.000,00 (um mil cruzeiros novos), correspondente ao suprimento recebido no exercício de 1965, não aplicado, conforme depoimento prestado a essa Comissão de Inquérito.

Aproveito-me desta oportunidade, para apresentar a V. Sa., protestos de alta consideração.

Walter Samari Prado

WALTER SAMARI PRADO

*Recebe
em 12/12/67
M. S. Prado*

2.º OFÍCIO
Ed. das Pioneiras Sociais
S/5 e 6 - Brasília - D.F.
GOVÂNIO BORGES
TEIXEIRA
Tabelião
ALBERTO PEREIRA
DO VALLE
Substituto Interino

CERTIFIQUE-O, para os devidos efeitos
que a presente fotocópia é reprodução
fidel do documento que me foi apresen-
tado. (Dec. Lei 2.148, de 25 de Abril
de 1940).
Brasília, 20 de 4 de 1968

WELINGTON DE MOURA BRITO

Presado

Doc. 13

6677

BPA

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Ofício s/nº

Brasília, D. F.,
4 de janeiro de 1968.

Walter Samari Prado

Ilustríssimo Senhor Doutor Jader de Figueiredo Correia
Digníssimo Presidente da Comissão de Inquérito do SPI
: Comunicação (faz)

Senhor Presidente:

De conformidade com o que consta de meu ofício s/nº, datado de 1º de dezembro último, tenho a grande satisfação de comunicar a Vossa Senhoria, que, em data de 29/12/67, dei entrada no Colendo Tribunal de Contas da União, de minha prestação de contas, referente à aplicação da importância de R\$15.000.000 (quinze milhões de cruzeiros), do suprimento recebido de Luiz de França Pereira de Araújo, Contador, nível 22, na época, do Serviço de Proteção aos Índios.

Acha por bem realçar, que ditas contas foram calcadas em fotocópias autenticadas, das 4as. vias da prestação de contas original, vez que a mesma se encontrava em andamento na sede do SPI., quando ocorreu o incêndio do dia 16 de junho último.

Prevaleço-me desta oportunidade, para apresentar a Vossa Senhoria, protestos do mais alto aprêço.

Walter Samari Prado
WALTER SAMARI PRADO

*Recebido
original em
5/01/68
[assinatura]*

2.º OFÍCIO
Ed. das Pioneiras Sociais
S/5 e 6 - Brasília - D.F.
GOIÂNIO BORGES
TEIXEIRA
Tabelião
ALBERTO PEREIRA
DO VALLE
Substituto Interino

CERTIFICO, para os devidos efeitos
que a presente fotocópia é reprodução
fiel do documento que me foi apresen-
tado. (Dec. Lei 2.148, de 25 de Abril
de 1940). 30 de 4 de 1987

WELINGTON DE MOURA BRITO

Doc. 14
Ministério da Agricultura
Serviço de Proteção aos Índios
2ª Inspetoria Regional do Pará

6678
B96
29

Ilmo. Snr.

Chefe da 2ª Inspetoria Regional do S.P.I.
Belém-Pará

Em cumprimento às instruções emanadas do Snr. Diretor Cel. deste Serviço, e conhecimento desta I.R., segui no dia 29 de julho passado à cidade de Oiapoque, com destino ao Posto Indígena UAÇÁ, aí chegando em 1º de Agosto. Viajou em minha companhia o Auxiliar de Inspetor Sr. JOÃO FERNANDES MOREIRA, que, por Ordem de Serviço do referido Diretor, assumira as funções de Encarregado da aquele Posto.

Ali chegando, procurei inteirar-me dos fatos graves que se diziam existir naquele Posto e bem assim, indagando da situação geral do mesmo.

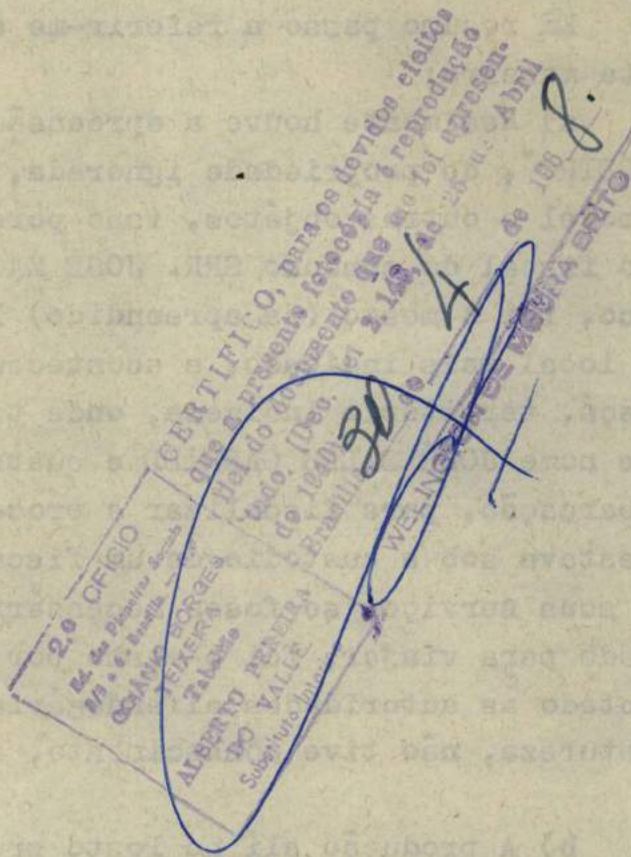
Em resumo passo a referir-me a cada fato que ali me levou, desta maneira:

a) Realmente houve a apreensão de um barco denominado "O MENSAGEIRO", de propriedade ignorada, que trazia um contrabando de automovel e outros objetos, isso porém deu-se na baía do Oiapoque, pelo fiscal do consumo SNR. JOSÉ MACEDO. Não podendo ali aportar o barco, foi o mesmo (já apreendido) levado por aquela autoridade para local mais indicado, e aconteceu ser o mesmo barco - aportado no Uaçá, território indígena, onde também se encontravam um sargento de nome JOSÉ SALLES GABRIEL e quatro praças que se aproximaram da embarcação, para fiscalizar a procedência, porém, sabedores de que estava sob a custódia de um fiscal do consumo, apenas ofereceram os seus serviços se fosse necessário. Concertado o barco, e aparelhado para viajar, foi o mesmo por aquela autoridade - fiscal apresentado às autoridades alfandegárias. Quanto a outros fatos dessa natureza, não tive conhecimento, apesar das indagações feitas.

b) A produção ali no Posto pronta para vender, foi encontrada por mim, o constante de 118 peles de jacaré no valor aproximado de Cr\$ 25.000,00 vinte e cinco mil cruzeiros, 22 milheiros de tijolos e 2 milheiros de telhas, também prontas para negócio com valor total de Cr\$ 75.000,00 setenta e cinco mil cruzeiros.

Além disso constatee algumas mercadorias ali no almoxarifado destinadas ao consumo dos trabalhadores do mesmo Posto.

c) Pude também averiguar fora do Posto e nêle o - bom conceito quasi excepcional que goza o DJALMA LIMEIRA SFAIR, muito estimado de todas altas autoridades, como o Snr. Prefeito do Oiapoque ROQUE PENAFORT o SNR. COMANDANTE DO BATALHÃO CAPITÃO HELCIO DA CUNHA TELES DE MENDONÇA, o medico do batalhão DR. JOSÉ SE -



RUR, etc.

Afora essas ocorrências que constituíram o movel de minha ida aquele Posto, conheci também a situação geral em - que se encontram os grupos indigenas ali vivendo.

12) No rio Uaçá encontrei os Galibis em numero - de 404 almas, apresentando bom estado de saude e regularmente as sistidos.

22) No rio Curipí, está a tribo dos CARIPUNAS, em número de 403 pessoas, e regularmente assistidos.

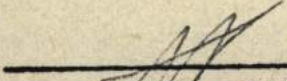
32) No rio Urucaia, está a tribo dos PALIKURAS , com 361 almas, mas menos assistidos, urge ali a criação de uma - escola para as cem (100) crianças em idade escolar que ví sem es cola, enquanto via em cada os outros dois grupos anteriores esco las respectivas.

42) O Posto Luiz Horta acima da cidade de Cleve lândia , está em completo abandono, exigindo uma providência ime diata de recuperação e assistência aqueles grupos de indios, cons tituidos de GALIBIS, OIAMPIN e EMERENHÔES. Sugiro aqui, como pro vidência imediata e eficiente o que tratei pessoalmente com o - Cnte. do batalhão Cap. HELCIO DA CUNHA TELES DE MENCONÇA que, - que em entendimento com a Diretoria do S.P.I., poderia também - prestar uma colaboração, olhando aqueles indios e policiando o - patrimônio e seus produtos indigenas, para isso bastaria uma so licitação ao Snr. DIRETOR do S.P.I. ao Snr. Comandante da 8ª R.M

52) Outrossim sugiro ainda que a Chefia do S.P.I. se dirija às autoridades federais do Território do Amapá, apelan do que colaborem com o S.P.I. junto ao comércio local, para evi tar a venda de bebidas aos indigenas daquela região.

Desincumbindo-me assim desta missão, deixo aqui, os meus sinceros agradecimentos as autoridades do Território do Amapá que prestaram bondosamente o seu concurso e aos colegas - também do S.P.I. que me esclareceram varios pontos escuros com - os seus lucidos conhecimentos.

Belém, 16 de Agosto de 1957


WALTER SAMARI PRADO
TÉCNICO DO S.P.I.

ZR.

2.º OFÍCIO
24 de Junho de 1944
GOV. GERAL
TEIXEIRA
Tribuna
AGUATO PEREIRA
Substituto Interino

CERTIFICADO
que a presente fotocópia é reprodução
fidel do documento original
de 1944
de 2.º de Junho de 1944
de 2.º de Junho de 1944

WELLINGTON DAMOURA BRITO

2.º OFÍCIO
da da Pionaria Social
9/5 e 6 - Brasília - D.F.
GILBERTO BORGES
TEIXEIRA
Tabelião
ALBERTO PEREIRA
DO VALLE
Substituto

CERTIFICADO
que a presente fotocópia é reprodu-
ção fiel do documento que me foi apresen-
tado, (Dec. 19
de 1940)
Brasília, 2.143, de 20 de 1961

WELTON DE OLIVEIRA BRITO

6681
B95

Doc. 15

ORDEN DE SERVIÇO INTERNA Nº 3

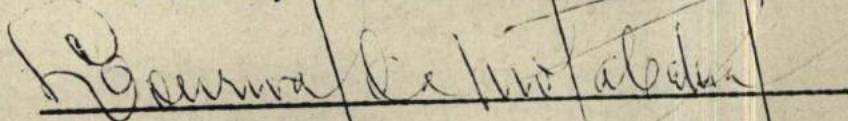
O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E designar o Sr. WALTER SAMARI PRADO, Mecânico de Motores a Combustão, nível 12, do Quadro de Pessoal - Parte Permanente deste Ministério, matrícula nº 1.980.824, para seguir com destino aos Postos Indígenas Engenheiro Mariano e Kiriri, a fim de verificar, "in-loco", a situação dos mesmos, tendo em vista o S.P.I. nº 5 268/61, sugerindo providências, em relatório, e, no Posto Indígena Kiriri, VERIFICAR:

- a) - o número de olarias existentes; o tempo em que estão instaladas, por ordem de quem e quais os proprietários;
- b) - as invasões de terras e quais os invasores;
- c) - o comportamento do Encarregado do Posto;
- d) - a situação de calamidade em que se encontram os índios, provocada pelo flagelo da seca, bem como suas roças danificadas pela mesma;
- e) - a avaliação do volume das possíveis colheitas;
- f) - se há terras arrendadas e, se fôr o caso, a quem, e em que condições;
- g) - a situação do material distribuído, a conservação e fazer o respectivo arrolamento.

Dê-se ciência e cumpra-se.

Brasília, em 17 de janeiro de 1962



Lourival da Mota Cabral

Diretor Substº



396

Ilmo. Snr. Diretor do Serviço de Proteção aos Índios.

Designado por ORDEM DE SERVIÇO nº 3, de 17 de janeiro último, dessa Diretoria, para inspecionar os Postos Indígenas "Engenheiro" "Mariano" e "Kirirí"; o primeiro em Minas Gerais, e o segundo, no Estado da Bahia, demos cumprimento à mesma, seguindo logo, no dia 23 do mesmo mês, em avião da REAL até TEÓFILO OTONI, e daí em diante de rodovia e animal, até o Posto "Engenheiro Mariano", início de nossos trabalhos.

I - Posto "ENGENHEIRO MARIANO"

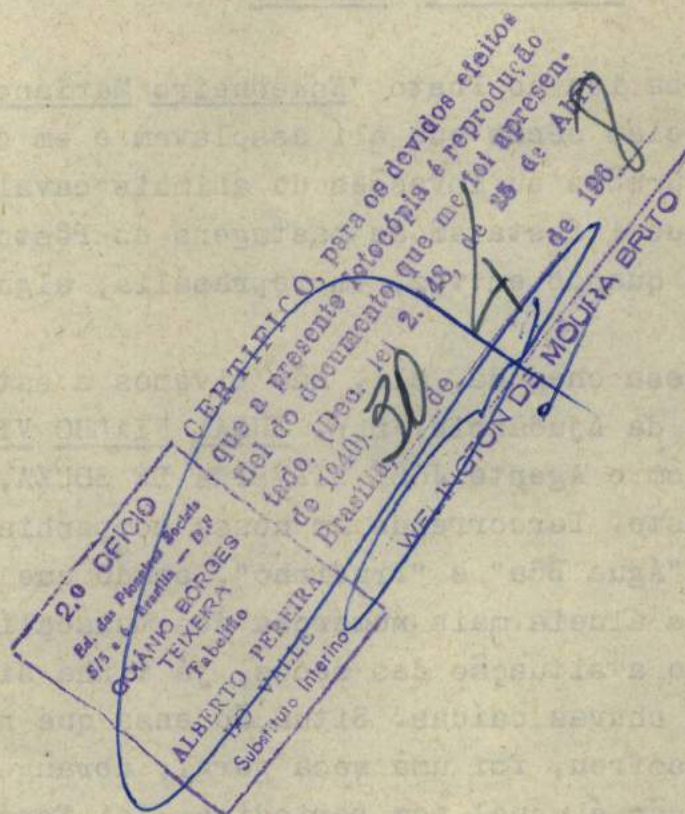
A nossa ida ao Posto "Engenheiro Mariano", foi motivada sobretudo pelas secas que ali assolavam e em consequência delas as incursões ou invasões de animais cavalares e vacas da vizinhança, que infestavam as pastagens do Posto, onde os índios abatiam de quando em vez, em represália, algumas rézeas.

Na nossa chegada, ali, não tivemos a satisfação de encontrar o Chefe da Ajudância, Snr. TUBAL FIALHO VIANA, entendemo-nos porém, com o Agente JOSÉ SILVEIRA DE SOUZA, encarregado do aludido Posto. Percorrendo em nossa companhia as Reservas Indígenas de "Água Boa" e "Pradinho", sendo que nessa última está situada a aldeia mais numerosa dos Maxacalis.

Quanto a situação das secas, já tinha sido modificada pelas últimas chuvas caídas. Situação essa que não foi somente o Posto que sofreu, foi uma seca geral, abrangendo toda aquela região, e não é usual nem periódica, foi fenómeno excepcional neste ano.

Entre as sugestões que temos a apresentar a essa Diretoria, para melhorar a situação do Posto "Engenheiro Mariano" e trazerem o bem estar à família indígena indicamos:

a) - Ultimear a legalização do expediente originado da medição e demarcação daquelas ricas e cobigadas Reservas / que devido á falta de qualquer providência para a conclusão da





extração de Titulos daquelas areas, poderão elas ser invadidas a qualquer dia pelos aventureiros e forasteiros que as rodeiam;

b) - Construção de valas e cêrcas de arame farpado, sobretudo de valas por serem mais barato, nas areas cultivadas da Aldeia do Pradinho, protegendo principalmente as roças dos índios;

c) - Construção e financiamento imediato de uma Escola para as crianças em número aproximado de 50, na Aldeia do Pradinho; sugerindo ainda como medida de urgência, que o Auxiliar de Ensino na nova Escola, seja pago pela verba contra recibo, consignada no presente Orçamento para o S.P.I. ;

d) - Providências para que sejam retiradas da area indigena os ocupantes constantes da Relação anexo (1) ;

e) - Estimamos a produção agrícola do Posto para a presente safra somente em Arroz, produção aproximadamente de 600 alqueires (o alqueire regional ali tem 100 litros). Essa nossa estimativa se baseia sobretudo pelas informações de agricultores locais.

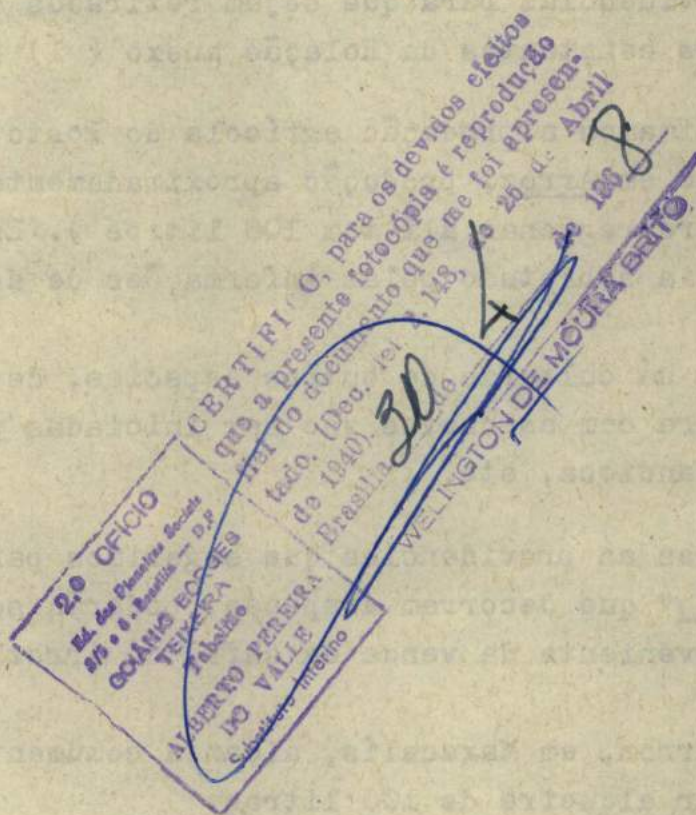
Não há culturas de outras especies, devido à seca que houve, mas agora com as chuvas vão ser iniciadas plantações/ de cana, feijão, mandioca, etc. ;

f) - Todas as providencias que sugerimos para o Posto "Engenheiro Mariano" que decorram despesas, poderão ser atendidas pela renda proveniente da venda da safra do Arroz, no presente ano.

O Arroz, em Maxacalis, alcança comumente o preço de Cr\$ 2.000,00 por alqueire de 100 litros.

Snr. Diretor: Pelo recorte anexo (2), averiguamos que corre os tramites da Casa do Congresso, o projeto nº1953, de um crédito especial no valor de Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros), de autoria do Deputado ABEL RAFAEL, a favor do Posto "Engenheiro Mariano".

Pedimos permissão para sugerir também que a Dire-





MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

toria do S.P.I., procurasse localizar o aludido projeto naquela Casa, e se interessasse pela sua imediata aprovação, para com a-
quêle crédito pudesse realizar logo os trabalhos programados na
sua justificação para com elas poder o Posto "Engenheiro Mariano,"
alcançar o desenvolvimento economico que todos desejamos.

II - Posto Indigena "KIRIRÍ"

Em 16 de fevereiro último, partimos nova -
mente de Brasília, em avião da REAL, para dar cumprimento à se -
gunda parte da ORDEM DE SERVIÇO, já referida. - Aterrisamos em
Paulo Afonso (BAHIA) no mesmo dia. Dois dias depois obdecendo a
horário de onibus, partimos para Ribeira de Pombal (Bahia) onde
chegamos no dia seguinte, e dessa localidade seguimos no mesmo
dia de nossa chegada para o Posto Indigena "Kirirí" ____ Vila de
Mirandela, do Município de Ribeira de Pombal. No Kirirí, convém
esclarecer que o S.P.I., tem dupla atribuição : - administrar a-
quêle Posto e assistir também os índios CAIMBÉS da Aldeia de Mas
sacará, distante do Posto Kirirí" 7 " léguas.

Falemos primeiramente, sôbre a situação do Pos-
to Indigena "Kirirí"

Cingindo-nos tanto quanto possível aos quesitos
da Ordem Serviço nº 3, informamos:

a) - O número de Olarias, o tempo de existencia de-
las, e nomes de seus proprietários, constam da Relação (anexo3);

b) - As terras do Kirirí, estão todas elas invadi-
das ou ocupadas, existindo até Vilas nas mesmas. No entanto, a-
chamos alvitrio relacionando os nomes dos invasores mais recentes/
protegidos de autoridades locais (anexo 4) ;

c) - Dirigir um Posto nas condições em que um pobre
trabalhador Nível 1, dirige, procurando esforçadamente dirigir ,
com inteligência, dedicação e energia, em ambiente tão hostil ao
índio, ~~quasi~~ ^{quasi} sem nenhum recurso ou nenhum até agora, por parte/
do S.P.I., é obra de herói ou de santo. É o que com justiça pode-
mos dizer do Snr. JOÃO OLAVO DE SOUZA.

d) - É uma das regiões mais flageladas do Polígono/
das Secas; basta dizer que as últimas chuvas que caíram alí, fo-

2.º OFÍCIO
 Ed. das Pioneiras Sociais
 S/5 e 6, Brasília - D.F.
 GOIANO RODRIGUES
 Tabalho
 ALBERTO PEREIRA
 ILO VALLE
 Substituto Interno

CERTIFIQUEI, O, para os devidos efeitos
 que a presente fotocópia é reprodução
 fiel do documento que me foi apresentado
 em 2.1.49, de 25 de Abril
 de 1940.
 WILSON DE NOVA BRITO



ram em Agosto de 1960 !...

E o mais doloroso, é o ouvirmos de velhos moradores afirmarem de que nos céus não há nenhum indicio de chuva ... parecendo assim que a calamidade se prolongará mais;

e) - Completamente nula, no momento, em face do exposto na alínea d ;

f) - Verificamos que não há nenhum arrendamento autorizado nem por funcionários do S.P.I., nem por qualquer outra autoridade. Apenas os comerciantes estabelecidos, em diversos ramos, pagam impostos devidos à Prefeitura ;

g) - Só foi distribuído aos índios desse Posto, material de consumo, isso porém há dois anos seguramente; consequentemente só pudemos observar a conservação e fazer arrolamento do constante do á anexo 5).

III - ALDEIA DE MASSACARÁ
(Índios Caimbés)
Município "Euclides da Cunha"

a) - não há olarias;

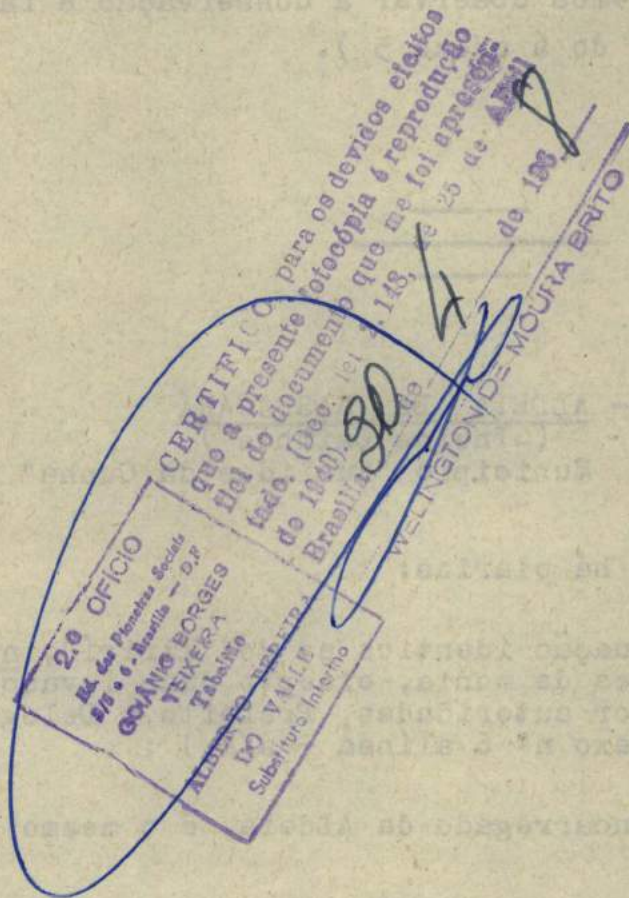
b) - Situação idêntica as do "Kirirí", não havendo no entanto invasores de monta, excepto duas invasões por violência praticada por autoridades, Prefeito e Delegado de Polícia, conforme (anexo nº 6 alínea - a/h) ;

c) - O encarregado da Aldeia, é o mesmo do Posto Indígena "Kirirí" ;

d) - a situação de calamidade é a mesma da do "Kirirí" ;

e) - idêntica a do "Kirirí" ;

f) - igual situação em que se encontra as terras do Posto " Kirirí " ;





g) - Situação inferior a do " Kirirí " conforme (anexo nº 5).

Sugestões Gerais

1ª) - Compra de arados para preparação de terrenos para lavoura e pastos ;

2ª) - Uma Escola para Aldeia de Massaracá, com Auxiliar de Ensino pago pela verba contra recibo. Já existe ali o prédio próprio para funcionar a Escola; o mobiliário será cedido / pelo Pe. RENATO GALVÃO, da Paroquia Cicero Dantas, necessitando apenas ligeiros reparos;

3ª) - Aquisição de 50 rolos de arame, com respectivo / grampo, para cercar benfeitorias do Posto " Kirirí " e roças dos índios ;

4ª) - Construção de um tanque na Aldeia " Kirirí ", para conservar água de uma única mina ali existente, e abastecer / a comunidade indígena e seus animais. Obra orçada em Cr\$...... 30.000,00 ;

5ª) - Uma casa de farinha para cada Aldeia, aproximadamente Cr\$ 120.000,00 ;

6ª) - Aquisição de 1 (um) carro de boi para cada Aldeia, com animais de serviço - Cada conjunto pelo preço de Cr\$... 70.000,00 ambos Cr\$ 140.000,00 ;

7ª) - Obter do Serviço Florestal para que seja destacado um guarda, com atribuições de defesa em toda a região onde / estão as Reservas Indígenas ;

8ª) - Contratar dois (2) trabalhadores, um para cada Aldeia, recebendo pela verba contra recibo ;

2.0 (P) 10
B. das Pioneiras Sociais
3/5 e 6 - Brasília - D.F.
GOV. ALBERTO PEREIRA
TEIXEIRA
Tabuleiro
ALBERTO PEREIRA
M. VALER
Substituto Inteiro
que a presente fotocópia é reprodução
fidel do documento que me foi apresen-
tado (Dec. de 1940).
Brasília, de 2.148, de 28 de Abril
WELINGTON DE MOURA BRITO



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS

9a) - Obter do Sr, Governador da Bahia, por intermédio da Secretaria de Segurança, que seja afastados das localidades/ de Mirandela (Município de Ribeira de Pombal) e de Massaracá/ (Município de Euclides da Cunha) as autoridades policiais agora ali em exercício e que favorecem escandalosamente a politica dos inimigos dos indios que as vèzes são até espancados por êles, e atritando-se com os zelosos funcionários do S.P.I., que ali trabalham ;

10a) - Que o S.P.I., por meio de offício, ou entendimento pessoal, promova junto à SUDENE um expediente afim de que se ja designado um Técnico Especializado, para ir áquelas Aldeias, afim de estudar a possibilidade da SUDENE assentar ali, em cada ALDEIA, um POÇO ARTESIANO acionado a motor ou cata-vento ;

11a) - Reforma da Sede do Posto " Kirirí ", Aldeia de Mirandela, que se encontra em precário estado de condições, e construção de um sanitário, obra esta, orçada em Cr\$ 60.000,00.

RECURSOS PARA ATENDEREM AS DESPESAS DE PROVIDÊNCIAS
SUGERIDAS PARA O POSTO INDIGENA " KIRIRÍ " E A AL -
DEIA MASSACARÁ.

Snr. Diretor: Sabemos que para o Orçamen to Vigente (1962) consignada ao Serviço de Proteção aos Indios, há :

RUBRICA DA DESPESAS

1.6.17- SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

1) ASSISTENCIA AOS INDIOS DECRE-

TO Nº 9.214 DE 15/12/1911, LEI

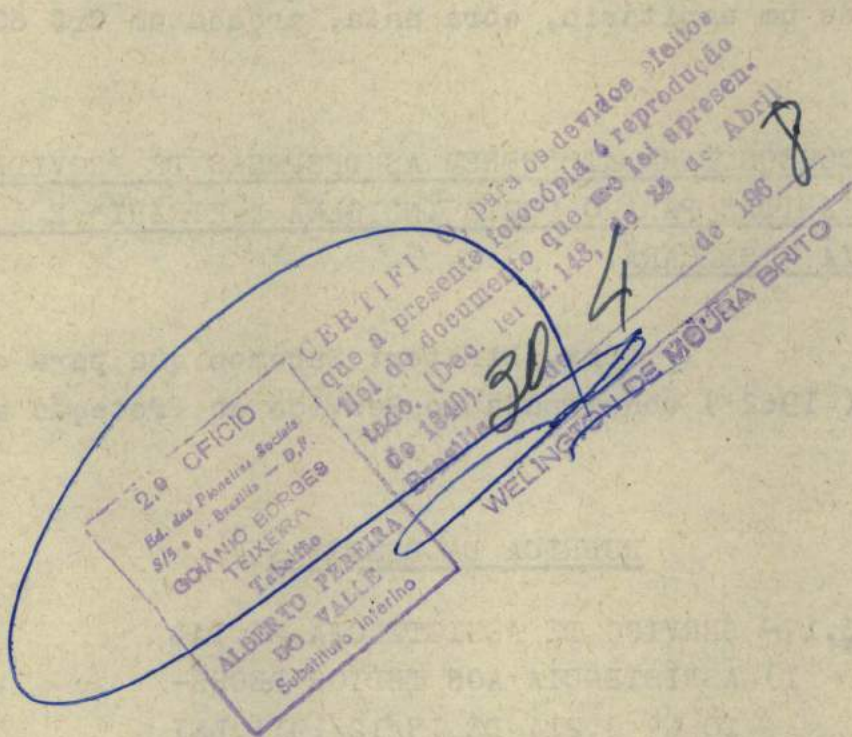
NÚMERO 5.484, DE 27/7/28 E DE

CRETO Nº 736 DE 6/4/36, ART, 89 - Cr\$ 35.000.000,00

SENDO CR\$ 3.000.000,00, PARA

ATENDER O ESTADO DA BAHIA....

Solicitamos portanto de V.S., que se digne or denar que seja destacada quantia suficiente naquela DOTAÇÃO ESPECÍFICA, para cobrir as despesas mais necessárias que indica mos e outras mais que esta Diretoria achar conveniente e que es tão exigindo "Kirirí" e "Caimbés", conforme se vêem no presente RELATÓRIO;





MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

CONCLUSÃO FINAL

Não pederíamos encerrar as páginas dêste nosso RELATÓRIO, depois da inspeção que fizemos às ALDEIAS de " MIRANDELA" e " MASSACARÁ" , no Estado da Bahia, respectivamente dos índios "Kirirí" e "Caimbés", sem salientar o problema mais SÉRIO e VITAL, de sobrevivência para aquêles pobres índios, qual seja a solução definitiva da legitimação das terras que possuem desde tempos imemoriáveis, por doação que lhe fez a COROA PORTUGUESA, (anexo 7 alínea a/h) de cujas terras vêm sendo pouco a pouco esbulhados, por anos afora, sem até agora terem a fortuna de um desfecho vitorioso, conforme tiveram seus irmãos FULNI-OS (Á - GUAS BELAS) e PANCARÚS (TACARATÚ) BOLETIM INTERNO nº 41 do S. P.I., página 3 a 8 em PERNAMBUCO, e CADIUEOS, em Mato Grosso , DIÁRIO DE JUSTIÇA de 12/10/61, páginas 2.239 - Recurso Extraordinário nº 44.585.

Esperamos contudo que a ação demarcatoria, ultimamente cogitada na COMARCA DE EUCLIDES DA CUNHA, a favor dos Índios CAIMBÉS e posteriormente outra ação a favor também dos KIRIRÍS nas terras de MIRANDELA, se tornem realidade, e pela ação inteligente e dedicada do seu patrono Sr. Dr. ÁLVARO FERREIRA DOS SANTOS, sempre e sempre fortalecida pelos estímulos e esforços/ do Sr. Pe. RENATO GALVÃO e pelo zelo funcional do Sr. João Olavo de Souza - reintegre por sentença honrrada e justa do Sr. Dr. JUIZ DE DIREITO daquela COMARCA aquêles Índios gozo pleno de domínio sobre as terras que, por vários títulos, lhes pertencem , há séculos.

Brasília, 15 de março de 1962

WALTER SAMARI PRADO

Téc. de Mot. a Comb. nível 12

2.º OFÍCIO
Ed. da Pioneira Secada
875 e 8. Brasília — D.F.
OSÁRIO BORGES
Tabelião

ALBERTO TEIXEIRA
DO VALLE
Substituto Interino

CERTIFICO, para os devidos efeitos
que a presente fotocópia é reprodução
fidel do documento que me foi apresentado
todo, (Doc. 2.148 de 25 de Abril
de 1948).

30 4

WELINGTON DE MOURA BRITO

Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da Comarca de Euclides da Cunha-BAHIA

CONTESTAÇÃO

Contestando a ação proposta por Aprigio José de Souza e sua mulher D. Carolina Francisca de Souza, por esta e na melhor forma de direito diz José Vítor Felício, índio de 3ª categoria, brasileiro, lavrador, casado religiosamente, nascido e domiciliado, em MASSACARÁ, Desta COMARCA em pleno gozo de seus direitos de membro da TRIBO CAIMBÉ, nos termos do Art. 2º decreto No. 5434, de 27 de junho de 1928, matriculado e reconhecido pelo recenseamento do S. P. I., Ministério da Agricultura, por seu advogado nomeado na forma da portaria anexa (doc. No. 1).

E.S.N.

PRELIMINARMENTE

Provará, como se vê da inicial, que nula, injusta e sem fundamentos jurídicos, ab initio, é a presente ação porquanto as terras de MASSACARÁ e adjacências são patrimônio indígena, portanto bens imoveis da União que não podem ser usucapiaveis (Art. 200 decreto lei No. 9.960 de 5/9/46) a ação é improcedente.

Vencida, porém que seja a preliminar.

2-

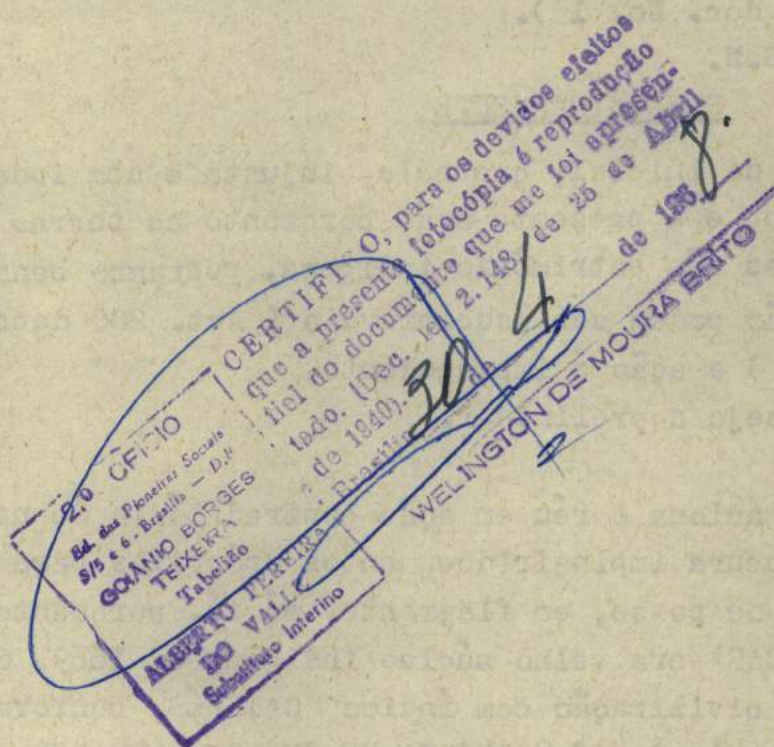
Provará que o autor aciona o réu em ação contraditória de usucapião e ao mesmo tempo procura impingir documentos apócrifos para abtenção de reintegração de posse, em flagrante, má fé. porquanto é fato histórico que MASSACARA era velho núcleo indígena em 1669, data do primeiro contato de civilização com índios CAIMBÉS, conforme farta documentação da Historia da COMPANHIA DE JESUS no BRASIL Vol. V, / fls 284, ed. oficial do então Ministério da Educação e Saúde -1945;

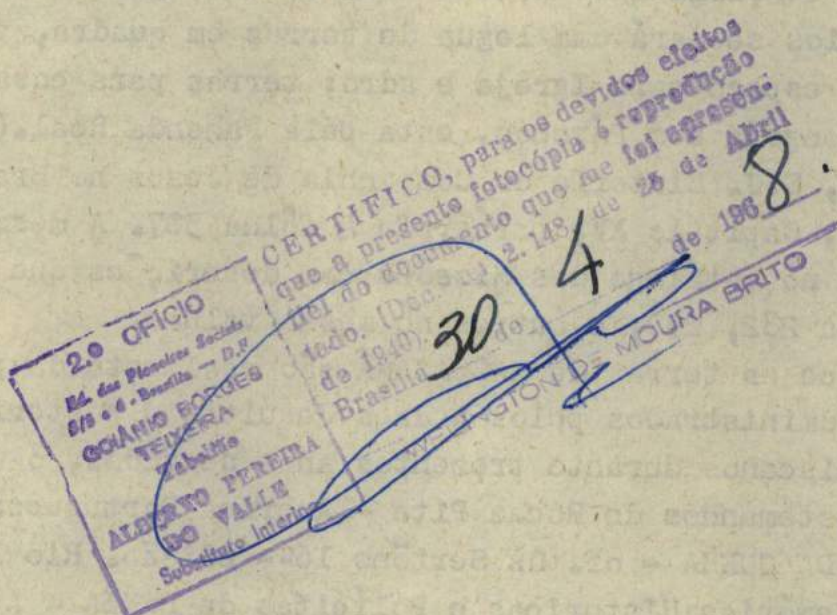
3-

Provará o suposto réu que ocupa a área em litígio como descendente, direto dos verdadeiros e únicos donos das referidas terras, tendo, nascido na mesma gleba, contando atualmente sessenta anos de idade, é apenas usufrutuário conforme o documento público e historico que, data vênis, transcreve:

TRANSCRIÇÃO

A 23 de novembro de 1700 passou El-Rei um Alvará, em forma de lei, em que diz "que por ser justo se dê toda a providência necessária à sustenção para índios e Missionários, que assistem nos dilatados sertões deste Estado do BRASIL que se tem passado repetidas ordens, e





2.0 (F. 10-77) (RTTIF) O. para os devidos efeitos
 Ed. das Pioneiras Sociais
 S/5 e 6 - Brasília - D.F.
 GOV. AMO BORGES
 TEIXEIRA
 Tabelião
 ALBERTO PEREIRA
 DO VALLE
 Tabelião Interno

que a presente fotocópia é reprodução
 fiel do documento que me foi apresen-
 tado. (Deo. 10.2.148, de 25 de Abril
 de 1940).
 Brasília de 1964

30 4

WESLEY DE MOURA BRITO

se não executam por repugnância dos donatários e sesmeiros, que / possam as terras ditas dos mesmos sertões, hei por bem e mando // que cada missão se dê uma légua de terra em quadra para sustenta- ção dos índios e Missionários". Determina El-Rei que cada aldeia, tenha ao menos cem casais. Aumento a população se poderiam consti- tuir novas aldeias de cem casais, e sempre a cada uma se dará a légua de terra.

As Aldeias se situariam onde os quisessem, ouvida a junta das Mis- sões e não a arbítrio dos donatários e sesmeiros. E tem cada clay- sula importante: "advertindo-se que para cada aldeia e não os Mis- sionários, mando dar estas terras, porque pertencem aos índios e porque tendo-as os índios, as ficam logrando os Missionários no que lhes for necessário para ajudar o seu sustento e para o orfã- to e custeio das Igrejas". Clausula importante, porque dá a posse aos índios, mas o usufruto "no que for necessário" ao Missionário e a Igreja. Resposta antecipada aos Missionários de 1759 que ta- charam de abuso o que era determinação legal, régia. Nestas rei- vindicações a favor dos índios e das Missões, interveio também o prelado para criação de freguesias que se impunham, nêsses vastos territórios, E resultou dêste movimento a lei de 4 de junho de... 1703, que confirma a de 1700 e cria adros e possais: a cada Alde- ia de índios se dará uma legua de terras em quadra, para seus man- timentos, espaço para Igreja e adro; terras para casa e passal do Pároco; congrua aos Párocos, esta pela Fazenda Real. (vide Sera- fim Leite, S.J. Historia da Companhia de Jesus no Brasil - Tomo V Livro I, Capitulo XV, parágrafo 4 fôlha 307. A mesma obra põe MASSACARÁ no catálogo das Missões com descrições que se encontram às páginas 282, 290, e outras no mesmo volume.

- (4) Provará que as terras de MASSACARÁ são realmente do patrimônio in- digena, administrados pelos padres Jesuitas e posteriormente pe- los Franciscanos durante trezentos anos seguidos, o que confirma com os testemunhos de Rocha Pita - América Portuguesa - 280-284 - EUCLIDES DA CUNHA - of. Os Sertões 16ª - edição. Rio 1943 fls 92, 95 e 103 - Memórias Historicas e Políticas da BAHIA - Acioly e Brás do Amaral - Ed. do Arquivo Público - Vol. V fls 365 - Historia da Casa da Torre - Pedro Calmon.
- (5) Provará que as terras de MASSACARÁ são demarcadas por alvarás re- gios com marcos conhecidos desde os tempos imemoriáveis, digo des- de os tempos imemorias com balizas em várias direções a saber: nor- te, marco de pedra no Oitero da Vigia e Jatobá do Papagaio; ao les- te pela Pedra do Bode e ao sul pela Serra do Cipó, dois marcos pe-

lo oeste pelos terrenos da Ilha; marcos tão conhecidos que em 21/ de novembro de 1817, o decreto imperial de criação e reção da freguesia de N.S. do Bom-Conselho dos Montes do Boqueirão, documento isto é da Igreja unida ao Estado, são referidos como ponto de limites com a freguesia de Monte Santo Textualmente: "Pela parte de MASSACARÁ". Vide Memórias Historicas e Politicas da BAHIA - Acioly e Brás do Amaral - Vol Vfls 369 - Ed. da Imprensa Oficial do Estado da BAHIA.

- (6) Provará que as antigas Missões Jesuitas, com o decreto de Pombal, incorporados ao Estado, mediante confisco surgindo mais tarde a criação de Serviço de Proteção aos Índios (S.P.I.), graças ao Inculto Gal. Candido Mariano Rondon, o que não é lícito e ignorado por qualquer brasileiro semi-alfabetizado como órgão específico / que teve sua origem no decreto 8.072 de 20 de junho de 1910 sob a tutela de exército, mais tarde ligado ao Ministério da Justiça e ora como um departamento do Ministério da Agricultura. O autor da inicial, traído pelo sub-consciente, reconhece as terras como do Patrimônio Indígena quando em linguagem pejorativa e altamente desrespeitada a um órgão federal dos mais patrióticos na vida da Nação, diz na sua petição: Conta aos requerentes que tal absurdo está sendo acorbertado por um grupo (sic) que se diz pertencer ao / Serviço de Proteção aos Índios numa Aldeia de certo tempo para cá descoberta em MASSACARÁ entre a população indígena do Brasil. O Autor da inicial foi infeliz, infelizmente, digo infelicíssimo, na confissão de sua fé em negar a origem (quando é por meio) histórica dos índios de MASSACARÁ ou desconhecer a existencia do S.P.I. quando é por demais sabido que o tempo e a boa fé são, fatores indispensáveis na jurisprudência do Usucapião:

- (7) Provará que sendo índio matriculado no Ministerio/ da Agricultura, José Vitor Felício, No. 193, vivendo em terras do patrimônio indígena, terra da União, com a prerrogativa de parque nacional e reserva da Nação garantida pelo prescrito no texto constitucional: será respeitada aos selvícolas a posse das terras onde se acham permanentemente localizados, com condição de não a transferirem (Art. 219), reuquer pois mandato de segurança nos / termos do Art. 141, paragrafo 24, medida que tem sua jurisprudência firmada pelos Tribunais em todos os casos de terras de índios nomeadamente as cortes de apelações de Paraná, Pará, Goiás e Mato Grosso. Vide Boletim de dezembro de 1959 - S.P.I. N. 35 fls. 16 e finalmente o Supremo Tribunal Federal, nas terras dos índios Pan-carus de Pernambuco sendo relator o insigne Nelson Hungria dando ganho de causa por unanimidade ao S.P.I. consequentemente aos nossos irmãos índios. Oportunamente assa fará juntada de cópia autêntica

6692
BIA

-ca do pronunciamento da mais alta corte de Justiça do País dirimindo em última instância tôdas as questões de terras de índios, reconhecendo-os como verdadeiros donos de suas terras como resjudicata et causa finita.

(8) Provará finalmente a falta absoluta de fundamentos / jurídicos de presente ação de usucapião que extraordinariamente, quer ordinário e muito menos especial. Quanto ao primeiro um contrato de 1942 não pode ser trintenários, a posse não foi exercida a título de dono, Animo domini, "tolerado em terras de índios", / sem qualidades de verdadeiros domínios; quanto ao ordinário, firma do em Clóvis Bevilacqua - Diretos das Coisas Vol. I fls 146, necessitaria dos requisitos psicologicos e objetivos, isto é, convicção por parte do possuidor de que o imóvel lhe pertence, a coisa como própria, a boa fé, que exclui posse clandestina ou precária, em posse contínua e incontestada. Ora, nenhum desses requisitos se pode admitir no autor da ação que, melhor do que ninguém sabia e sabe que as terras de MASSACARÁ são de índios e no nordeste existe associação de idéas entre MASSACARÁ e índios, quanto ao Usucapião especial não, existe também aplicação ao caso.

(9) Data venia, provará com dados históricos que a Casa de Torre teve suas lutas com os Jesuitas por causa de terras de índios nos idos de 1669, conformando-se os sesmeiros em respeitar os direitos dos sevícolas, conforme documento assinado por Garcia D'Avila no século XVII levando portanto o sábio espírito do julgador a considerar apócrifo o aparecimento de certa viscondessa da Casa da Torre quase duzentos anos depois em 1842, conforme reza a inicial vendendo terras anteriormente respeitada pelos seus ancestrais. Consulte-se a Historia da Companhia de Jesus no Brasil, página 284.Vol. V..

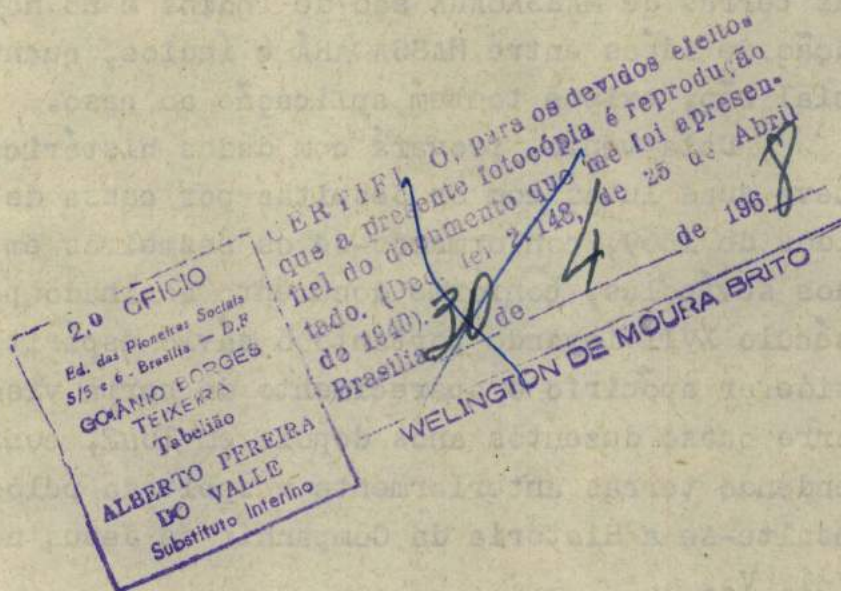
Assim portanto, espera e pede a V.Excia. se digne/ receber e julgar os presentes artigos provados na melhor forma de direito para o fim de ser considerado o autor improcedente, arquivados na forma da lei e mais pronunciações de direitos, Protesta, / pois, o réu por todo o gênero de prova admitindo em direito, testemunhal e assim como de poimento pessoal do autor sob pena de confesso.

Com quatro laudas datilografadas e procuração e um documento numerado, total - seis folhas datilografadas.

Posto Indígena de Massacará, 3 de/1º/62

Ass.

JOÃO OLAVO DE SOUZA



Doc. 16

6693
[Signature]

ATIVIDADES DO SUSÁ EM 18 ALDEAMENTOS DE ÍNDIOS
DO SUL DE MATO GROSSO

NOEL NUTELS, J. A. NUNES DE MIRANDA,
ISAC BEJGEL, ITARU YAMASAKI
E ANTONIO FRAGA HAUTEQUEST

6694
B/b

ATIVIDADES DO SUSA EM 18 ALDEAMENTOS DE ÍNDIOS DO SUL DE MATO GROSSO *

NOEL NUTELS, J. A. NUNES DE MIRANDA,
ISAC BEJCEL, ITARU YAMASAKI e
ANTONIO FRAGA HAUTEQUEST.

A 5.^a Inspeção Regional (IR/5) do Serviço de Proteção aos Índios cobre uma vasta área, aproximadamente 150.000 km², no sul do Estado de Mato Grosso, importante região geo-econômica que tem como centro a cidade de Campo Grande. Três tribos — Caiuá, Terêna e Cadiuéu — compõem uma população de cerca de 7.000 índios, distribuídos em 18 aldeamentos, estão sob os cuidados daquela Inspeção.

Desde 1961 vínhamos atendendo alguns daqueles aldeamentos para o que, embora precariamente, recebíamos ajuda da IR/5 em pessoal e transporte rodoviário. Contávamos ainda com ajuda da Missão Evangélica Caiuá, na cidade de Dourados, que chegou, sob influência da nossa ativi-

dade naquela região, a criar um Pavilhão, anexo ao seu Hospital "Porta da Esperança", para tratamento de índios tuberculosos. Dados referentes a esse período foram levados ao XII Congresso Nacional de Tuberculose (Vitória, 1963).

Em junho de 1965 fomos procurados pela Direção do SPI, resolvida a participar mais efetivamente no combate à tuberculose entre silvícolas. Dêsse modo foi celebrado, entre o SPI e o SNT, um Ajuste de Cooperação que viria proporcionar maiores meios aos nossos objetivos entre populações indígenas.

Provido de maiores recursos, foi possível ao SUSA — Setor de Unidades Sanitárias Aéreas, do SNT — apoiar em sua experiência na região, elaborar um programa mais amplo que teve início na criação, ali, de uma infra-estrutura que dispõe de 2 médi-

* Trabalho do Setor de Unidades Sanitárias Aéreas. (Serviço Nacional de Tuberculose: Diretor: Dr. Helio Fraga.)

cos, 1 enfermeira, 1 auxiliar de enfermagem, 4 atendentes, 1 laboratorista e cinquenta leitos.

O pessoal acima referido foi por nós devidamente adestrado nas técnicas introduzidas na nova rotina preconizada pela C.N.C.T., na qual a tuberculina (PPD) e o exame de escarro passaram a ocupar lugar decisivo no diagnóstico da tuberculose. Dessa maneira, revimos nossa conduta anterior, segundo a qual tôdas as sombras pulmonares reveladas ao cadastro torácico, sugestivas de tuberculose, eram como tal tratadas, obedecendo-se ao antigo conceito, que chegou a se tornar clássico entre nós, de que mais de 90% de tais sombras eram de origem tuberculosa.

A partir de então foi possível introduzir, na região, o emprêgo sistemático da tuberculina (PPD) e da baciloscopia. Periódicamente uma equipe do SUSA, composta de médico,

bacteriologista, operadores de Raios X e atendente, percorre a região procurando diagnosticar, controlar os doentes em tratamento e comunicantes, bem como reexaminar os considerados curados. No intervalo das viagens um médico volta à área em tarefa de supervisão. Com os objetivos de melhor aproveitar a nossa estada em regiões de tão difícil acesso, bem como o de atrair maior número de pessoas para os nossos cadastros, introduzimos entre as nossas atividades algumas outras, tais como vacinações e remoção de focos dentários.

Ainda em 1965, setembro, foi encetada a primeira viagem dentro da vigência do Ajuste de Cooperação com o SPI. Foram desta vez visitados os 18 aldeamentos indígenas e submetidas a cadastro tuberculino-torácico 5.280 pessoas (75% da população indígena aldeada), conforme indicado na Tabela 1.

TABELA 1

RESUMO DAS ATIVIDADES DA 1.^a VIAGEM APÓS AJUSTE
SETEMBRO - OUTUBRO - 1965

Aldeias atendidas	18
Número de índios atendidos (75% da população aldeada)	5.280

SERVIÇOS PRESTADOS

Abreugrafias	4.852
Testes Tuberculínicos	4.105
Exames de escarro	293
Radiografias	117

6695-
BIB 3

OUTROS SERVIÇOS

Vacinas antivariólicas	4.105
Vacinas antitífólicas	4.019
Extrações dentárias	935

Foram percorridos 2.400 quilômetros por via aérea (FAB) e cerca de 3.500 por rodovias (viaturas do SPI).

Nessa viagem revimos os casos conhecidos de viagens anteriores e fizemos novo levantamento tuberculi-

no-torácico. Conseguimos rever 242 casos conhecidos de cadastros anteriores. Desses, 177 dos que haviam sido submetidos a tratamento, foram considerados curados e 51 ainda continuavam doentes (Tabela 2).

TABELA 2

REVISÃO DOS CASOS DE CADASTROS ANTERIORES
AO AJUSTE DE COOPERAÇÃO

Curados em observação	177
Reclassificados para NORMAL	14
Continuavam doentes	51
T o t a l	242

Dos 198 suspeitos novos, 78 foram extra-pulmonar, somaram 91 doentes considerados *casos de tuberculose*, que, novos (Tabela 3).
acrescidos de 13 casos de doença

TABELA 3

RESULTADO DO CADASTRO DE SETEMBRO-OUTUBRO DE 1965
(1.^o CADASTRO APÓS O AJUSTE)

TOTAL DE SUSPEITOS	198
Suspeitos "considerados tuberculosos"	78
Suspeitos "reclassificados para NORMAL, inativos ou outros diagnósticos"	91
Suspeitos não esclarecidos	29

Iniciamos assim a nova fase das nossas atividades com 142 doentes: 91 novos e 51 já conhecidos — 131 (90%) iniciaram o tratamento (Tabela 4).

TABELA 4

MOVIMENTO GERAL DE DOENTES
CADASTROS DE SETEMBRO-OUTUBRO DE 1965

Inscritos como doentes	142
De cadastros anteriores	51
Casos novos	91 (°)
1. Iniciaram tratamento	131
a. tratamento difásico, Sanatório-Ambulatório	103
b. tratamento ambulatorio exclusivo	28
2. Não iniciaram tratamento	11

(°) 13 são formas extrapulmonares.

Dos 131 casos, 103 foram submetidos a regime de tratamento difásico. Internados no Pavilhão anexo ao Hospital da Missão Evangélica, até a con-

versão do escarro, prosseguem a terapêutica nos seus próprios aldeamentos sob controle de nossos atendentes. (Tabela 5).

TABELA 5

MOVIMENTO DE ALTAS DO PAVILHÃO DE TUBERCULOSE
DO HOSPITAL "PORTA DA ESPERANÇA"
(SETEMBRO 1965 A AGOSTO DE 1966)

Total de internações	103
Altas para Ambulatório	85
Altas por abandono	3
Altas a pedido	2
Total de Altas	90
Óbitos	3
Continuam internados	10
Total	103

OBS.: O tempo médio de permanência dos doentes com alta para ambulatório foi de 132 dias.

O Pavilhão anexo ao Hospital "Porta da Esperança", funciona em perfeita obediência às recomendações da C.N.C.T. O médico responsável pelo Pavilhão tem, inclusive, estágio no Dispensário-Escola do S.N.T., na Guanabara.

Em setembro de 1966, época da última supervisão, quando ainda incompletos os doze meses de tratamento, 90% dos casos com baciloscopia inicialmente positiva haviam negativado (Tabela 6).

TABELA 6

CONTRÔLE DE ESCARRO — SETEMBRO DE 1965 A SETEMBRO DE 1966

1. Doentes em tratamento difásico (Sanatório-Ambulatório)	
Inicialmente positivos que negativaram	67
Permaneceram positivos	8
Permaneceram negativos	27
Sem exames de controle	1
Total	103
2. Doentes em tratamento Ambulatório	
Inicialmente positivos que negativaram	12
Permaneceram positivos	—
Permaneceram negativos	11
Sem exame de controle	5
Total	28

RESUMO:

Inicialmente positivos que negativaram	79
Permaneceram positivos	8 (°)
Permaneceram negativos	38 (**)
Sem exames de controle	6
Total Geral	131

(°) Doentes que haviam sido considerados PS.

(**) Formas extrapulmonares e portadores de sombras pulmonares sugestivas de tuberculose, reatores fortes ao PPD.

Na segunda viagem, julho-agosto de 1966, feito o mesmo percurso, visitados os 18 aldeamentos, foram atendidas 5.055 pessoas (Tabela 7). Dessa viagem resultou o descobrimento de 130 *suspeitos*, novos (Tabela 8).

TABELA 7

*RESUMO DAS ATIVIDADES DA 2.^a VIAGEM APÓS O AJUSTE
(JULHO - AGOSTO DE 1966)*

Aldeias atendidas	18
Número de índios atendidos (75% da população aldeada) ...	5.055

SERVIÇOS PRESTADOS

Abreugrafias	4.938
Testes tuberculínicos	4.910
Exames de escarro	203
Radiografias	40

OUTROS SERVIÇOS

Vacinas antivariólicas	1.278
Vacinas antitífólicas	4.518
Extrações dentárias	425

TABELA 8

*RESULTADO DO CADASTRO DE JULHO-AGOSTO DE 1966
(2.^o CADASTRO APÓS O AJUSTE)*

Total de Suspeitos	130
Suspeitos "considerados tuberculosos"	16
Suspeitos reclassificados para NORMAL, inativos ou outros diagnósticos	29
Suspeitos em esclarecimento	85

OBS.: Os 16 considerados tuberculosos iniciaram o tratamento; 12 em hospital e 4 em ambulatório.

6692
BVL7

Na época da última supervisão, esclarecimento diagnóstico pelo pessoal local. setembro de 1966, 85 dos suspeitos ainda se encontravam em processo de

CONCLUSÕES

Os dados aqui apresentados permitem conclusões otimistas, mesmo quando comparados a dados de Serviços organizados em moldes clássicos:

1) 92% dos doentes descobertos se submeteram a tratamento;

2) a movimentação dos leitos, o número de altas médicas e o tempo médio de permanência, no Pavilhão Anexo, são comparáveis aos dos hospitais especializados de melhor rendimento no País;

3) 90% dos doentes com escarro inicialmente positivos, estavam negativos à época da última supervisão.

Os resultados desse trabalho demonstram que é possível estabelecer luta racional contra a tuberculose nas chamadas áreas em desenvolvimento, dinamizando-se os meios existentes, mesmo os mais elementares, em cada uma, ou criando-se uma estrutura rudimentar, mínima, naquelas onde nada exista em matéria de Saúde Pública.

6698
~~BIA~~





MINISTÉRIO DO INTERIOR

TERCEIRA PARTE - SETOR JURÍDICO

ATIVIDADES JURÍDICAS DA 5ª ININD

Quase 27.000 hectares de terras do patrimônio indígena foram legalizados e registrados.

O trabalho encaminhado a esta sede, pelo Doutor-Paulo Maciel Bucker, sobre a aquisição dos títulos definitivos dos lotes de terras indígenas, só pode merecer nosso assenso pelo tão / meticoloso e profícuo serviço executado, visando o bem-estar e segurança da família indígena da 5ª ININD, que tem a proteção jurídica / de tão eminente causídico.

Dos registros das plantas de levantamento em cartório, destacamos:

a) no Posto Indígena Horta Barbosa, Município de Dourados, 3.539 hectares, em títulos definitivos, concedidos segundo despacho do Secretário da Agricultura, de 23/11/65, de acordo / com o Decreto número 401, de 3/9/1917. O ilustre Secretário serviu-se do art. 107 da Consolidação das Leis de Terras, baixadas com o / Decreto nº 336 de 6/12/1949, Legislação essa que teve suas normas - também aplicadas na medição e demarcação dos lotes;

b) com base na Lei nº 71, de 13/12/1947, o Secretário da Agricultura do Estado de Mato Grosso, por respeitável despacho de 23/11/65, se dignou mandar conceder os títulos definitivos de 2.658 hectares e 1.634 metros quadrados, no lote denominado "Cachoeirinha", e 6.336 hectares e 7.336 metros quadrados, em Ipegue / ambos no Município de Miranda, sendo que suas respectivas medições / e demarcações foram feitas conforme a Consolidação de Leis de Terras;

c) em Brejão, Município de Nioac, a área concedida foi de 2.916 hectares e 9.800 metros quadrados, por despacho / de 23/11/65, de acordo com a Lei nº 71 de 13/12/47, atendendo, as exigências do Decreto Lei nº 611 de 14/12/1922, seguindo as normas baixadas pelo Decreto número 336 de 6/12/1949;

d) o Decreto nº 404 de 10/7/1915 amparou 2.381 - hectares concedidos no Posto Menjamin Constant, Município de Amambai, lote medido e demarcado conforme a Consolidação de Leis de Terras;

e) no Primeiro Ofício do Registro de Imóveis na Circunscrição de Amambai, foi registrado o título definitivo, expedido pela Diretoria de Terras e Obras Públicas em Cuiabá, a 23/3/40, de uma área de 2.000 hectares localizada no antigo Distrito de Nhú-Verá, atualmente denominado Antônio João, Município e Comarca de Amambai;

Brasil
Doc. 17

6700
B9A

Mello

f) um lote de 1.886 hectares no imóvel denominado Cerro Peron, também em Amambáí, cujo título definitivo foi expedido pela Diretoria de Terras e Obras Públicas em Cuiabá, a 29/3/1940;

g) ainda no Município de Amambáí, um lote de 2.000 hectares de terras, no imóvel denominado Sossorá com título definitivo expedido pela Diretoria de Terras e Obras Públicas em Cuiabá, a 28/3/1940;

h) outro lote de 2.000 hectares de terras situada em Fôrto Lindo, Distrito de Nhú-Verá, atual Antônio João, Município de Amambáí, cujo título definitivo foi expedido a 27/3/1940, pela - Diretoria de Cuiabá, já citada;

i) finalmente, essa mesma Diretoria, em 26/3/1940, expediu o título definitivo do lote de 660 hectares de terras situadas entre a cabeceira do Arroio Corá e a linha divisória do Patrimônio União, hoje Amambáí, Município em que foi registrado o título, no Cartário do 1º Ofício do Registro de Imóveis.

Não temos dúvidas em afirmar que, se o Setor Jurídico do SPI não houvesse, no seu conjunto, realizado um trabalho de vulto que justificasse plenamente a sua instituição pela atual Diretoria, bastaria o trabalho que o Dr. Paulo Maciel Bucker realizou / para compensar réamente as legítimas aspirações da administração e justificar robustamente o acerto e elevado descortino que ditou a criação do Setor Jurídico do SPI.

Trabalho quase silencioso do Dr. Paulo Bucker, porém de uma elequência estupenda, por que falam os atos concretos, indesmentíveis, atestando o quanto se empenha o SPI na solução de problemas, marcado pela força de séculos.

O Dr. Paulo Bucker, O Walter e sua valiosa equipe, estão de parabens pelo notável trabalho realizado. Avante, pelejadores de boa causa;

Restituir ao índio o seu direito é trabalho que / enobrece e dignifica aos que estão sob a Bandeira do SPI. E só teremos a consciência tranquila quando atingirmos a pleno esse objetivo, santificado pelo nosso esforço e iluminado pela nossa fé de que, sejam quais forem os abrolhos, só descansaremos, quando cumpirmos o nosso dever.

.....

Paulo Bucker

" Ao Sr. Diretor do Serviço de Proteção aos Índios LUIZ VINHAS NEVES Maj Av.

"
Comunico a V.Sa. , o término da viagem de / observação, realizada entre os dias 5 e 25 de novembro do ano em curso.

Nessa viagem, cujo programa consta da solicitação para deslocar-me àquela ININD, visitamos a sede da Inspetoria, os Postos Indígenas FRANCISCO HORTA, JOSÉ BONIFÁCIO, Benjamin/ Constant, Taquaperi e Buriti.

Como rotina, visitamos a sede do Pôsto, as missões aí operantes, e algumas roças de índios.

Surpreendeu-nos, pela assistência sanitária prestada aos índios, pela sua eficiência e desvêlo, o trabalho dos missionários nos Postos por nós visitados onde eles estavam presentes.

Ainda, digna de nossa admiração e respeito/ a preocupação do Chefe da 5ª. ININD em dinamizar a Inspetoria, incentivando a produção de bens de consumo, principalmente alimentação, e aumentando a assistência aos índios titulados dos Postos a ela subordinados.

Esse espírito dinâmico, que atinge a Inspetoria, já encontra eco em muitos servidores, entre eles Dona Joana enfermeira chefe, Dr. Monteiro, veterinário, Sr. Ismael, auxiliar ; e os Encarregados Dilermando e Alaor.

Acredito que muitos outros já foram contagiados por esse dinamismo. Os ora citados foram os por nós observados/ pessoalmente, mas infelizmente, nossa curta demora e nosso precário estado de saúde não permitiram mais acurada observação.

Ainda digna de nossa máxima admiração, a preocupação dos dirigentes da Missão Indígena com a situação sanitária , e alimentar dos índios. Entre muitas medidas já postas em execução e outras cogitadas, sobressai o plano de produzir mudas de espécies vegetais frutíferas.

Das visitas feitas em lavouras indígenas, estamos firmemente convictos que muitas mudas que serão distribuídas , virão frutificar.

Cumpre aos responsáveis orientarem o fornecimento de recursos no combate a formigas e outras pragas vegetais.

M. B. L. L. L.

Outras medidas são a distribuição de peixes e aves e reprodutoras de carne e ovos, que em alguns casos, poderão melhorar a situação alimentar dos índios assistidos.

Mais uma vez reafirmamos, como o fizemos em palestra informal com os alunos do curso e com os responsáveis pela execução dos programas do SPI os chefes da Inspetoria, dos Postos e outras pessoas interessadas, que a luta contra a tuberculose só obterá êxito se melhor situação alimentar fôr assegurada ao índio.

A melhoria alimentar não poderá ser feita por seu próprio esforço feito por doação do SPI, ou por doação pura e simples de pessoas de boa vontade. A força de trabalho do índio, inteligentemente orientada, será o fator fundamental para a produção de alimentos utilizando a terra que o SPI lhe assegura a posse.

Assim, a luta contra as doenças, principalmente a tuberculose, doença que assume caráter alarmante entre os índios da 5ª ININD e outras, será e já está sendo, desencadeada em 5 frentes principais:

1ª - Os enfermeiros que lidam diretamente com os índios doentes, suficientemente instruídos a respeito dos objetivos e dos meios de conhecerem, tratarem e prevenirem a infecção tuberculose.

2ª - Os encarregados dos Postos e Chefes de setores de produção, que orientarão os índios e os Postos na produção de bens de consumo, principalmente os alimentares.

3ª - Os responsáveis pela assistência médica sanitária da 5ª ININD e da Diretoria, que terão contato com outros Serviços Oficiais e particulares que lutam contra a endemia. Cumpre a esses setores como tarefa de magno interesse na luta, a remessa de medicamentos específicos e auxiliares do tratamento aos Postos.

4ª - O Hospital Indígena com seus técnicos especializados, seus serviços auxiliares especializados, principalmente os de laboratório e raios X, e seus leitos de internamentos e isolamentos dos contagiantes, com seu devotamento a causa indígena.

5ª - O SUSA, com seus exames periódicos em massa, que nos dirão se estamos obtendo êxitos nessa operação.

Cumpramos informar que os suprimentos medicamentos previstos no convênio com o SNT, bem como os dados referentes aos serviços executados, não se efetivaram. Esperamos que com a regularização dos recolhimentos das parcelas previstas sejam sanadas tais irregularidades.

M. Velloso

Aguardamos os resultados da leitura e interpretação dos exames radiológicos, a ser feita no Rio GB, pelo Dr. Isaac Biejgel e a nós remetida pelo SNT.

O PROGRAMA

- | | |
|---|----------|
| 1- Noções gerais sobre Microbiologia, assepsia, antissepsia-aula | |
| 2- Curativos e pequenas intervenções, aplicação de injeções, picadas de serpentes, arraias, escorpião, piolhos. | 3 aulas |
| 3- Doenças transmissíveis e Zoonoses- | 1 aula |
| 4- Queimaduras- | 1 aula |
| 5- 5.01- GRANDE EPIDEMIAS | |
| a) Gripes | 1 aula |
| b) Sarampo | 1 aula |
| c) Coqueluche | 1 aula |
| d) Varíola | 1 aula |
| 5.02- AS GRANDES EPIDEMIAS | |
| a) Tuberculose- | 5 aulas |
| b) Malária- | 3 aulas |
| c) Verminose- | 3 aulas |
| d) Venéreas- | 3 aulas |
| e) Lepra- | 1 aula |
| f) Escabiose- | 1 aula |
| g) Disenterias- | 1 aula |
| 5.03- ENDEMIAS ZONAIS | |
| a) Esquistossomose- | 2 aulas |
| b) Tracoma- | 1 aula |
| c) Leishmaniose- | 1 aula |
| d) Febre Amarela- | 1 aula |
| e) Pênfigo Foliáceo- | 1 aula |
| 6- Doenças Degenerativas- Cancer, Arteriosclerose- | 15 aulas |
| 7- Parto e assistência ao recém-nascido- | 5 aulas |
| 8- Dentes-curativos e extração dentária- | |
| 9- Fichário de doentes, medicamentos, manipulação da farmácia, e informes as autoridades sobre ocorrências- | 2 aulas |
| 10- Ética profissional dos enfermeiros e pessoal de enfermagem. | 1 aula |

TOTAL DE AULAS: 58-

An. L. M. L. M.

ALTERAÇÕES

Dignos de atenção e com o máximo de encômios, foram introduzidas as seguintes:

a) O acréscimo no programa executado no curso dos seguintes itens:

- aula sobre Microbiologia;
- aula sobre queimaduras e
- aula sobre ética de pessoal de enfermagem.

b) confecção e provimento de um estôjo de madeira para atendimento domiciliar, com medicamentos de urgência, estôjo para seringas e agulhas hipodérmicas e material de curativo de urgência com as dimensões de 30X20X18, para cada aluno.

c) composição e execução de um hino do curso, que poderá ser de todo o SPI, com bela e vibrante melodia e muito expressiva letra.

d) Todos os alunos foram devidamente uniformizados como enfermeiros.

A segunda turma de enfermagem, por motivos administrativos do Hospital Indígena, só poderá ser formada em março..... de 1966.

Há certa dificuldade financeira e parece-nos justa uma remuneração mesma modesta para os professores e para alimentação e - pousada no hospital.

Deverão ser impressos e expedidos para Campo Grande, os primeiros 10 diplomas do término do curso.

Dia 10 de novembro de 1965-

Doentes internados-30; dos 30 internados, 23 eram de tuberculose pulmonar.

Durante o mês de outubro, foram ocupados mais ou menos / 900 leitos dias;

"Atenciosamente"

"ASS. JOÃO LEÃO DA MOTA "

" MÉDICO RESPONSÁVEL PELO"

"SETOR"

[Handwritten signature]

SEGUNDA PARTE: ASSUNTOS GERAIS E ADMINISTRATIVOS

- S A S S I - SEÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA

ASSISTÊNCIA MÉDICO - SANITÁRIA

= LUTA CONTRA A TUBERCULOSE=

= NA 5ª ININD=

=Publicamos, na íntegra, o relatório apresentado ao Sr. Diretor do SPI, através do Sr. Chefe da SASSI, do Dr. JOÃO - LEÃO DA MOTA, responsável pelo Setor Médico, referente a recente viagem que efetuou à Quinta Inspetoria Regional.

" OBJETIVOS DA IDA À DOURADOS, EM PRINCÍPIOS DE NOVEMBRO, DO MÉDICO DO SPI"

" Informar-se:

1- Qual o percentual de índios que atenderam à convocação para cadastro torácico?

Obter:

2- a) Resultado da Abreugrafia

b) Dos exames complementares

c) Como está se processando a distribuição de medicamentos contra a tuberculose do SUSAN e outros prometidos.

d) Verificar

Como está sendo feito o tratamento dos casos positivos

A) internados

B) Domiciliares

3- Como está se desenvolvendo o curso de enfermagem

a) Nome dos alunos

b) Postos de origem

c) Grau de capacidade e aproveitamento (estimativa)

4- Fazer

Conferência sobre o Serviço de Enfermagem na luta contra a tuberculose, nos Postos da 5ª. ININD, no curso de enfermagem.

5- Insistir sobre a posição

Dos encarregados dos Postos da 5ª. ININD na luta contra a tuberculose, e por aumento da produção dos bens de consumo, principalmente os alimentares, diretamente junto a esses encarregados e inspetores da 5ª ININD.

"ANEXOS AO RELATÓRIO"

" SERVIÇOS PRESTADOS NA ÁREA INDÍGENA- 5ª. ININD-MT"
ATIVIDADES DO SUS-DADOS SUJEITOS A REVISÃO"-

Total de Abreugrafias:	4 852
Total de vacinas anti-ti- foidicas.....	4 105
Total de vacinas anti-va- riólicas.....	4 019
Testes tuberculínicos....	4 039
Extrações dentárias.....	935

"APURAÇÃO DO ÚLTIMO CADASTRO- DADOS DE TRATAMENTO SUJEITOS A REVISÃO
LEITURA DO FILME SUJEITO A REVISÃO"-

Índios em tratamento:

Total: (1).....	30
(2).....	7
(3).....	12

Internados:

Total:.....	8
-------------	---

A Esclarecer:

Total.....	49
------------	----

Observação:

Total.....	128
------------	-----

"APURAÇÃO DO ÚLTIMO CADASTRO-CASOS CONHECIDOS SUJEITOS A REVISÃO"

Casos novos:

Total.....	83
------------	----

CASOS CONHECIDOS:

- Não controladas.....	84
------------------------	----

Óbitos:

TOTAL.....	31
------------	----

"SASSI"

" SETOR MÉDICO"

Melloso



Corpo docente e al
do Curso S. Eng
da 175 -

Hosp. Ind. - Demades
Int -

Of. L. B. Andrade
18-11-65.

MINISTÉRIO DO INTERIOR

6209

Frequentam e terminaram o curso Intensivo de Atendêntê de Enfermagem, realizado de 18 de outubro a 18 de novembro de 1965, os seguintes alunos, todos índios jovens. O mais velho, Armando Gabriel, capitão de sua aldeia, tinha cêrca de 40 anos.

ELOI PEREIRA- POIND BANANAL
OSVALDO FONSÊCA- POIND CACHOEIRINHA
ALEXANDRE PINTO AR=
RUDA..... POIND LIMÃO VERDE
NELSON FRANCISCO.. POIND BANANAL
ABADIO GABRIEL.... POIND BIRITI
ARMANDO GABRIEL... POIND BURITI(córrego do meio)
JOAQUIM SILVA..... POIND CACHOEIRINHA
ERNESTO CORREIA... POIND LALIMA
MAXIMIANO CAMPOS:..
LEITE..... POIND LALIMA
TOMÉ LOURENÇO..... POIND BURITI

Êsses alunos, exceção do último, destinam-se as suas aldeias de origem. Para êste último, que deverá ficar como auxiliar de enfermagem do Hospital da Missão Caiuá, está em estudo uma situação definitiva.

No decorrer do curso foram tomados apontamentos e executadas apostilas de várias aulas.

Colaboraram, na ministração do curso, com o máximo de eficiência e dedicação, lecionando e transmitindo conhecimentos práticos:

- Dna. LOIDE ANDRADE- Diretora dos Cursos ,
Diretora Administrativa e Diretora de Enfermagem do Hospital Indígena, Vice- Diretora da Missão Caiuá.

Rec. ORLANDO ANDRADE- Diretor da Missão Caiuá
Dr. JOAQUIM VILELA- Diretor Clínico do Hospital

Dr. ITARU IAMASAKI- Chefe do Serviço de Tuberculose do Hospital

Dr. Áureo Garcia- Oftalmologista.

Dr. JOEL PRASINI- Cirurgião Dentista

Dr. CLAYR VASQUES-,Auxiliar de Enfermagem do Hospital

Dna. JOANA SOARES- Enfermeira Chefe da 5ª UNIDADE

Dna. EMÍLIA SANTOS DINIZ-Professôra do POIND - FRANCISCO HORTA DO SPI.

Willow

Passe

Doc. 19

67-10

BA

MINISTERIO DA AGRICULTURA

Campo Grande-Mt

13 de Agosto de 1965

Of. nº 132/65

Chefe da 5ª Inspeção Regional do S.P.I.

Ilm. Sr. Sub-delegado Regional do DFSP em Mato Grosso
solicitação (Faz)

O Chefe da 5ª Inspeção Regional do Serviço de Proteção aos Índios, sediada em Campo Grande, Estado de Mato Grosso, com fundamento na Lei nº 4.483, de 16 de novembro de 1.964, letra "P", do Artigo 1º, solicita a V. Sª., a abertura de inquérito contra o funcionário Federal Djalma Mongenot, brasileiro, solteiro, residente nesta cidade, por haver seduzido uma índia menor, de nome Lourdes de tal, que se acha em avançado estado de gravidez.

Certos de que serão tomadas as providências cabíveis, na oportunidade, apresento a V.Sª., protestos de estima e consideração.

Cordialmente

WSP

Walter Samari Prado
Chefe da IR/5

Anexo: -1 cópia declaração prestada ao encarregado do Posto Indígena Ipegue.

2.º OFÍCIO
Ed. das Pioneiras Sociais
S/5 e 6 - Brasília - D.F.
GOIÂNIO BORGES
TEIXEIRA
Tabelão
ALBERTO PEREIRA
DO VALLE
Substituto Interino

CERTIFICO, para os devidos efeitos
que a presente fotocópia é reprodução
fiel do documento que me foi apresen-
tado. (Dec. Lei 2.148, de 25 de Abril
de 1940)
Brasília, 20 de 4 de 1968

WELINGTON DE MOURA BRITO

Prado Doc. 20

674
BJA

Campo Grande, Mt.

Of. 58/66

4 de maio de 1966

: Chefe da I.R.5 do S.P.I.
: Exm^o Sr. Gen.Subdelegado Regional no Estado de Mato Grosso
: solicitação (faz)

Tendo em vista esta Chefia ter determinado uma Sindicância para apurar fatos ocorridos nos Postos Indigenas de Alves de Barros e Nalique, subordinados a esta Regional, solicito-vos seja o Agente Federal, Sr. ARMANDO OSVALDO RODRIGUES, posto á disposição desta Chefia a fim de acompanhar referida sindicância naqueles Postos Indigenas.

Antecipadamente grato, aproveito a oportunidade para apresentar a V.Excia. meus protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente

Walter

Walter Samari Prado

Chefe da I.R/5 do SPI

2.º OFÍCIO
Ed. das Pioneiras Sociais
S/5 e 6 - Brasília - D.F.
GOIÂNIO BORGES
TEIXEIRA
Tabelião
ALBERTO PEREIRA
DO VALLE
Substituto Interino

CERTIFI- O, para os devidos efeitos
que a presente fotocópia é reprodução
fiel do documento que me foi apresen-
tado. (Dec. Lei 2.148, de 25 de Abril
de 1970)
Brasília, de 4 de 1968

WELINGTON DE MOURA BRITO

Prado

Doc. 21

67/2
BST

Campo Grande, Mt.

Of.82/66

3 de junho de 1966

- : Chefe da I.R/5 do S.P.I.
- : Exm^a Sr.Gen. João Pedro Guey-DD Subdelegado Regional em Mt.
- : solicitação (Faz)

Estamos tomando conhecimento de uma tentativa de morte contra o índio Braulio de Paula, do Posto Indígena "Cachoeirinha", Município de Miranda, perpetrado pelo Sr. ABILIO HENRIQUE, filho do Sr. Manoel Henrique, fazendeiro / daquela região.

Corre na Delegacia de Miranda o inquérito Policial e como as providências a respeito é da alçada da D.P.F.S., solicitamos a V.Excia. se digne determinar, de acôrdo com as Leis em vigor, seja apurado, com todo rigôr, o crime contra nosso tutelado.

Anexamos ao presente copias das declarações do Inquérito Policial.

Aproveitamos a oportunidade para apresentar a V.Excia. os protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente

W
Walter Samari Prado
Chefe da I.R/5

2.º OFÍCIO
Ed. das Pioneiras Sociais
S/N e 1 - Brasília - D.F.
GOIANO BORGES
TEIXEIRA
Tabelão
ALBERTO PEREIRA
DO VALLE
Substituto Interino

CERTIFICO, para os devidos efeitos
que a presente fotocópia é reprodução
fiel do documento que me foi apresen-
tado. (Doc. 15.2.148 de 25 de Abril
de 1940) Brasília, 30 de 4 de 1968

WELINGTON DE MOURA BRITO

Of. 85/66

Campo Grande, 15/6/66

Chefe da IR/5 do S.P.I.

Sr. Gen. João Pedro Gay

Providências (solicita)

Exmo. Sr.

A quinta Inspetoria Regional do Serviço de Proteção aos Índios, no intuito de sanar irregularidades existentes na Reserva Indígena dos Kadiubús, vem de fazer uma sindicância através do seu funcionário dr. José Monteiro da Silva, pela qual se constatou haver naquela Reserva escandalosa usurpação do Patrimônio Indígena por parte de certos mercadejadores de gado que em negociações ilegais vão ferir os interesses das comunidades indígenas bem como o abuso de bebidas alcoólicas na referida Reserva.

Por isso, dirigimo-nos a V.E. solicitando-lhe se digne tomar as providências necessárias, de acôrdo com a Legislação em vigor.

Sem mais, agradecendo-lhe a atenção que nos dispensou e esperando suas providências,

cordialmente,

Walter Samari Prado
Chefe da IR/5

2.º GÊCIO
Ed. das Pioneiras Sociais
S/5 e 6 - Brasília - D.F.
JOÃO BORGES
TEIXEIRA
Tabelião
ALBERTO FERREIRA
DO VALLE
Substituto Interino

CERTIFIQUEI, para os devidos efeitos
que a presente fotocópia é reprodução
fiel do documento que me foi apresen-
tado. (Decreto 2.148, de 28 de Abril
de 1940).
Brasília, 30 de 4 de 1968

WELINGTON DE MOURA BRITO

Prado

Doc. 23

67-19

[Signature]

Campo Grande, Mt.

Of. 97/66

27 de junho de 1966

- : Chefe da I.R.5 do S.P.I.
- : Exmº Sr. Gen. João Pedro Guey- DD Subdelegado Regional em MT
- : providencias (solicita)

Com este apresento a V.Excia. as índias Araci Ma-
techua e Graciana Batista, a fim de que sejam ouvidas por essa
DFSP, tendo em vista os abusos sofridos por parte de civilisa-
dos contra as mesmas.

Assim sendo, de acôrdo com a Lei em vigor, solici-
to a V.Excia. as providências necessárias, no sentido de que se-
ja apurado com todo rigôr o crime contra as nossas tuteladas.

Aproveite a oportunidade para reiterar a V.Excia.
os meus protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente

[Signature]

Walter Samari Prado

Chefe da I.R/5 do SPI

2.º OFICIO
Ed. das Pioneiras Sociais
S/S e 6 - Brasília - D.F.
GOIANO BORGES
TEIXEIRA
Tabelião
ALBERTO PEREIRA
DO VALLE
Substituto Interino

CERTIFICO, para os devidos efeitos
que a presente fotocópia é reprodução
fiel do documento que me foi apresen-
tado, (Dec. Lei 2.148, de 25 de Abril
de 1940).
Brasília, 30 de 4 de 1968

WELINGTON DE MOURA BRITO

Recebo

Doc. 24

6715-

[Signature]

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Campo Grande, Mt.

Of. 40/66

14 de março de 1966

- : Chefe da I.R.5 do S.P.I.
- : Dr. Helio P. de Arruda-DD Chefe do Serviço Federal de Promoção Agro-pecuária em Mato Grosso
- : solicitação (Faz)

A 5ª ININD do S.P.I. possui no Posto Indígena "Malique", localizado no município de Pôrto Murtinho, incluindo região de pantanal alto, uma fazenda com cerca de 1.300 bovinos de raça mestiça, os quais, devido à falta de renovação / do plantel de reprodutores, apresenta acentuado grau de degeneração racial e um índice de produção cada vez menor.

Tratando-se de região ótima para o desenvolvimento de pecuária, é do interesse desta chefia promover o melhoramento zootécnico desse rebanho, bem como elevar o índice de / produtividade do mesmo.

No entanto, está impossibilitada a 5ª ININD de levar avante seus propósitos, porque seus recursos financeiros procedentes de verbas orçamentárias e renda resultante de aluguel de glebas são poucos em relação ao vultoso trabalho a ser empreendido nos diversos Postos sob sua jurisdição.

Ciente de que o Serviço Federal de Promoção Agro-pecuária, Seção de Mato Grosso, possui cerca de sete reprodutores da raça tabapoã, solicitamos por meio deste, ao Sr. Che-

2.º OFÍCIO
Ed. das Pioneiras Sociais
S/5 e 6 - Brasília - D.F.
GOIANO BORGES
TEIXEIRA
Tabelião
ALBERTO PEREIRA
DO VALLE
Substituto Interino

CERTIFIQUEI, para os devidos efeitos
que a presente fotocópia é reprodução
fidel do documento que me foi apresen-
tado. (Doc. nº 2.148, de 25 de Abril
de 1940).
Brasília, de 20 de 1968

WELINGTON DE MOURA BRITO

Prado

6716

B. J.

fe do referido Serviço, a cessão dos mesmos, a fim de que possamos iniciar o melhoramento zootécnico do nosso rebanho.

Contamos com a orientação do Dr. José Monteiro da Silva, veterinário desta Inspetoria Regional.

Aproveito o ensejo, para apresentar a V.S. meus protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente

W. Prado

Walter Samari Prado

Chefe da I.R.5 do SPI

2.º OFÍCIO
Ed. das Pioneiras Sociais
S/5 e 6 - Brasília - D.F.
GOVÂNIO BORGES
TEIXEIRA
Tabelião
ALBERTO PEREIRA
DO VALLE
Substituto Interino

CERTIFICO, para os devidos efeitos
que a presente fotocópia é reprodução
fiel do documento que me foi apresen-
tado, (Dec. Lei 2.148, de 25 de Abril
de 1940).
Brasília, 24 de 4 de 1968

WELINGTON DE MOURA BRITO

Doc. 25

6717-

[Handwritten signature]

Campo Grande, Mt.

Of. 41/66

14 de março de 1966

: Chefe da I.R.5 do S.P.I.

: Sr. Dr. Renato Garcia Leone-DD Chefe da Estação Experimental
de Campo Grande (Mt.)
: solicitação (Fax)

A 5ª Inspetoria Regional do Serviço de Proteção aos Índios, sediada em Campo Grande, Mt., vem de planificar o aumento da criação na área indígena sob sua jurisdição.

Como já possui um alentador número de bovinos no Posto Indígena de "Malique", município de Pôrto Murinho, / quer agora desenvolver a criação de asininos naquela propícia região.

No momento, porém, a 5ª Inspetoria Regional - acha-se impossibilitada de adquirir unidades asininas para reprodução, devido à falta de recursos, e conta atualmente com o exíguo rebanho de três fêmeas e um macho.

Nesta contingência, resta-nos dirigir nosso apêlo a S.Sa. no sentido de conceder a 5ª I.R. seis fêmeas asininas, para poder, assim, aumentar a produção de nosso rebanho.

Aproveito a oportunidade para apresentar a V.S. meus protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente

[Handwritten signature]

Walter Samari Prado

Chefe da I.R/5 do SPI

2.º OFÍCIO
Ed. das Pioneiras Sociais
S/S e 6 - Brasília - D.F.
JOÃO BORGES
TEIXEIRA
Tabelião
ALBERTO PEREIRA
DO VALLE
Substituto Interino

CERTIFICO, para os devidos efeitos
que a presente fotocópia é reprodução
fidel do documento que me foi apresen-
tado (De Lei 2.148, de 25 de Abril
de 1940).
Brasília, 30 de 4 de 1968

WELINGTON DE MOURA BRITO

Doc. 26

6718

BPA

OF. 87/66

Campo Grande, 15/6/66

Sr. Chefe da IR/5 do SPI


Dr. Hélio Palma de Arruda
Chefe do Serviço Federal Agropecuário em Mt.
Máquinas (solicita cessão)

Exmo. Sr.

Gentis que somos, de que o Posto Agropecuário de Terenos, possui em condições recuperáveis, arados de tração animal e um pequeno trator de esteira, e sendo do propósito da Quinta Inspeção Regional do Serviço De Proteção aos Índios incentivar a agricultura entre os índios sob sua jurisdição e não dispendo a mesma de meios suficientes para tal, solicitamos ao Sr. Chefe do S.F.P.A. de Mato Grosso a cessão definitiva dos referidos arados e trator, a fim de que possamos desenvolver um programa de melhoramentos para tornar autossuficientes as famílias indígenas do Sul de Mato Grosso.

Approveito a oportunidade para apresentar a V.S. meus protestos de consideração e apreço.

Cordialmente,


Walter Samari Prado
Chefe da IR/5

2.º OFÍCIO
Ed. das Pioneiras Sociais
S/5, s. 6 - Brasília - D.F.
GOÂNIO BORGES
TEIXEIRA
Tabelião
ALBERTO PEREIRA
DO VALLE
Substituto Interino

CERTIFICO, para os devidos efeitos
que a presente fotocópia é reprodução
fiel do documento que me foi apresen-
tado (Doc. nº 2.148 de 23 de Abril
de 1940).
Brasília de 20 de 4 de 1968

WELINGTON DE MOURA BRITO

Cartório do 2.º Ofício
BRASILIA - D.F.
Goiania:
Borges Teixeira
Serv. Vitalista
Alberto Pereira
do Valle
Subst. Inter.
Tabelionato Borges Teixeira

CARTÓRIO DO 2.º OFÍCIO
RECONHECIMENTO
Reconheço a firma
Deu fé, Brasília, de de 19
Em testemunho da verdade
Wellington de Moura Brito

Of. nº 42/66

Campo Grande-Mt

15 de Março de 1966

Chefe da 5ª I.R. do S.P.I.

Dr. Helio P. de Arruda - DD Chefe do Serviço Federal de Pro-
Exposição de Motivos - moção Agro-pecuária em Mato Grosso.
(Encaminha) -

Junto ao presente vos encaminho a pre-
sente Exposição de Motivos, à qual solicitamos a colaboração dês-
se Orgão, para o desenvolvimento das unidades indígenas subordin-
nadas à 5ª Inspetoria Regional.

Outrossim, exclarecemos que para a -
execução dos trabalhos, colocamos na ordem prioritária, os pos-
tos grifados na citada Exposição de Motivos.

Aproveitamos a oportunidade, para apre-
sentarmos a V. Sa., protestos de estima e consideração.

Atenciosamente

[Handwritten signature]
Walter Samari Prado
Chefe da I.R/5

2.º OFÍCIO
Ed. das Pioneiras Sociais
S/5 e 6 - Brasília - D.F.
GOIÂNIO BORGES
TEIXEIRA
Tabelião
ALBERTO PEREIRA
DO VALLE
Substituto Interino

CERTIFICO, para os devidos efeitos
que a presente fotocópia é reprodução
fiel do documento que me foi apresen-
tado. (Doc. Lei 2.148 de 25 de Abril
de 1940).
Brasília, 30 de 4 de 1968
WELINGTON DE MOURA BRITO

Cartório do 2.º Ofício
BRASÍLIA - D.F.
Goiânio
Borges Teixeira
Serv. Vitalício
Alberto Pereira
do Valle
Subst. Inter.
Tabelião Borges Teixeira

CARTÓRIO DO 2.º OFÍCIO
RECONHECIMENTO
Reconheço a firma _____
Deu fé. Brasília, _____ de _____ de 19____
Em testemunho _____ da verdade
Wellington de Moura Brito

Of. 86/66

Campo Grande,

15/6/66

Chefe da IR/5 do SPI

sr. Dr. O.A. Naka - Chefe da 2ª
Circunscrição Agrícola do Mt.
Cessão trator (solicita)

Exmo. Sr.

Venho solicitar a V.S. a cessão do trator Ford 8 BR e seus implémentos, para servir no Posto Indígena de Buriti, município de Sidrolândia, conforme entendimentos mantidos entre a 2ª C.A. e a 5ª IR do SPI.

Comunico-lhe que esta Inspetoria fará a recuperação do referido trator, a fim de que o mesmo fique em condições de executar o serviço no Posto Indígena e que as despesas referentes à manutenção do mesmo e do tratorista, correrão por conta desta Inspetoria.

Sem mais, esperando pronunciamento favorável por parte de S.S.

cordialmente

Walter Samari Prado
Chefe da IR/5

2.º OFÍCIO
Ed. das Pioneiras Sociais
8/5 e 6 - Brasília - D.F.
GOVÂNIO BORGES
TEIXEIRA
Tabelião
ALBERTO PEREIRA
DO VALLE
Substituto Interino

CERTIFICO, para os devidos efeitos
que a presente fotocópia é reprodução
fiel do documento que me foi apresen-
tado, (Dec. Lei 2.148, de 25 de Abril
de 1940)
Brasília, de 4 de 1968
WELINGTON DE MOURA BRITO

5ª Inspetoria Regional

ORDEN DE SERVIÇO Nº 5/66

.....

O Chefe da 5ª Inspetoria Regional do Serviço de Proteção aos Índios, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E - designar o Sr. Dr. JOSÉ MONTEIRO DA SILVA, Veterinario deste Serviço, para apurar minuciosamente a / responsabilidade de fatos ocorridos nos Postos Indigenas de NALIQUE e ALVES DE BARROS, inclusive venda de gado pertencente ao Posto, bem como comportamento dos Encarregados e indios dos referidos Postos Indigenas, venda de bebidas alcoolicas aos indios por comerciantes da região, dentro da Reserva, de tudo apresentando um Relatório a esta Chefia e tambem um PLANO DE TRABALHO a ser executado nos três Postos: NALIQUE, SÃO JOÃO e ALVES DE BARROS;-
Dê-se ciência e cumpra-se.

Séde da I.R/5 em 2/5/66

Walter Samari Prado

Chefe da I.R/5

Ciente:-

José Monteiro da Silva

1991
Doc. 10
2.º OFICIO
Ed. das Pioneiras Sociais
S/5 e 6 - Brasília - D.F.
GOVÂNIO BORGES
TEIXEIRA
Tabelião
ALBERTO PEREIRA
DO VALLE
Substituto Interino

CERTIFICO, para os devidos efeitos,
que a presente fotocópia é reprodução
fiel do documento que me foi apresen-
tado. (Dec. Lei 2.148, de 25 de Abril
de 1940).
Brasília de 4 de 1968

WELINGTON DE MOURA BRITO

ORDEM DE SERVIÇO Nº 16/66

.....

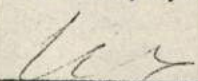
O Chefe da 5ª Inspetoria Regional do Serviço de Proteção aos Índios, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E-determinar o Sr. Dr.

JOSE MONTEIRO DA SILVA, Veterinario 20/A, viajar até a Reserva dos Kadiuêos, acompanhando o Chefe da mesma Inspetoria, juntamente com os inspetores da Polícia Federal, Srs. Ney Silva Pontes e Nilo Curty Bon, em missão de ordem administrativa.

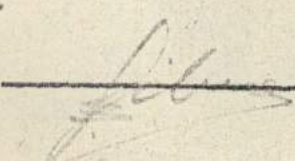
Dê-se ciência e cumpra-se.

Em 16/6/66


Walter Samari Prado

Chefe da I.R/5

Ciente:-



2.º OFÍCIO
Ed. das Pioneiras Sociais
S/9 e 6 - Brasília - D.F.
GOVÂNCIO BORGES
TEIXEIRA
Tabelão
ALBERTO PEREIRA
DO VALLE
Substituto Interino

CERTIFICO, para os devidos efeitos
que a presente fotocópia é reprodução
fidel do documento que me foi apresen-
tado. (Dec. Lei 2.148, de 28 de Abril
de 1940)

Brasília, 28 de Abril de 1968
WELINGTON DE MOURA BRITO

BOA VIAGEM É VIAGEM VASP.

Doc. 34

**Aplausos a O
GLOBO Pela De-
núncia Sobre a
Matança de
Índios**

O Sr. Walter Prado, chefe da Quinta Inspeção Regional do Serviço Nacional de Proteção aos Índios, com sede em Campo Grande, Mato Grosso, enviou à direção de O GLOBO o seguinte telegrama:

— Acompanhamos com profundo interesse as reportagens desse vibrante jornal sobre a pavorosa matança de índios, em Mato Grosso, e a hedionda usurpação de suas terras. Receba nossa irrestrita solidariedade e admiração.

2.º OFÍCIO
Ed. das Pioneiras Sociais
S/5 e 6 - Brasília - D.F.
GOVÂNIO BORGES
TEIXEIRA
Tabelião
ALBERTO PEREIRA
DO VALLE
Substituto Interino

CERTIFICO, para os devidos efeitos
que a presente fotocópia é reprodução
fiel do documento que me foi apresen-
tado. (Dec. Lei 2.148, de 25 de Abril
de 1940)
Brasília, 20 de 4 de 1968
WELINGTON DE MOURA BRITO

Pres Doc. 32

6724

~~BA~~

IR-5

△
EASSUNTO

Ministério da Agricultura
Serviço de Proteção aos Índios
Quinta Inspetoria Regional

BOLETIM INFORMATIVO Nº 1
~~~~~

- março de 1966 -

Chefe da IR/5: Walter S. Prado  
Redator: Hildebrando Campestrini

Campo Grande -- Mato Grosso



Prezados amigos da IR/5!

Está em suas mãos uma nova atividade de sua  
Inspetoria - IR/5 É ASSUNTO.

É o Boletim Informativo de nossa estimada  
Inspetoria. Surge numa forma simples, rotineira até. Con-  
tudo, cheio de vontade para lutar, prosperar e vencer.

Levará, mensalmente, aos funcionários e de-  
pendentes uma palavra de estímulo no árduo trabalho que  
desempenhamos.

IR/5 É ASSUNTO é de todos para todos.

Precisamos da colaboração de cada Pôsto.  
Basta enviar-nos uma relação das atividades que não se-  
jam de rotina. Assim a Inspetoria tãda ficará conhecen-  
do o trabalho e esforço que se dispende no melhor aten-  
dimento à família indígena.

% + + %

"Unir, informando" - é o lema do IR/5 É  
ASSUNTO.

% + + %

Seus objetivos, poucos.

O principal é unir a todos os componentes  
da Quinta Inspetoria Regional, numa mesma aspiração. -  
Unidos, lutar e trabalhar pela redenção da população in-  
dígena do Sul matogrossense.

% + + %

%



6727  
BJA

f.3

## SECTOR ADMINISTRATIVO

### PLANO-66

Organizaram os técnicos do SPI a serviço na IR/5 vasto Plano de Trabalho para 1966, que especifica atender às necessidades mais prementes da Inspetoria; foi ãle apresentado pessoalmente ao Diretor do SPI, pelo sr. Walter Samari Prado, chefe da IR/5.

Apelamos, todavia, que todos trabalhem. Não se cruzem os braços. Aproveitemos o máximo que cada Pôsto nos oferece. Não passemos o tempo esperando. A esperança é, sem dúvida uma virtude, mas no campo religioso e nunca no econômico. Mãos à obra.

### TEMPO INTEGRAL

Foi enviada a Brasília relação de funcionários para serem adequados à recente lei nº, digo Decreto nº 57.744 de 3/2/66, que regulamenta o TEMPO INTEGRAL para o funcionalismo. Note-se, de passagem, que a adequação ao recente Decreto é dada como prêmio aos que se dedicam com empenho aos deveres da própria função.

### PORTARIA

"Portaria nº 01/66 Brasília DF"

"07 de fevereiro de 1966"

"O chefe do Serviço de Repressão ao Tráfico de Pessoas do Departamento Federal de Segurança Pública no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 4.433, de 16 de novembro de 1964 e Decreto nº 56.510 de 28 de junho de 1965, determina, a partir da presente data, A PROIBIÇÃO DE VENDA OU FORNECIMENTO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS AOS INDÍGENAS DE QUALQUER CATEGORIA".

"Hilton Brandão - Delegado de Polícia Federal - Chefe do S.R.T.P."

A presente Portaria foi transcrita do Boletim Interno do SPI nº 15 de 19 de março de 1966, f.2.

Seja explicado que isto não é castigo ou falta de confiança mas atitude para evitar males maio-



res. Que o aviltante exemplo dos civilizados inteterados no vício não seja de estímulo mas de repressão.

O SPI tem, outrossim, mais um elemento seguro a seu favor para reprimir abusos dêsse gênero e tomará a peito a aplicação da Portaria transcrita, na área de sua jurisdição.

## SETOR EDUCACIONAL

### MATERIAL

Pedimos insistentemente aos distintos professores e professoras que as aulas não sejam suspensas por falta de material. À boa vontade pouco custa lecionar com os meios em mãos.

Esperamos que 66 seja de grande progresso no campo educacional na Quinta Inspetoria agora sob a supervisão da Professora Teresinha, que muito promete no cargo a ela confiado.

### PROFESSORES TERENAS

Acabam de chegar de Brasília cinco professores terenas que lá foram frequentar um curso intensivo, distinguindo-se amplamente. São êles: Ester Marcos, Zenir Rodrigues, Pedro Vitorino da Silva, Lúcio Dias, Estêvão Reginaldo.

A êles nossas felicitações e votos de profícuo apostolado em sua missão.

Está previsto para julho dêste ano o envio de mais uns quinze professores para nôvo curso em Brasília.

## SETOR de COMUNICAÇÕES

Digna de louvor a operosidade do Sr. Lacerda comandando o setor de rádio. Com uma dedicação invulgar deixou devidamente concertados e instalados e agora em funcionamento, os transmissôres e receptores de Buriti, Nalique e Dourados.

Ademais, solicita o sr. Lacerda que os encarregados sejam pontuais em atender o chamado da Sede.



Real

6729  
EB

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA  
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS

- Curso de Preparação aos Professores do S.P.I.

Convênio MA/MEC -  
( S.P.I. - S.E.A.V. - D.E.I. )

\*\*\*\*\*

Nome : Lucio Dias  
Nacionalidade: Brasileiro Idade: 45 Anos  
Cidade de Origem: Aquidauana Estado: Mato Grosso  
Estado Civil : casado  
Endereço : Posto Buriti

Local de Trabalho: Corrego do Meio  
Escola Indigena  
Corrego do Meio

OBSERVAÇÃO: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Brasília, 8 / 2 / 66.

Lucio Dias

VGS/



Recor

6730

~~6730~~

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA  
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS

- Curso de Preparação aos Professores do S.P.I.

Convênio MA/MEC -  
( S.P.I. - S.E.A.V. - D.E.I. )

\*\*\*\*\*

Nome : Estevão Reginaldo  
Nacionalidade: Brasileiro Idade: 41  
Cidade de Origem: Aquidauana Estado: Mato Grosso  
Estado Civil : Casado  
Endereço : posto Buriti  
Local de Trabalho: Agua azul  
Indígena

OBSERVAÇÃO: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Brasília, 8 / 2/66.

Estevão Reginaldo

VGS/



Recd.

6731

B/A

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA  
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS

- Curso de Preparação aos Professores do S.P.I.

Convênio MA/MEC -  
( S.P.I. - S.E.A.V. - D.E.I. )

\*\*\*\*\*

Nome : Lenis Rodrigues  
Nacionalidade: Brasileira Idade: 23  
Cidade de Origem: Taunay Estado: Mato Grosso  
Estado Civil : Solteira  
Endereço : Taunay, Mato Grosso  
Local de Trabalho: Escola General Rondon  
Taunay,

OBSERVAÇÃO: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Brasília, 8/2/65.

VGS/



6732

6732

6732

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA  
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

- Curso de Preparação aos Professores do S.P.I.

Convênio MA/MEC -  
( S.P.I. - S.E.A.V. - D.E.I. )

\*\*\*\*\*

Nome : Pedro Z. Morais da Silva  
Nacionalidade: brasileiro Idade: 31 anos  
Cidade de Origem: Nioaque Estado: Mato Grosso  
Estado Civil : Casado  
Endereço : Aldeia Água Branca - Nioaque  
Local de Trabalho: Água Branca

OBSERVAÇÃO: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Brasília, 8/2/65.

VGS/



hiser.

6733

~~GA~~

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA  
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS

- Curso de Preparação aos Professores do S.P.I.

Convênio MA/MEC  
( S.P.I. - S.E.A.V. - D.E.I )

\*\*\*\*\*

Nome : Ester Marcos  
Nacionalidade: brasileira Idade: 30  
Cidade de Origem: Cauaçu Estado: Mato Grosso  
Estado Civil : solteira  
Endereço : Cauaçu  
Local de Trabalho: Posto Indígena Cauaçu

OBSERVAÇÃO:

Brasília, 8/ 2/66.

VGS/



Publ. no A.O.  
de 24/8/65

6734

396

El 220

11-8-65

Excelentíssimo Senhor Presidente da República;

O Orçamento da União consignou ao Serviço de Proteção aos Índios, dentre outras, a importância de Cr\$ ..... 259 000 000 (duzentos e cinquenta e nove milhões de cruzeiros) constante da Categoria Econômica 3.1.4.0 - Encargos Diversos.

2. Na distribuição apresentada por aquele Serviço, constante do Orçamento Analítico, atribui-se aos itens enumerados, os quantitativos seguintes:

|                                                                |             |
|----------------------------------------------------------------|-------------|
| 01.00 - Despesas mídias de pronto pagamento..                  | 1.400.000   |
| 04.00 - Festividades, recepções, hospedagens e homenagens..... | 500.000     |
| 08.00 - Exposições, congressos e conferências                  | 500.000     |
| 10.00 - Assistência Social.....                                | 250.000.000 |
| 13.00 - Outros Encargos:                                       |             |
| 2) - Manutenção e Conservação de veículos.....                 | 6.600.000   |

3. Nestas condições, tenho a honra de submeter a Vossa Excelência a presente Exposição de Motivos, solicitando seja



6736

BA

f.5

## SETOR de SAÚDE

O Setor de Saúde sempre em louvável atividade. Continua a remoção de índios doentes para o hospital de Dourados.

Dona Joana, chefe do setor de saúde, pede aos Encarregados locais que continuem atendendo do melhor modo possível.

No próximo número publicaremos relatório e normas.

\* \* \* \* \*

### DOUTOR FRAGA

Depois de passar dez dias na IR/5 a serviço do SUSAN, viajou para o Rio de Janeiro o incansável e dedicado Dr. Antônio Fraga. Homem dedicado à causa dos índios, merece perene gratidão da IR/5. Obrigado, doutor Fraga.

### RELATÓRIOS

Logo que nos seja possível enviaremos a todos os Postos formulários e orientações para os relatórios mensais. Por ora, continuem como estão fazendo preocupando-se, todavia, em remeter dados e notícias que sejam de interesse e que fujam às atividades rotineiras.

### ASSISTENTE SOCIAL

Do Rio de Janeiro chegou dia 8/3/66 a Assistente Social Sra. Eunice Alves Cariri Sorominê, que veio buscar índios enfermos para serem internados nos hospitais guanabarrinos.

### NOTA DE LOUVOR

Dignos de louvor são o índio João Batista, do PI Buriti, que colheu duzentas sacas de arroz e outro índio (cujo nome não conseguimos) do PI de Taunay que colheu, também, duzentas e quarenta sacas de milho. Exemplos de trabalho que devem animar a todos os agricultores para procurar maior produção da própria terra.

\*\*\*\*\*

"Os insensatos aprendem através da própria experiência; nós aprendemos pela experiência dos outros".